
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA REDE CEDES
(2003-2010)**

GISELLE HELENA TAVARES

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências da Motricidade (Pedagogia da Motricidade Humana)

**Maio
2013**

GISELLE HELENA TAVARES

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA REDE
CEDES (2003-2010)**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências da Motricidade, área Pedagogia da Motricidade Humana.

Orientador: Gisele Maria Schwartz

Rio Claro
2013

790.0135 Tavares, Giselle Helena

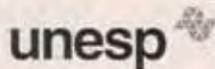
T231g Gestão da informação e do conhecimento na Rede CEDES
(2003-2010) / Giselle Helena Tavares. - Rio Claro, 2013
163 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Bióciências de Rio Claro

Orientador: Gisele Maria Schwartz

1. Lazer. 2. Recreação. 3. Esportes - Aspectos sociológicos. 4.
Educação física - Pesquisa. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE RIO CLARO
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE RIO CLARO

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Gestão da informação e do conhecimento sobre as políticas públicas de esporte recreativo e lazer

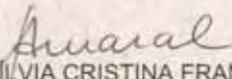
AUTORA: GISELLE HELENA TAVARES

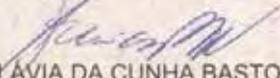
ORIENTADORA: Profa. Dra. GISELE MARIA SCHWARTZ

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de DOUTOR EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE, Área: PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA, pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. GISELE MARIA SCHWARTZ
Departamento de Educação Física / Instituto de Biotecnologia de Rio Claro - Rio Claro/SP


Prof. Dr. HELDER FERREIRA ISAYAMA
Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) - Belo Horizonte/MG


Profa. Dra. SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física (DEFH) - Campinas/SP


Profa. Dra. FLAVIA DA CUNHA BASTOS
Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte, Departamento de Esporte - São Paulo/SP


Prof. Dr. AFONSO ANTONIO MACHADO
Departamento de Educação Física / Instituto de Biotecnologia de Rio Claro - Rio Claro/SP

Data da realização: 02 de maio de 2013.

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou
incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos de uma Tese é talvez a melhor parte de se escrever. É nele que você tem a oportunidade de rapidamente mostrar afetivamente o quanto este período de desenvolvimento é importante no campo profissional e de amadurecimento pessoal. É nesta parte que lembramos quantas pessoas dividiram conosco este processo e o quanto cada uma delas teve e tem importância para a concretização do trabalho.

Hoje, acredito que o processo da pós-graduação é muito mais amplo e complexo do que imaginamos, e aprendemos tanto com o processo em si que nem temos consciência de tudo. Imagino que somente com a experiência de vida conseguiremos o entendimento do que tudo isto significa para nós em um sentido mais amplo. Para mim, pelo menos, os agradecimentos aqui envolvem mais do que simples obrigados. É um retorno registrado para todos aqueles que dividiram comigo esta fase tão importante e que ajudaram a construir, tanto antes, como durante a conquista obtida.

Inicialmente gostaria de agradecer a DEUS me permitir fazer parte de uma família que me deu a base para tudo que sou hoje. Depois de percorrer vários caminhos, descobrimos que os verdadeiros doutores da vida, são nossos pais, nossos avós, aqueles que detêm um conhecimento valiosíssimo e de suma importância para a vida.

Pai, Mãe, obrigada por serem meus exemplos! Vocês são os doutores que mais admiro. Aqueles que aprenderam com as adversidades da vida e sempre fizeram dos obstáculos degraus para o crescimento. Vocês são exemplos para todos nós. Obrigada por todos os ensinamentos e por me propiciarem tantas oportunidades. Agradeço de coração o apoio incondicional em todos os momentos, me dando força para enfrentar os desafios desta jornada. Do mesmo modo, gostaria de manifestar minha gratidão a minha Irma Priscila, por todo carinho, amor e dedicação que sempre teve por mim. Obrigada por ser minha irmã mais velha, sendo sempre um exemplo para meus caminhos.

Agradeço a todos os meus familiares pelo apoio e paciência, e por entenderem as minhas ausências em momentos importantes. Em especial, gostaria de agradecer meus avós, Iraci, Alaor e Iracema, por me incentivarem a

seguir em frente na conquista dos meus sonhos e a todos os meus tios e primos.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, que são a família que DEUS nos permitiu escolher. Amigos estes que apoiaram, ajudaram e entenderem todas as ausências, os momentos de estresse e também, dividiram grandes momentos de alegria.

A minha Amiga Nathália pela amizade, pelo “ombro amigo” de sempre e por dividir comigo todos os momentos da minha vida. Agradeço-lhe, com todo o meu coração, a sua disponibilidade, o seu carinho e a suas palavras de incentivo nos momentos de desmotivação.

Aos meus amigos de Uberlândia de longa data, amigos do vôlei, da escola, da faculdade, que contribuíram no meu processo de formação que com certeza surtiram efeitos para a vida toda.

Aos meus amigos de Rio Claro, um agradecimento especial, por tem feito desta cidade uma nova casa, me acolhendo e fazendo com que este percurso fosse feito de forma prazerosa.

As minhas amigas e companheiras do vôlei e do handebol da UNESP, com as quais dividi momentos muito felizes e de aprendizado. Aos meus técnicos pelos ensinamentos e pelo exemplo de dedicação que tem por estes times. Tenho muito orgulho em dizer que faço parte da Família UNESP Rio Claro.

Ao casal Gabriella Braga e Luciano Crozara pela amizade e companheirismo em todos os momentos. Obrigada pela paciência nos momentos difíceis e principalmente por proporcionarem vários momentos de alegria e distração que fizeram deste período um dos melhores da minha vida. Obrigada pelas conversas sérias, as não tão sérias assim, que sempre fizeram de nós amigos para todas as horas. Tenho certeza que esta amizade conquistada não ficará por aqui.

Gostaria de agradecer também a Thays, por me incentivar desde o começo desta jornada, sendo uma amiga muito importante nos primeiros momentos na cidade de Rio Claro, dando o apoio necessário para que eu me adaptasse a este novo modo de viver. Obrigada pela força e pelo exemplo de dedicação e comprometimento que você é. Agradeço também a Rosangela

Batistela, que nos acolheu em Rio Claro dando todo o suporte nos momentos iniciais. Obrigada pela sua amizade de sempre.

Neste meu percurso de realização desta tese de doutorado, tive uma companheira de guerra, que não posso deixar de registrar o meu agradecimento especial, a Gabriella Figueiredo. Foi ela que me auxiliou na luta diária que foi a minha vida até o dia de entrega deste trabalho. A partilha de ideias, de trabalho, o companheirismo, a amizade e a sua força interior foram indispensáveis para tornar possível a concretização deste sonho. Sempre com palavras positivas e um apoio incondicional fez com que este processo fosse menos penoso. Obrigada por todo apoio e também pela paciência em me aguentar nos momentos de estresse e impaciência e também por dividir os momentos bons, as comemorações e as comilanças de sempre.

No âmbito profissional, não poderia deixar de agradecer em especial as grandes Professoras e mestras que foram as maiores incentivadoras e responsáveis pelo meu amadurecimento acadêmico e pessoal.

À Professora Geni de Araújo Costa, minha primeira orientadora que sempre acreditou em mim e que proporcionou experiências extremamente importantes para a minha vida. Obrigada por ser meu exemplo, de professora, de pessoa, de amiga. Poucas pessoas tem a capacidade de comunicação e persuasão que você tem. Com certeza é um exemplo a ser seguido.

Agradeço também a Professora Gisele Schwartz, sendo que para esta não há agradecimentos que cheguem. Obrigada por ser a matriarca desta família que é o LEL, por sua constante orientação e por ter sido o maior responsável por minha formação intelectual e acadêmica.

Obrigada pela confiança que sempre depositou em mim, inicialmente por ter me proporcionado o grande desafio de fazer o doutorado direto, e também pelas diversas oportunidades de participação em eventos, reuniões importantes, entre outros. Espero de coração ter sempre correspondido as suas expectativas. Tudo que tenho hoje, no que se refere aos conhecimentos, experiências e vivências devem a você. O meu muitíssimo obrigada.

Agradeço também a todos os membros do LEL. Sou imensamente grata a vocês que participaram deste processo de grande aprendizado na minha vida. Hoje tenho a clara certeza que aprendemos muito mais com as pessoas com as quais dividimos todo o processo do que com a elaboração da tese em

si. Obrigada a todos que fazem do LEL uma grande família que nos acolhe em todos os sentidos ajudando a enfrentar todos os desafios desta trajetória com mais leveza.

Além disso, tenho um agradecimento especial ao professor José Sarmiento e todos os professores e funcionários da Universidade do Porto. Obrigada pela grande receptividade no meu estágio de doutorado sanduiche realizado em Portugal e por todos os ensinamentos e pela amizade hoje conquistada.

Estendo este agradecimento aos membros do Gabinete de Gestão Desportiva na Universidade do Porto, pela amizade e companheirismo. Com certeza vocês tiveram uma participação muito importante nesta conquista, onde dividiram comigo um dos momentos mais inusitados da minha vida. Este período foi marcado por muito crescimento e amadurecimento em todos os sentidos.

Quero agradecer em especial, meu amigo, quase irmão Filipe Albernaz que dividiu comigo momentos muito importantes nesta temporada em Portugal. As nossas longas e longas conversas foram muito marcantes e de muito aprendizado sempre.

Ainda da minha temporada em Portugal, não poderia deixar de agradecer aos amigos que conheci e dividi momentos muito especiais, representados pelas figuras de Letícia e Mirella. Fiquei muito feliz de ter conhecido estas meninas tão especiais do outro lado do mundo e que conquistamos uma amizade verdadeira. Obrigada pelas risadas, viagens, conversas, comilanças e etc. Com certeza vocês fizeram destes 6 meses inesquecíveis em minha vida. "Seis meses com saudades de uma vida, e uma vida com saudades dos seis meses".

Gostaria de agradecer Prof. Flávia Bastos e todos os membros do GEPAE/USP, pela receptividade e troca de conhecimentos realizadas pelo grupo.

Agradeço os funcionários e professores do Departamento de Educação Física da UNESP e também da seção de pós-graduação, em especial a Ivana e a Rose, sendo estas duas pessoas muito especiais e solícitas.

Meus respeitosos agradecimentos pela contribuição da banca no exame de qualificação e pela participação dos membros da banca examinadora da

defesa, em nome dos professores: Prof. Dr.^a Sílvia Cristina Franco Amaral, Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, Prof.^a Dr.^a Flávia da Cunha Bastos e Prof. Dr. Afonso Antonio Machado.

E por fim, não poderia deixar de agradecer o apoio técnico e financeiro da agência de fomento CAPES e do apoio financeiro e logístico para as coletas no MINISTÉRIO DO ESPORTE, em nome de todos os funcionários e em especial as professoras Leila Mirtes Magalhães Pinto, Patricia Zingoni Machado de Moraes e Rejane Penna Rodrigues.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” Antoine de Sant-Exupéry

*“A sabedoria começa na reflexão.”
(Sócrates)*

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo realizar a gestão da informação e do conhecimento produzido sobre as Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer, envolvendo as ações desenvolvidas pela Rede CEDES/ME, no período de 2003 a 2010, bem como, avaliar os impactos, repercussões e seus princípios norteadores. O estudo foi desenvolvido por meio de análise documental e pesquisa exploratória. Os dados foram analisados descritivamente, por intermédio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático e são apresentados em forma de quatro artigos. No artigo 1, referente à gestão da informação e do conhecimento sobre as ações realizadas pelos grupos da Rede CEDES, os resultados indicam que, apesar de efetivas, as ações ainda não contemplam todas as necessidades, entretanto, possibilitou aos atores sociais expressarem suas opiniões por meio de publicações científicas, relacionadas à área do esporte e do lazer. No artigo 2, relativo aos impactos e repercussões da criação da Rede, o estudo mostrou que, na visão dos gestores envolvidos foram identificados efeitos positivos com a criação da Rede e apesar de todos os embates políticos envolvidos neste processo, ela foi um impulsionador, em vários âmbitos, para a área de pesquisa do esporte e do lazer. Além disso, destacou-se a busca pelo estreitamento das relações com e entre as Universidades do país, a valorização das relações intersetoriais e interministeriais e a inclusão de centros produtores de pesquisas em todo o país, impulsionando as regiões menos privilegiadas pelas instituições de fomento. No artigo 3, sobre as vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento, foi evidenciada a necessidade de se dar maior atenção a estas questões no âmbito das organizações públicas, sendo que este aspecto é muito relevante no desempenho organizacional. O aprimoramento destas iniciativas pode auxiliar no panorama atual das ações fragmentadas e desconexas que caracterizam as Políticas Públicas. No artigo 4, acerca da comparação entre os princípios norteadores da formulação das Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal, os dados mostraram que, embora o conjunto legal-normativo português seja mais conciso do que o brasileiro, no que se refere à aproximação do subcampo acadêmico com o subcampo político, não foi possível identificar qualquer iniciativa em Portugal, que traçasse esta relação por meio de financiamentos governamentais. O Brasil, por meio do Ministério do Esporte/Rede CEDES, mesmo diante de diversos entraves, parece ter sido inovador na tentativa de aproximação destes campos na área do esporte e do lazer como foco nos estudos relacionados com as ciências sociais e humanas. Sendo assim, este estudo comprovou que a Rede CEDES significou uma importante iniciativa no âmbito das Políticas Públicas e possibilitou, ainda de modo ineficiente, o diálogo entre os dois campos: político e acadêmico. Apesar dos diversos entraves relacionados com a sua criação, dificuldades de gestão governamental e organizacional, esta Rede conseguiu se estabelecer durante 8 anos efetivamente e teve impacto positivo na produção do conhecimento em âmbito nacional. Sugere-se a realização de outros estudos que enfatizem as interligações do campo político com o campo acadêmico, para se ampliar as reflexões na área.

Palavras-chave: Gestão; Políticas Públicas; Conhecimento; Informação.

ABSTRACT

This qualitative study aimed to manage the information and knowledge produced on recreational sports and leisure Public Policy, involving the actions developed by Rede CEDES/ME in the period from 2003 to 2010, as well as evaluating the impacts, consequences and its guiding principles. The study was conducted through documental analysis and exploratory research. Data were descriptively analyzed by Thematic Content Analysis Technique and is presented in four articles. Article 1 refers to the management of information and knowledge about the actions undertaken by Rede CEDES groups and the results indicate that, although effective, the shares still do not include all requirements, however, it enabled the social actors to express their opinions through scientific publications related to the field of sports and leisure. In Article 2, concerning the impacts and implications of the creation of Rede CEDES the study showed that, in the involved manager's point of view it could be identified positive effects with this initiative and despite all the political struggles involved in this process, it was, a booster in many ambits, for the research area of sport and leisure. Furthermore, it could be emphasized the pursuit of closer relations with and among the Universities of this country, the development of intersectorial and interdepartmental relations and the inclusion of many research centers across the country, driving the less privileged regions by development institutions. In Article 3, on the advantages of organizational management of information and knowledge, data showed the need to give greater attention to these issues in the context of public organizations, due to the fact that this aspect is very important in organizational performance. The improvement of these initiatives may help in the current landscape of fragmented and disjointed actions that characterize public policies. In Article 4, concerning the comparison between the guiding principles for formulation of sport and leisure public policies in Brazil and Portugal, data showed that although all legal-normative Portuguese set is more concise than that of Brazil, in terms of the approximation between the academic subfield and the political subfield, in Portugal it could not be identified any initiative traced with government funding. Through the Ministry of Sports/RedeCEDES, even facing many obstacles, Brazil seems to have been innovative in trying to approach these fields in sport and leisure areas focused on studies related to social sciences and humanities. Therefore, this study proved that Rede CEDES meant a major initiative within the Public Policy and also resulted inefficiently dialogues between political and academic fields. Despite many obstacles related to the creation and governmental and organizational management difficulties, Rede CEDES has been established for 8 years and had a positive impact on knowledge production nationwide. Other studies are suggested that emphasize the interconnections of the political field with the academic field, to broaden the reflections in the area.

Keywords: Management, Public Policy; Knowledge; Information.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C,T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CEDES	Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CEDIME	Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte
CENESP	Centros de Excelência Esportiva
CEV	Centro Esportivo Virtual
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
DCTEC	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEF	Departamento de Educação Física
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
E-gov	Governo Eletrônico
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FIEP	Congresso Internacional de Educação Física
GTT	Grupo de Trabalho Temático
IB	Instituto de Biociências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte
IPDJ	Instituto Português de Desporto e Juventude
LEL	Laboratório de Estudos do Lazer
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME	Ministério do Esporte
NUTESES	Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial
ONG	Organização não governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDSE	Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PT	Partido dos Trabalhadores
RIRC	Repositório da Rede CEDES
SIBRADIB	Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TICs	Tecnologias de Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
JUSTIFICATIVA.....	20
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO CAMPO DO ESPORTE E DO LAZER.....	23
A TRAJETÓRIA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - REDE CEDES.....	33
O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER.....	41
OBJETIVO GERAL.....	45
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	45
MÉTODO.....	46
NATUREZA DO ESTUDO.....	46
PROCEDIMENTOS.....	46
ANÁLISE DOS DADOS.....	48
RESULTADOS GERAIS DA TESE.....	50
REFERÊNCIAS DA PARTE INTRODUTÓRIA DA TESE.....	58
ARTIGO 1.....	66
INTRODUÇÃO.....	68
OBJETIVO.....	70
MÉTODO.....	70
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS DO ARTIGO 1.....	87
ARTIGO 2.....	94
INTRODUÇÃO.....	96
MÉTODO.....	96
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS DO ARTIGO 2.....	113
ARTIGO 3.....	118
INTRODUÇÃO.....	120

OBJETIVO.....	123
MÉTODO.....	123
RESULTADOS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS DO ARTIGO 3	130
ARTIGO 4.....	133
INTRODUÇÃO.....	135
MÉTODO	138
RESULTADOS E DISCUSSÃO	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS DO ARTIGO 4	150
CONCLUSÕES DA TESE	155
ANEXO.....	158
APÊNDICES.....	160

APRESENTAÇÃO

Esta tese de doutorado fez parte de um dos projetos do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, coordenado pela professora Gisele Maria Schwartz, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade da UNESP de Rio Claro - SP. Para realizar a tese, foi elaborado o projeto de pesquisa intitulado “Gestão da informação e do conhecimento na Rede CEDES (2003-2010)”, aprovado pelo conselho do programa.

Este estudo foi viabilizado, inicialmente, por uma parceria envolvendo o LEL e o Ministério do Esporte. Devido à tradição de estudos do Laboratório em questão nos assuntos que tangem à gestão da informação e do conhecimento no campo do lazer, o Ministério do Esporte, por meio da, até então, Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer – SNDEL firmou um convênio para a realização da pesquisa induzida intitulada “Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES”, realizado no ano de 2010.

Apesar da realização do Balanço da Rede CEDES (SCHWARTZ et. al, 2010) e da criação do Repositório Institucional da Rede (FERRARI, 2012), notou-se a necessidade de análise minuciosa e mais detalhada, no sentido de compreender os enredamentos que esta Rede teve no panorama dos estudos sobre Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil, aspecto que foi motivador da realização desta pesquisa. Neste sentido, esta tese teve o apoio técnico e financeiro do Ministério do Esporte e, posteriormente, ao longo dos desdobramentos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante a fase de coleta de informações correspondente à análise documental, os dados foram coletados nas dependências do Ministério do Esporte e subsidiaram a elaboração desta tese, que será apresentada em forma artigos. Esta forma de apresentação já vem sendo utilizada nos programas de Pós-Graduação em todo o país, com o intuito de sintetizar e sistematizar as produções, facilitando, assim, a posterior disseminação dos estudos. A partir da coleta de dados e entrevistas realizadas com os atores envolvidos na Rede CEDES, a divisão do trabalho foi realizada no formato de 4 artigos.

O artigo 1, intitulado “Gestão da informação e do conhecimento em Políticas Públicas: ações realizadas pelos grupos componentes da Rede CEDES/ME”, apresentou os dados sobre a produção dos grupos e núcleos financiados pela Rede CEDES, a partir da análise documental realizada nas dependências do Ministério do Esporte. Já o artigo 2, “Gestão e Políticas Públicas: impactos e repercussões da criação da Rede CEDES/ME”, investigou, tendo como referência a opinião dos próprios atores da Rede, os resultados que impactaram diretamente o campo de pesquisa sobre esporte recreativo e lazer.

O artigo 3, “Vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento em um sistema público: o caso Rede CEDES/ME”, abordou as questões relacionadas com a importância da gestão da informação e do conhecimento nos sistemas públicos organizacionais. Este interesse evidencia a necessidade de se dar maior atenção a estes assuntos, pelas instâncias governamentais, principalmente no campo do esporte e do lazer.

O Artigo 4, intitulado “Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal: A pesquisa científica em foco”, foi elaborada no sentido de subsidiar as reflexões acerca da análise dos impactos da elaboração de Políticas Públicas voltadas para o esporte recreativo e lazer. Para subsidiar este estudo, foi realizado um estágio de Doutorado no Exterior (Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidade do Porto, em Portugal. Este estágio, pautado em uma perspectiva externa, auxiliou a identificar os princípios norteadores das Políticas Públicas de esporte e lazer em Portugal e o foco dado pelos investimentos portugueses. Esta iniciativa pode subsidiar os estudos e as análises propostas, relacionados a esta temática no Brasil.

Estes artigos buscaram subsidiar as reflexões de novas propostas no campo de estudos sobre esporte e lazer.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica vem crescendo muito nos últimos anos e o seu papel dentro da Universidade se torna cada vez mais evidente. É necessário que a Universidade dialogue com a sociedade, por meio da difusão dos conhecimentos produzidos, para, só assim, ter-se a relevância social que se busca com a produção do conhecimento.

Na área do esporte recreativo e do lazer, ainda são incipientes as iniciativas que promovem a disseminação do conhecimento produzido e a interlocução de assuntos. No que se referem a iniciativas públicas, as ações se tornam ainda mais restritas. Sendo assim, busca-se, por meio deste estudo, evidenciar a importância da gestão do conhecimento no e para o desenvolvimento das Políticas Públicas brasileiras de esporte e lazer.

Conforme salienta Schwartz (2008), o conhecimento produzido nas áreas de lazer, esporte e outras, não tem sentido, se não for difundido e disseminado, com acesso a todos os interessados. Sendo assim, a gestão da informação sobre esse conhecimento se torna uma estratégia importante. Ainda segundo Schwartz (2009), a gestão da informação pode promover o estreitamento de relações entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG), comunidade e universidades, facilitando a produção de pesquisas e a organização de novos centros gestores de informação e conhecimento.

Como uma forma de estabelecimento de novos diálogos entre os polos anteriormente citados, no que concerne às políticas de desenvolvimento de conhecimento científico nos campos de esporte e lazer no Brasil, a proposta de construção de uma Rede de ações denominada de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) parece ter sido uma iniciativa importante no âmbito dos estudos sobre Políticas Públicas. Esta ação foi inovadora, no sentido de voltar os olhares governamentais para assuntos relacionados aos estudos sobre ciências sociais e humanidades, sendo este um assunto de extrema importância para o desenvolvimento da área da Educação Física e Esportes.

Uma das primeiras iniciativas, dentro do contexto político, de aproximação entre o campo acadêmico e o campo prático das Políticas

Públicas esportivas, foi a criação dos Centros de Excelência Esportiva (CENESP), que é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte de alto rendimento, treinamento e aperfeiçoamento de atletas, tendo como objetivo principal detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas (BRASIL, 2013). Esta Rede foi criada em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, na época pelo órgão nomeado Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), sendo, atualmente, gerenciada pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte.

Apesar das tentativas (frustradas) de aproximação do campo do esporte recreativo e lazer a esta Rede de pesquisas já existente, houve a necessidade de elaboração de outro programa relacionado à produção do conhecimento, voltado ao atendimento da demanda do esporte no âmbito social e de participação. Para tentar atender a esta demanda, o Ministério do Esporte, em 2003, elaborou a ação programática denominada Rede CEDES, criada pelos extintos Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL).

A Rede CEDES, tem como objetivo principal, apoiar, por intermédio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e sociedades científicas, a produção e a difusão de conhecimentos voltados para o desenvolvimento do campo de estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer (BRASIL, 2010). Além disso, esta ação do Ministério do Esporte visa estimular esses grupos a produzir e difundir conhecimentos voltados para a qualificação de projetos, programas e Políticas Públicas de esporte recreativo e de lazer, desenvolvidos por este órgão, por meio da produção e difusão de conhecimentos fundamentados.

É comum observar, no campo das Políticas Públicas, uma premente dificuldade na gestão do conhecimento existente, tanto no processo de documentação interna (memória organizacional), quanto na disseminação deste conhecimento a todos os interessados, de modo a possibilitar o acesso e a contribuição social na construção das Políticas Públicas. O que se vê são informações esparsas, normalmente desconexas, que ocasionam dificuldades de gestão destas organizações e, ainda, potencializam as questões

relacionadas com a descontinuidade de política, justamente por não existir uma cultura organizacional de documentação dentro destas instituições.

Os setores de esporte e lazer corroboram a este fato, sendo carente de informações sistematizadas, apresentando atividades de planejamento desarticuladas e voltadas para ações de curto prazo. Ao considerar a definição conceitual e o desenvolvimento científico, como base na construção das Políticas Públicas para o esporte e lazer e a estruturação do subcampo desta área, destaca-se a relevância de ampliar o número de estudos, a fim de melhorar o desenvolvimento das ações governamentais. Neste sentido, torna-se um desafio interessante interligar os temas gestão do conhecimento e Políticas Públicas de esporte e lazer.

No caso da Rede CEDES, apesar desta existir desde 2003, ainda é precária a gestão do conhecimento proveniente de todas as ações realizadas pela Rede, assim como, a avaliação dos impactos e possíveis repercussões evidenciadas pela criação e desenvolvimento das ações da Rede. Ainda, é possível evidenciar que são necessários trabalhos científicos que visem à avaliação das políticas vigentes, para verificar se as mesmas cumprem os resultados previstos em seus objetivos firmados com a Rede CEDES, e se os financiamentos advindos do apoio federal estão sendo efetivamente bem empregados.

Esta pesquisa pretende dialogar entre três pilares da organização pública que envolve a Rede CEDES. O primeiro deles é a discussão da arena política que envolve, em primeira instância, quem definia os financiamentos advindos desta ação ministerial e, ainda, quem disputava os mesmos, ou seja, quais eram as demandas existentes, dentro do subcampo acadêmico do esporte e lazer, presentes dentro da própria organização da Rede. Outro ponto faz referência a como foi gerenciado o conhecimento produzido, e um último questionamento tem relação aos impactos e repercussões que este Rede teve no campo dos estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer, sendo estas, as questões motivadoras deste estudo.

Ao utilizar o entendimento de Pierre Bourdieu (2011) sobre campo, ou subcampo, tem-se que, pode definição, este é um microcosmo, ou seja, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. A partir desta compreensão, Starepravo (2001) define este termo, como

um espaço social, dotado de uma lógica de funcionamento própria, onde estão presentes agentes, estruturas e objetos de disputa.

No caso deste estudo, o subcampo acadêmico das políticas públicas, constitui uma parte de um campo maior, que é o campo acadêmico da Educação Física no Brasil. Sendo assim, visualiza-se, enquanto elementos constitutivos do subcampo acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, os pesquisadores, grupos de pesquisa, órgãos de apoio à pesquisa, instituições de pesquisa, eventos científicos e as publicações. O subcampo político é entendido pelos órgãos de administração do esporte, os programas e projetos que constituem as políticas de esporte e lazer no Brasil.

JUSTIFICATIVA

As informações relacionadas às ações realizadas pela Rede CEDES são socializadas quase que exclusivamente por meio do envio dos materiais ao Ministério do Esporte e deste às instituições pertencentes à Rede. Entretanto, apesar de os núcleos e grupos da Rede CEDES atenderem a praticamente todo o país, as ações resultantes desses projetos apoiados pelo Governo Federal parecem, ainda, não ser eficientemente analisadas, catalogadas e difundidas. Mesmo diante da existência de algumas iniciativas, como o Balanço da Rede CEDES (SCHWARTZ et. al, 2010) e do Repositório Institucional da Rede (FERRARI, 2012), nota-se a necessidade de uma análise mais minuciosa, para se entender os enredamentos que esta Rede teve, no panorama dos estudos sobre Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil.

Esta inquietação diz respeito ao fato de que todas as ações ainda não são catalogadas e disponibilizadas para o acesso de estudantes, pesquisadores e público geral, envolvidos ou não com essas pesquisas e projetos. Estes elementos mereceram a atenção desse estudo, no sentido de colaborar com a gestão e aglutinação dos dados produzidos e provenientes dos núcleos e grupos, para, inclusive, poder subsidiar o Repositório da Rede CEDES. Esse repositório tem o sentido de difundir diretamente essas ações ao público em geral, servindo de base para as pesquisas neste campo do conhecimento.

A utilização dessa tecnologia de apoio é essencial na difusão, no armazenamento desses dados e na integração dos tomadores de decisão, conduzindo a um aumento da capacidade de compartilhamento dessa informação e desse conhecimento. Esse recurso pode, inclusive, subsidiar e ampliar a eficácia das propostas de novas Políticas Públicas relacionadas aos campos do esporte recreativo e do lazer. Além da gestão de todo esse conhecimento produzido e deste recurso de armazenamento no Repositório, é necessário que estas informações sejam, inclusive, disponibilizadas no governo eletrônico (*e-gov*), instrumento governamental capaz de ampliar a disseminação dessas informações, por atingir grande parte da população que se interessa pelos projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, utilizando como polo, o *site* do Ministério de Esporte.

Além disso, torna-se necessário contribuir com reflexões neste sentido, devido à necessidade premente da realização de estudos que avaliem efetivamente os impactos decorrentes das ações realizadas pelos governos. As iniciativas voltadas para avaliações de Políticas Públicas sobre esporte e lazer no Brasil não devem ser tomadas somente como ações isoladas, realizadas pelos governos, voltadas exclusivamente para interesses políticos, mas sim, que possam gerar novas e eficazes Políticas Públicas.

É possível evidenciar a necessidade de pesquisas que possibilitem o aumento, tanto da eficácia, quanto da eficiência dessas políticas, em direção a uma boa aplicação dos recursos públicos. Isto pode ser viabilizado por meio da realização de avaliações sistemáticas da política, ou, especificamente, dos programas e ações já existentes.

As avaliações externas são importantes neste sentido, pois são utilizadas para ajudar na legitimação empírica de uma política ou um programa governamental. Estas podem manter, reduzir, ou ajudar a resolver problemas de ordem organizacional. Independentemente do efeito, alguma noção de democracia, ou sentido da democratização, é reforçada com este tipo de avaliação.

Espera-se, assim, que a consecução deste estudo possa apresentar subsídios teóricos que contribuam para evidenciar a importância da gestão da informação e do conhecimento no âmbito das organizações públicas, neste caso, da Rede CEDES, mostrando como a organização do conhecimento pode impactar diretamente no aporte para o desenvolvimento dos programas que compõem as Políticas Públicas de esporte e lazer, em especial, os realizados pelo Ministério do Esporte, objetivando traçar uma relação estreita entre o campo prático e o campo teórico.

Além disso, justifica-se a realização desta pesquisa, visando colaborar efetivamente para a realização de ações mais qualificadas nas áreas do esporte recreativo e do lazer, em todos os níveis governamentais, podendo ser utilizada como um *feedback* para a reorientação dessas ações, uma vez que pode apresentar dados que evidenciem os pontos positivos e negativos realizados neste corte temporal da existência da Rede CEDES. Estas são algumas das justificativas do interesse de desenvolvimento desse estudo, no sentido de ampliar as reflexões acerca das temáticas do lazer e do esporte

recreativo, em um contexto mais amplo, podendo, assim, subsidiar a construção de novas políticas públicas no âmbito nacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gestão da Informação e do Conhecimento no campo do Esporte e do Lazer

Devido à grande variedade de enfoques e áreas de conhecimento que se interessam pelas temáticas do lazer e do esporte, há sempre uma dificuldade patente em gerenciar adequadamente as informações advindas desses estudos, de modo a facilitar aos pesquisadores interessados o acesso a esse conhecimento produzido. Na esfera específica dos estudos sobre Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer no Brasil, nota-se uma premente necessidade, no que se refere à gestão do conhecimento, pois o embate teórico sobre esta temática ainda é pouco explorado e explicitado.

Alguns autores se destacaram na produção científica na área, como por exemplo, Castellani Filho (1988), Bramante (1998), Pinto (1998), Amaral (2003), Marcarenhas (2005). Entretanto, a maioria dos questionamentos e reflexões atuais sobre as concepções destes autores ou com base nelas, muitas vezes, fica restrita aos cursos e grupos de discussão, deixando de ser veiculados por meio de produção escrita, ou ainda, não ganham destaque dentre os meios informativos que disseminam as informações relativas ao esporte recreativo e ao lazer. A escassez de periódicos reconhecidos específicos sobre a temática pode ser uma das justificativas para a dificuldade deste avanço na disseminação do conhecimento (WERNECK, 2000).

Apesar de ter se passado 12 anos do estudo realizado por Werneck (2000), atualmente ainda existem poucos periódicos que divulgam este tipo de produção. Ainda, para as reflexões voltadas especificamente para o esporte recreativo e ao lazer, existe somente a Revista Licere, da Universidade Federal de Minas Gerais, dificultando, assim, a disseminação deste conhecimento.

O Grupo de Trabalho Temático sobre Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, também teve um papel importante no processo de produção e disseminação do conhecimento acerca desta temática. Entretanto, como explicita Húngaro *et al.* (2009), apesar da grande representatividade, a produção deste grupo sempre foi marcada pelo *politicismo*, tendo como consequência, uma ausência do foco na produção de

conhecimentos sobre a relação entre o campo prático e o campo teórico, sendo marcado por discussões para regulação dos conflitos existentes e a busca da legitimação dos grupos participantes.

Fora do Brasil, alguns estudos (WILLIAMSON *et al.*, 2003) também salientam a necessidade de gerenciamento de informações e conhecimentos, para melhor suprir as exigências organizacionais, inclusive em âmbito acadêmico. Devido às transformações relacionadas à era da informação e do conhecimento, em conjunto com a aceleração do processo de globalização e a influência das Tecnologias Digitais de Comunicação nos ambientes social e organizacional, torna-se pertinente implementar, de modo ininterrupto, esses aspectos na área de gestão da informação. O acesso ao conhecimento está diretamente associado ao avanço dos recursos tecnológicos na área de gestão, a qual, por sua vez, está associada ao paradigma da tecnologia da informação (MENSCHING; ADAMS, 1991).

Inicialmente, para se abordar as temáticas relacionadas com a gestão da informação e do conhecimento, será necessário conceituá-las, diferenciá-las, para se entender o significado das mesmas e, posteriormente, aplicá-las na área da Educação Física. Esta área, no entanto, trás singularidades, as quais também necessitam entendimento para a aplicação deste conhecimento. É possível observar que estes campos tratam de coisas semelhantes, apesar da mudança de termos utilizados para a sua conceituação.

A importância do conhecimento não é uma descoberta atual. Desde a antiguidade, aqueles que detinham o conhecimento de destacavam dos demais, e por, isto, eram dotados de poder. O grande desafio, durante muito tempo, foi a dificuldade do acesso ao conhecimento, pois, este era restrito a alguns privilegiados e, ainda, por muitas vezes era utilizado como meio de domínio e opressão (ZABOT, SILVA, 2002). Para estes autores, “[...] o conhecimento é, na verdade, um trunfo competitivo de extremo poder, e é de extrema importância não só na sua aquisição, como também na criação e transferência.” (ZABOT, SILVA, 2002, p.66).

Devido a sua característica da intangibilidade, torna-se difícil a tarefa de conceituá-lo, de modo a conseguir aplicá-lo nos diversos campos de investigação. Ao utilizar o entendimento clássico e filosófico de Platão para conceituar o conhecimento, define-se o conhecimento como a “crença

verdadeiramente justificada” (apud NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p.24). Ao interpretar este conceito, Nonaka e Takeuchi (1997) explicitam que o conhecimento é um processo humano dinâmico, capaz de justificar a crença pessoal com relação à verdade.

Segundo a teoria da informação, os termos informação e conhecimento são dois fenômenos distintos, merecendo diferentes conceituações. De uma forma simplificada, Zabet e Silva (2002), apontam que, a informação, deve ser entendida como o processo de organização de dados, número, símbolos, imagens ou palavras, e o conhecimento é o que a informação passa a ser depois de ser interpretada. Para estes autores, a informação é desprovida de significado, e seu valor está na criação do conhecimento do qual ela faz parte.

Para Peter Drucker (1993), o conhecimento é o recurso singular da nova sociedade. Este autor afirma que, na nova economia, o conhecimento não é apenas mais um recurso ao lado dos tradicionais fatores de produção, e sim, o único recurso realmente significativo. O autor ainda afirma que, um dos desafios mais importantes das organizações da era do conhecimento é desenvolver práticas sistemáticas para administrar a autotransformação. As organizações devem aprender a criar novos conhecimentos, por meio da melhoria das atividades, a partir do desenvolvimento de atividades baseadas no sucesso das mesmas, objetivando manter o processo de inovação contínuo.

Desde modo, a informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse fluxo de informação, ancorado, sempre, nas crenças e compromissos de quem o detém. Esta compreensão enfatiza que o conhecimento está essencialmente relacionado com a ação humana (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Outra conceituação, realizada por Davenport e Prusak (1998, p.99) apresenta o conhecimento como “uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações”. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. Para Applehans *et al.* (1999), o conhecimento é a habilidade de transformar informação e dados em ações efetivas.

Segundo Hislop (2010), o interesse no desenvolvimento de pesquisas focalizando a temática da gestão do conhecimento teve seu início ao final da década de 1990 e o seu auge no ano de 1998. O interesse neste tópico não esteve restrito ao ambiente acadêmico, mas, obteve alto desenvolvimento em diferentes organizações.

Prusak (2010) afirma que a gestão do conhecimento é um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapeando os fluxos formais de informação em diferentes ambientes de produção, assim como, sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação. Isto tem como objetivo apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e tomadas de decisão.

Os serviços e sistemas de informação existem para reunir as informações recorrentes, as quais pressupõem a união do conhecimento explícito e tácito. Pereira (2005) resume os conceitos de conhecimento tácito e explícito e afirma que os dois tipos são complementares. Para o autor, o conhecimento tácito é o conhecimento pessoal, constituído do *know-how* subjetivo, dos *insights* e intuições que cada indivíduo possui, baseado na imersão por longo período em suas experiências de vida. É uma forma implícita de conhecimento não-codificado e difícil de divulgar, ou mesmo de verbalizar, tendo em vista que o mesmo se expressa por habilidades, as quais têm como base a própria ação. Já o conhecimento explícito é o conhecimento formal, regado e específico, podendo ser mais facilmente expresso ou difundido.

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p. 68), a criação do conhecimento é efetivada por meio da interação entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito, mediante quatro processos de conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização. A socialização é a conversão do conhecimento tácito em tácito. É um processo de compartilhamento de experiências, portanto, de criação de mais conhecimento tácito, com os indivíduos adquirindo seus conhecimentos tácitos diretamente dos outros, sem usar a linguagem. Já a externalização é conversão de conhecimento tácito em explícito, sendo realizada por meio da linguagem falada ou escrita. Este conhecimento pode ser convertido, seja por meio de metáforas, modelos, conceitos, hipóteses ou equações. Esta conversão depende da capacidade de expressão do indivíduo.

A combinação é entendida como a conversão do conhecimento explícito em explícito, sendo um processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimentos. É a forma de conhecimento que ocorre nas universidades e em outras instituições de ensino formal. São os bancos de dados e as redes de troca de informações, que permitem o conhecimento sistêmico. E, por último, a internalização, que é a conversão de conhecimento explícito em tácito, diretamente relacionado ao aprendizado pela prática. A forma mais comum para este processo é a verbalização e a diagramação.

Uma função importante da gestão do conhecimento é a criação de mecanismos facilitadores da passagem do conhecimento produzido, como uma forma de espiral (NONAKA, TAKEUSHI, 1997). Para que isto se processe adequadamente, Carvalho e Tavares (2001) enfatizam a importância do papel dos sistemas de informação, no sentido de impulsionar o movimento da espiral do conhecimento, visto que essas informações podem apoiar e movimentar novos processos.

Nesse mesmo sentido, Valentim (2007) também ressalta a necessidade de se gerenciar eficientemente as informações, transformando-as em conhecimento. O autor explica que isto fomenta novos planejamentos, novas ações e execuções, alimentando e retroalimentando as organizações que fazem uso desse conhecimento.

A gestão do conhecimento tem grande penetração nos processos de formação contínua dentro do âmbito organizacional e, inclusive, pode representar um diferencial importante no campo acadêmico, tendo em vista que pode suprir e fomentar novas demandas em Políticas Públicas. A eficiência da gestão do conhecimento decorre, principalmente, do avanço das tecnologias da informação (TIC), as quais conduzem a um aumento da capacidade de compartilhamento dessa informação e do conhecimento.

Segundo Zabet e Silva (2002), a gestão do conhecimento torna-se fundamental para o êxito das Políticas Públicas. Para estes autores, é de fundamental importância o conhecimento da realidade para a definição do conteúdo e da gestão dos programas e ações públicas. Para que isto ocorra, é necessário que haja um encontro e diálogo com as pessoas atendidas e o conhecimento detalhado das condições de vida, valores e culturas desta população.

Segundo Rocha e Bastos (2011), a produção do conhecimento na área da Gestão do Esporte seja ela em âmbito público ou privado é de suma importância para a evolução da área em questão. Segundo estas autoras, o subcampo de pesquisa do campo acadêmico na Gestão do Esporte engloba diversos conteúdos, como gestão e liderança no esporte, marketing esportivo, aspectos legais do esporte, ética na gestão do esporte, finanças do esporte, comunicação no esporte e aspectos socioculturais do esporte. Apesar de evidenciar esta importância e a diversidade de temas a serem abordados pela comunidade acadêmica, os resultados apresentados por Rocha e Bastos (2011) evidenciam que os estudos nesta área ainda são incipientes, merecendo maior atenção.

No que se refere ao campo de estudo da Gestão Pública, segundo Batista (2004, p. 8), esta pode ser dividida em duas áreas: a Gestão Governamental e a Gestão Organizacional. A Gestão Governamental dedica-se à análise da gestão dos programas de governo que atendem diretamente as demandas da sociedade, como educação, saúde, assistência social, entre outros. Já a Gestão Organizacional “[...] estuda como a organização pública gerencia os recursos disponíveis para cumprir sua missão institucional, de natureza técnica, para apoiar os sucessivos governos na execução de suas Políticas Públicas.”. Neste estudo, é de suma importância se entender como se processa a Gestão Organizacional, pois ela compreende a gestão de pessoas, de estratégias e planos, de recursos financeiros, de processos e, principalmente, do conhecimento.

Neste sentido, Batista (2004), defende que a melhoria de todo este complexo da gestão das organizações públicas é fundamental para o êxito da gestão governamental. Segundo este autor, as organizações públicas têm a função de aumentar a efetividade das ações públicas, mesmo com a escassez de recursos e, ainda, devem gerir o conhecimento, com o intuito de:

- i) tratar de maneira adequada e com rapidez desafios inesperados e desastres; ii) preparar cidadãos, organizações não governamentais e outros atores sociais para atuar como parceiros do Estado na elaboração e na implementação de Políticas Públicas; iii) promover a inserção social, a redução das desigualdades sociais e um nível aceitável de qualidade de vida para a população por meio de construção, manutenção e ampliação do capital social⁴ e do capital

intelectual das empresas; e iv) criar uma sociedade competitiva na economia regional e global por meio da educação dos cidadãos para que eles se tornem trabalhadores competentes do conhecimento, e mediante o desenvolvimento das organizações para que estas se tornem competitivas em todas as áreas do conhecimento (BATISTA, 2004, p. 9).

Portanto, o papel da gestão do conhecimento nas organizações públicas é muito relevante no desempenho organizacional. É de suma importância para a mesma cumprir sua função na sociedade, democratizando o conhecimento e inserindo o país no contexto mundial.

Nesta perspectiva, Castells (2003), analisa o surgimento de uma nova estrutura social, associada a um novo modelo de desenvolvimento, o informacionalismo. Este modelo visa ao desenvolvimento tecnológico, ao acúmulo de conhecimento e maiores níveis de complexidade do processo da informação. A apresentação destes novos modelos pode levar a sociedade a novas formas de interação e, conseqüentemente, a transformação social e da gestão política, como foco no conhecimento.

No campo da democratização do conhecimento, algumas iniciativas vêm sendo realizadas neste sentido. Desde a constituição Federal de 1988, o Estado vem promovendo a pesquisa e incentivando o desenvolvimento científico e tecnológico. Um fato que marcou substancialmente o campo da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Brasil, foi a criação de fundos setoriais, que aproximaram os governos, Universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. Estes fundos podem ser considerados, hoje, os maiores instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa e inovação no Brasil. Esta estratégia ainda vem sendo pouco utilizada nos campos do esporte e do lazer, por não serem consideradas linhas prioritárias para o governo.

Silva, Lopes e Netto (2010) evidenciaram, ao utilizarem o argumento da hélice tríplice para analisar a sinergia entre a Universidade, a empresa e o governo, no campo da pesquisa em Educação Física, que os esforços ainda são tímidos nesta área. Sendo assim, torna-se necessário que os centros produtores de pesquisas estabeleçam propostas para a criação de um espaço que possa aproximar estes três campos.

Nas últimas gestões públicas vem crescendo significativamente o apoio ao campo da Ciência e da Tecnologia. O Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação – MCTI possui uma seção que reúne e divulga dados de forma espontânea, que são de interesse coletivo ou geral, com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública (BRASIL, 2012).

Esta iniciativa foi incentivada pela criação, em 2011, da Lei de Acesso à informação (Lei 12.527, de 18/11/2011, BRASIL, 2011) pelo governo federal. A lei prevê que os órgãos e entidades vinculados ao poder público devem assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e divulgação. Além disso, deve garantir a sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

Um dos programas vinculados ao *site* do MCTI é o programa Ciência, Tecnologia e Inovação, que visa:

- Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social;
- Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica;
- Fomentar projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores;
- Fomentar a pesquisa em Tecnologia da Informação.

Além disso, o *site* do MCTI representa um dos grandes polos que congrega e dissemina informações no campo da pesquisa. Outro polo importante é a Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta plataforma existe desde 1992 e tem como intuito facilitar a busca por pesquisadores e temáticas a todos os interessados, servindo como ponte de referência para toda a comunidade científica. Apesar de aglutinar esparsamente os dados referentes aos centros produtores do país, este *site* parece auxiliar os pesquisadores no desenvolvimento de determinadas coletas de informações, facilitando o acesso a todos os interessados (SANTIAGO *et al.*, 2007).

No que se refere ao campo do esporte, uma das mais significativas iniciativas no sentido de auxiliar na gestão da informação e do conhecimento é o CEV – Centro Esportivo Virtual. Este *site* foi criado em 1998, com o intuito de facilitar o acesso à informação em educação física e esportes, especialmente no Brasil e na América Latina, onde esta situação tem sido bastante crítica.

A proposta de criação do CEV serviu como referência na área de esporte e lazer, pois tentou potencializar os três canais de informação, o *site*, a lista de discussões e os *gatekeepers* (pessoas e vetores de tecnologia). No que se refere à gestão da informação e do conhecimento sobre Políticas Públicas vigentes, o CEV possui um fórum para discussão e divulgação da área (PEREIRA, 1998). Entretanto, torna-se necessário, ainda, melhorar a utilização pelos usuários, pois é um excelente espaço, mas ainda parece não ser utilizado de forma eficiente.

Um dos motivos por estas ferramentas não serem usadas de forma eficiente, é a ausência do envolvimento das pessoas interessadas. Neste processo de gestão do conhecimento, são de suma importância que estejam entrelaçadas e em bom funcionamento, as atividades relacionadas com as tecnologias da informação, o envolvimento humano e o desenvolvimento de um produto ou serviço a ser alcançado, podendo assim, ultrapassar a barreira do simples acesso ao conhecimento e agregar valor a ele, utilizando como estratégia, relações sinérgicas entre todos os envolvidos.

Além do CEV, outros polos compartilham informações esportivas, como o Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADIB), sediado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e o Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial (NUTESSES) (centro de informação localizado no Departamento de Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Uberlândia – MG).

O Ministério do Esporte, já realiza algumas iniciativas para cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011, BRASIL, 2011). Entretanto, estas iniciativas ainda carecem de ajustes, para disseminar as informações de todas as ações e projetos desenvolvidos.

Apesar de incipientes, o ME já vem discutindo e elaborando normatizações, demonstrando a importância da gestão da informação e do conhecimento no campo do esporte. No documento Política Nacional do Esporte, elaborado em 2005 (BRASIL, 2005, p.16-18, 40,41), foi possível evidenciar a preocupação do governo federal com a gestão do conhecimento na área esportiva.

O conhecimento produzido e acumulado historicamente pela humanidade qualifica a elaboração de Políticas Públicas. O fomento à produção e à difusão do conhecimento científico e tecnológico, voltado para a gestão de políticas de esporte e lazer, ganha significado tanto na perspectiva ao subsídio ao processo de elaboração e implementação com dados sobre a situação do esporte no país – número de praticantes, instalações esportivas, profissionais atuantes, programas em desenvolvimento, investimentos, relação custo/benefício, entre outros – como da produção de novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia do esporte, além da perspectiva de formação continuada dos gestores e dos agentes sociais de esporte e lazer, responsáveis por fazer chegar à população o resultado da produção científica na forma de serviços públicos de qualidade oferecidos na área (BRASIL, 2005, p.16-18, 40,41).

No campo da produção do conhecimento em Políticas Públicas de esporte e lazer no contexto ministerial, é de suma importância o entendimento do formato das políticas que regem este modelo. Cada tipo de política pública define um tipo específico de relação política, ou seja, uma arena. O modelo de *policy arena*, refere-se aos processos, tanto de conflitos, quanto de consensos, dentro das diversas áreas da política.

Ao se fazer uma reflexão sobre as tendências de financiamentos à pesquisas nos diversos polos existentes, como CAPES, CNPq e Fapesp, por exemplo, pode-se evidenciar um tipo de arena política no campo dos estudos sobre o esporte e o lazer. Nota-se que, historicamente, estes campos vivem à margem do processo de financiamento, não sendo foco prioritário de auxílios. Ainda dentro do campo de estudos do esporte e lazer, é possível evidenciar um processo conflituoso entre os diferentes subcampos, tendo o esporte de alto rendimento caráter prioritário na distribuição orçamentária, quando comparados ao foco dado ao esporte participação.

Segundo Starepravo (2011), no campo político, além do olhar prioritário ao alto rendimento, também destacado na pesquisa realizada por Veronez (2005), o esporte recreativo e o lazer sofrem alguns problemas, como o assistencialismo e o utilitarismo, a hierarquização de prioridades sociais e a construção de políticas sob o olhar do empirismo (LINHALES, 2001; CAVICHIOLLI, 1996). Neste sentido, tanto o campo da produção do conhecimento como a gestão de Políticas Públicas de esporte e lazer,

apresentam similaridades, principalmente no que se refere às dificuldades em seu desenvolvimento consistente (STAREPRAVO, 2011).

Reforçando este dado, a pesquisa realizada por Veronez (2005), ao analisar a divisão orçamentária do órgão responsável pelo esporte no período de 1996 a 1999, mostrou que houve uma grande diferença entre o que foi previsto e o que foi executado. O subcampo do esporte e lazer não foi contemplado, seguindo as justificativas de falta de estrutura, recursos humanos e atraso na liberação financeira para a formalização de convênios. Esta condição não foi aplicável ao esporte de alto rendimento, que extrapolou os índices de 100% de metas atingidas.

No campo das Políticas Públicas na área do esporte recreativo e lazer, a proposta de construção de uma Rede de ações denominada de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES - foi uma iniciativa importante. Esta ação foi concebida como uma forma de iniciativa para incentivar a gestão da informação e do conhecimento, no que concerne às políticas de desenvolvimento de conhecimento científico nesta área.

A Trajetória do Ministério do Esporte - Rede CEDES

A trajetória política do esporte, no que se refere ao governo federal, passou por diversas etapas, até se estabelecer hoje como o Ministério do Esporte. Atualmente, ele é o órgão federativo de maior poder do esporte no Brasil. Até obter esta denominação, o esporte brasileiro esteve sob a responsabilidade de diversos órgãos federais, em todo seu percurso histórico. Em uma contextualização realizada por Almeida e Marchi Junior (2010), foi possível evidenciar que, inicialmente, em 1937, as competências relativas ao esporte no Brasil, eram de responsabilidade da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (1937). Somente de 1970 a 1978, tornou-se um Departamento, sendo, nesse último ano, transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto.

O Esporte se manteve vinculado ao Ministério da Educação até o ano de 1989, quando foi desvinculado, criando-se a Secretaria de Desportos da Presidência da República, permanecendo esta designação até o ano de 1995 (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010). Ainda no ano de 1995, esta Secretaria se

tornou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), que já foi vinculado a um Ministério Extraordinário do Esporte, estando nesta condição até 1998. No período de 1998 até 2000, este instituto esteve vinculado ao, agora sim, órgão regulamentado, Ministério do Esporte e do Turismo, onde o instituto foi substituído por Secretaria Nacional do Esporte.

Antes da formalização da criação do ME, na alteração governamental, evidenciada pela passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva, houve a ideia de que o Ministério do Esporte e Turismo seria extinto, sendo que o turismo iria para o Ministério do Desenvolvimento e o esporte para o novo Ministério da Juventude, Lazer e Esporte. Apesar disso, o novo governo optou por criar um órgão exclusivo para o esporte e, a partir da Medida Provisória n.º 103, de 01/01/2003, criou-se o Ministério do Esporte, evidenciando a necessidade de maior atenção do governo federal para este assunto (BRASIL, 2003).

Este Ministério já esteve sob-responsabilidade de 3 diferentes gestores, sendo eles, Agnelo Queiroz, de 2003 a 2006, Orlando Silva Junior, de 2006 a 2011 e, atualmente, é dirigido pelo jornalista José Aldo Rebelo Figueiredo. Todos estes gestores que estiveram à frente da pasta esportiva no governo federal fazem parte do mesmo partido, o PC do B, Partido Comunista do Brasil. Esta condição, segundo Bueno (2008), foi devido à necessidade inicial de repartição dos ministérios entre a base aliada do governo, na época composta pelo PT, o PC do B, o PSB e o PL, sendo o PC do B um dos menores partidos da base. Nesta altura, o ME receberia o menor orçamento dentro todos os ministérios do governo federal.

Conforme explicita Starepravo (2011), a partir da designação da pasta do esporte, foi necessário organizar a configuração inicial do Ministério, sendo este composto por agentes oriundos de dois partidos distintos, o PT e o PC do B. O professor Lino Castellani Filho, do PT, foi responsável por coordenar as questões relacionadas com as políticas para a área social.

Com uma pequena estrutura administrativa, o ME contou inicialmente com uma Secretaria Executiva; com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED); a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL). Coube ao PT, a responsabilidade de dirigir a Secretaria

Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, sendo esta dividida em dois departamentos. Até o ano de 2011, a atuação do ME no esporte nacional se deu a partir destas três manifestações, conforme a Constituição Federal de 1988: educação, participação e rendimento.

A SNDEL foi criada no sentido de atender à demanda da comunidade vinculada ao lazer e ao esporte de participação e se estruturava em dois departamentos distintos, sendo o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTEC), dedicado à produção e difusão do conhecimento para a gestão de políticas sociais de esporte e lazer e o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer, dedicado à execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer como direitos sociais, garantindo o acesso da população em todos os segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e deficiente).

Diante dos objetivos propostos pelo DCTEC, idealmente, as ações existentes na pasta esportiva, relacionada com a produção de conhecimento, deveriam ficar sob a responsabilidade deste departamento. A primeira ação governamental com a intenção de aproximar o campo acadêmico e as Políticas Públicas foi a Rede CENESP, criada em 1995. Esta rede tem como objetivo principal, conjugar e convergir esforços em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, em benefício da prática esportiva, visando ao desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias, inseridas na capacitação de recursos humanos e avaliação de atletas nas diferentes manifestações esportivas (BRASIL, 2013).

Conforme apresenta Starepravo (2011), em entrevista realizada com gestores ligados ao ME, a Rede CENESP parece não ter alcançado na prática os objetivos propostos, no que se refere à detecção e treinamento de talentos. Isto pode ser comprovado ao analisar os resultados brasileiros nas últimas edições dos Jogos Olímpicos. Ou seja, é necessário compreender se esta ação respalda as questões relacionadas ao esporte de alto rendimento, ou foi somente um jogo político para obtenção de poder e financiamentos.

Esta questão já havia sido contraditória, pois, devido a impasses políticos internos no ME, ocasionados tanto por disputas políticas de poder entre os partidos PC do B e PT, e também, o embate existente dentro do campo acadêmico, a Rede CENESP ficou sob a responsabilidade da Secretária de Esporte de Alto rendimento, impulsionando, assim, um dos

principais confrontos existentes no subcampo acadêmico da área da Educação Física. Segundo Almeida e March Júnior (2010), esta disputa corrobora as condições do subcampo político do esporte, tendo o esporte de alto rendimento uma condição de dominante, ou mão direita, e o esporte participação em uma posição de dominado, ou na mão esquerda.

Além das disputas de poder entre partidos políticos no ME, houve também, uma disputa interna dentro do PT, pelo fato de ter ficado responsável por somente uma secretaria e, ainda, a que dotava da menor porcentagem do orçamento total. Neste caso, seria um pequeno espaço para acomodar muitos aliados do PT envolvidos neste processo.

Sendo assim, os primeiros anos de existência do ME e da SNDEL, foram marcados por diversos conflitos e movimentações políticas por conquistas de espaço, entre os partidos PT e PC do B, bem como entre os agentes do PT, dentro da SNDEL, como explicita Starepravo:

O saldo desse primeiro momento foi um grupo de agentes do PCdoB com grande potencial de poder na relação com o PT no ministério, e os agentes vinculados ao PT constituindo um grupo frágil e heterônimo, com baixo grau de sustentação política, tendo como principais representantes agentes oriundos do campo científico/acadêmico. Em contrapartida o trunfo do grupo fragilmente constituído pelo PT no Ministério do Esporte parecia ser o conhecimento de causa sobre as Políticas Públicas de esporte e lazer e sobre o histórico do desenvolvimento do esporte e lazer no Brasil, ou melhor, a *expertise* científico/acadêmica num espaço dominado pela lógica político/burocrática (Starepravo, 2011, p.265).

Portanto, segundo Castellani Filho, Veronez e Júnior (2009, p.1), o fato do PT não ter assumido a responsabilidade pela política esportiva brasileira naquele momento decisório, no qual o país passava por mudanças efetivas, fez com que, os setores comprometidos com a superação, do que este autor denomina como "*modus operandi*" conservador, permaneçam deste modo até os tempos atuais. Este momento poderia ser profícuo para a concretização de vários planos idealizados pelas bases do partido.

Para atender as demandas relacionadas ao esporte recreativo e o lazer, uma das primeiras iniciativas realizadas pela SNDEL, foi a criação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em 2003. Este programa tem

como objetivo suprir a carência de Políticas Públicas e sociais que atendessem às necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, que reforçam as condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Até o ano de 2011, o PELC funcionou sob 3 eixos temáticos centrais, onde buscou atender às questões referentes aos espaços para a prática do esporte e do lazer, oportunizando as mesmas, e ainda, procurava estimular a reflexão e a produção científica sobre estas temáticas (BRASIL, 2010). Este último ponto traçava a relação existente entre o PELC e a Rede CEDES.

Em linhas gerais, segundo informações disponibilizadas pelo site do ME (BRASIL, 2011), os 3 eixos temáticos do PELC eram, até o ano de 2011, os seguintes,

1. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a Políticas Públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.
2. Funcionamento da Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação das Políticas Públicas de esporte recreativo e do lazer.
3. Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer, que prevê a construção e reforma de equipamentos, ação executada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

Estes 3 eixos temáticos do PELC, buscaram atender às demandas detectadas pela SNDEL como prioritárias dentro do campo de esporte e do lazer. Estas demandas estavam relacionadas, primeiro, à ausência de programas para este fim, segundo, ainda neste sentido, a falta de espaços e equipamentos para o desenvolvimento destes programas e, por último, a inexistência de apoios no campo políticos para a formação e produção do conhecimento sobre as Políticas Públicas de esporte e lazer.

Para atender a esta demanda, foi criada, também em 2003, a Rede CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. A

Rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada, até o ano de 2011, pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC) da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL). Esta rede, apoia, por intermédio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e sociedades científicas, a produção e a difusão de conhecimentos voltados para o desenvolvimento do campo de estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer, fundamentados em referencial oriundo das Ciências Sociais e Humanas (BRASIL, 2010).

A Rede CEDES, iniciou-se, por meio, novamente, de uma disputa de poder dentro do ME. Tendo o intuito, de promover o estreitamento de laços entre o governo e as Universidades, e, com a existência de um programa dentro do ME com o mesmo objetivo, sendo somente, de áreas diferentes, foi proposto a criação de uma linha voltada para o esporte recreativo e o lazer, dentro da Rede CENESP. Entretanto, esta recomendação foi negada por esta Rede, com o argumento de que este tema não condizia com a linha temática já utilizada. Esta negação correspondia aos entraves existentes entre o campo político (PT X PC do B) e o campo acadêmico (ciências sociais X ciências da saúde).

Até o ano de 2011, a Rede CEDES viveu quatro momentos importantes. O primeiro foi marcado pela concessão de parcerias com grupos de pesquisas de Cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras; o segundo destacou-se pela ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualificassem a política de esporte e lazer do País, estendendo, ainda, a possibilidade de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares; o terceiro momento foi marcado pela criação, em 2007, de Edital Público anual, para a seleção dos projetos a serem apoiados; o quarto momento foi marcado pela ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede CEDES, sua sistematização e socialização ampla (BRASIL, 2010).

A Rede CEDES, se pautou, inicialmente, nos seguintes princípios norteadores:

- Na democratização do acesso às informações relativas ao esporte recreativo e ao lazer e na identificação e divulgação de indicadores, com recortes por regiões, estados, municípios, idade, gênero, raça, etnia, entre outros;
- No direcionamento das ações na área do esporte recreativo e do lazer para a promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando os grupos de pesquisa, as universidades e centros de pesquisa à sociedade;
- No fomento a estudos e pesquisas voltadas à consecução de Políticas Públicas de esporte e de lazer comprometidas com o aperfeiçoamento da gestão do esporte recreativo e do lazer;
- No estímulo à difusão e à produção do conhecimento afeto às ações de gestão no campo das políticas de lazer e esporte recreativo;
- Na interligação, por meio da Rede Cedes, de todos os centros de informação e documentação esportivas para a composição de um sistema federal, formado pelos centros existentes e os que serão criados;
- Na difusão do conhecimento produzido, por meio do fomento a eventos científicos e edição e distribuição de materiais técnico-científicos (periódicos e livros);
- Na viabilização a configuração de ações de cooperação e intercâmbio dos diferentes grupos de pesquisa e centros brasileiros de informação e documentação com a comunidade internacional, por intermédio do Sistema de Rede de Informações.

A partir da criação do edital público, as formas de financiamento da Rede CEDES, poderiam ser de duas maneiras, como pesquisa induzida e semi induzida. As pesquisas com temáticas induzidas subsidiavam a SNDEL na formulação de políticas de gestão nas áreas do lazer e do esporte recreativo, por meio da elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades em todo território nacional.

As pesquisas com temáticas semi-induzidas visam estimular a produção de conhecimentos no campo científico do lazer e do esporte recreativo, tendo como eixos linhas temáticas construídas e atualizadas por meio das demandas nacionais das políticas de esporte e lazer, referenciadas em teorias das Ciências Humanas e Sociais. As pesquisas com temáticas induzidas subsidiaram a SNDEL na formulação de políticas nas áreas do lazer e do

esporte recreativo, atendendo necessidades que não foram contempladas pelas pesquisas selecionadas por meio do Edital Público.

A partir da mudança de gestão do governo federal, iniciada em 2011, pelo Governo da presidenta Dilma Rousseff, houve, novamente, alterações na estruturação política da Rede, podendo ser consideradas, atualmente, como um quinto momento vivido. Não somente a Rede CEDES foi reestruturada, mas todo o Ministério do Esporte. Este momento atual é caracterizado por incertezas com relação à continuidade das ações da Rede. Os pesquisadores envolvidos, pautados nos resultados e benefícios que o financiamento advindo da Rede trouxe para as instituições de pesquisa, buscam reivindicar, junto ao atual governo, a permanência da Rede no plano de ações. Estas discussões estão sendo realizadas desde o início de 2011, porém, até o momento, não se tem confirmado o destino da Rede e nem sua continuidade como ação.

O modelo até o momento utilizado, referente à gestão do ME, o qual era dividido em três secretarias, sendo esporte de rendimento, educacional e esporte recreativo e lazer, foi modificado. A SNDEL, secretaria onde eram desenvolvidas as ações da Rede foi extinta, iniciando uma fase de incertezas, sobre a continuidade de projetos iniciados por ela, marcando mais uma vez descontinuidade das ações políticas.

O novo modelo estrutural do ME, contempla atualmente a Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. A Rede CEDES está subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (BRASIL, 2012).

Ainda que tenha sido realocada para dentro do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, ao se fazer o acesso no *link* da Rede CEDES no *site* no ME, pode-se perceber que não houve qualquer alteração dos dados ali presentes. Este fato justifica a limitação da busca de novas informações e a seleção dos dados referentes até o ano de 2010, no presente estudo. Isto reitera os ruídos no processo de comunicação de informações e do conhecimento relativo à rede e destaca novos entraves, semelhantes aos de sua criação, merecendo destaque e novos encaminhamentos.

No que diz respeito ao apoio da Rede CEDES, nota-se que estas políticas parecem proporcionar à comunidade acadêmica, professores e alunos envolvidos, a possibilidade de serem atores da construção dessa história, podendo transformar a realidade na qual estão inseridos, por meio das contribuições oriundas de suas pesquisas e projetos desenvolvidos. Esta é uma das formas de intervenção da gestão participativa, que tem como característica superar o centralismo das decisões e descentralizar o poder advindo de quem governa (TAVARES, 2010).

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisadores tiveram maior subsídio para ampliar substancialmente o volume de estudos relacionados com essas temáticas, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as instituições de ensino superior, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre esporte e lazer. Entretanto, poucas iniciativas foram já concretizadas, no sentido de se obter dados sobre o impacto e as repercussões dessa iniciativa, ou mesmo, de uma visão panorâmica acerca da distribuição dos projetos e pesquisas realizados em todo território nacional.

Torna-se necessário, portanto, ter um olhar crítico sobre estas questões que envolvem a Rede CEDES e a comunidade acadêmica, identificando as características quantitativas, mas buscando, também, o aprimoramento qualitativo de todo o conhecimento produzido. Sendo este, realizado por meio da análise criteriosa da sua produção e a partir de apontamentos comparativos com outras realidades.

O campo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer

A produção acadêmica sobre Políticas Públicas de esporte e lazer começou a se desenvolver com maior intensidade nos anos 90. Um fato impulsionador para este crescimento do interesse de pesquisadores para aprofundarem os estudos neste campo foi a criação de fóruns de discussão, como por exemplo, o Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), além de publicações de números específicos sobre Políticas Públicas em periódicos e a criação de grupos de pesquisas vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Segundo Starepravo, Nunes e Marchi Júnior (2009), apesar de serem crescentes as iniciativas que incentivam a discussão sobre a temática, a produção de conhecimento na área ainda é discreta e direcionada para relatos de experiências e discussões, necessitando, assim, maior diálogo com as teorias.

Conforme salienta Castellani Filho (2006), os estudos sobre Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer são recentes na área acadêmica e foram incentivados pela chegada, principalmente em instâncias federais, de políticos que defendem ideais relacionados à gestão participativa, distintos do conceito conservador utilizado pelos governos antecedentes. Para Mascarenhas (2006), a participação social é um fator essencial para a concretização do esporte e do lazer como direitos sociais, já estabelecidos como tais na Constituição Federal. Para este autor, o direito ao esporte e ao lazer deve se fortalecer sobre princípios como participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia.

À medida que o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais, é reconhecida também a necessidade de política social que os concretize. É a partir desta valorização, que se torna necessário buscar a qualidade e total eficácia dos investimentos já existentes, para que seja possível conseguir mais visibilidade e, com isto, mais investimentos para a área em questão.

É possível observar certos entraves, quando se focaliza a eficácia de implementação destas políticas. Especialmente nas políticas sociais brasileiras, nota-se que as mesmas possuem como características marcantes a ausência de organização governamental, o tradicionalismo, a inércia e a descontinuidade, dentre outras, provocando o dispêndio de recursos de forma inadequada (COHEN, FRANCO, 2007; MENDONÇA, 2001; PINHEIRO, 1995). Bramante (1995) já salientava que a desintegração e a descontinuidade das propostas de ação, aliadas à passividade da intervenção popular, muitas vezes despreparada e inconsciente de seus direitos, podem resultar em políticas ineficientes.

Neste sentido, torna-se, necessário, que sejam estimulados os diálogos entre governos e os centros produtores de pesquisa (agências de pesquisa, universidades). Conforme salienta Amaral (2004), estes entraves ocorrem pelo

fato de que os governos defendem a ideia de que o tempo da política difere muito do acadêmico e da pesquisa, pois os mandatos de um governo são curtos e não permitem planejamentos em longo prazo. Já os pesquisadores, ao criticarem tais políticas, não são bem recebidos pelos governantes, os quais desejam que a avaliação de suas ações seja exclusivamente propaganda partidária, e não uma prática efetiva de avaliação que enseje mudanças.

Um projeto de esporte e lazer implica planejamento cuidadoso de ações que satisfaçam necessidades concretas e facilitem a expansão de potencialidades humanas, bem como, o desenvolvimento social e cultural. Implica, ainda, em metodologias de trabalho que requerem planejamento e intervenções, usando procedimentos para que possam ser identificados e avaliados todos os vieses, com vistas a mudanças efetivas no universo ao qual são inseridas as ações implementadas. O que se espera é que projetos vinculados ao esporte e ao lazer sejam configurados como políticas de estado e não somente ações que mudam de um período governamental para outro, sendo sempre relacionadas com planos de governos de partidos políticos específicos e com tempo definido de duração.

Cohen e Franco (2007) definem a avaliação como uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos, podendo ser realizada antes, durante ou após a implementação de determinado programa, procurando compreender de que modo, em que medida e por que pessoas foram beneficiadas. Dessa forma, a avaliação não deve ser concebida isoladamente, pois faz parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação sobre as informações de diversos projetos quanto a sua eficácia e eficiência. Além disso, analisa os resultados obtidos por esses projetos, possibilitando sua reorientação e reorganização.

A avaliação tem sido tradicionalmente concebida como um processo de constante estimativa da adequação entre os objetivos e as metas que um programa deve realizar e o seu desenvolvimento empírico. O trabalho de avaliação faz-se, neste modelo, pelo estudo dos resultados do programa em relação aos seus objetivos propostos. Numa definição amplamente aceita, avaliação é a estimativa sistemática da operação e/ou dos resultados de um

programa ou de uma política em comparação com um conjunto de parâmetros implícitos ou explícitos, como forma de contribuir para o aprimoramento do programa ou política (WEISS, 1998).

A avaliação somativa se interessa pelos resultados obtidos pelo conjunto de ações desenvolvidas em um programa. O foco está na eficácia do programa, isto é, na estimativa do impacto dessas ações sobre o problema de base (COHEN; FRANCO, 2007). Por outro lado, a análise de impacto vai se interessar pelas consequências, previstas ou imprevistas, que um determinado programa de governo poderá ter sobre um grupo social (FISCHER, 1995).

Para Cavichioli (1996), a avaliação de políticas pode auxiliar a analisar os impactos efetivos dos programas implementados. Entretanto, este autor ressalta que esta fase é subutilizada no campo político do esporte e lazer, prevalecendo a lógica do empirismo e a falta de avaliação.

Para tanto, é de suma importância a realização de estudos que subsidiem as avaliações de programas públicos, buscando auxiliar na elaboração de novas políticas e, além disso, propiciar um campo favorável para a aproximação destes dois polos. Neste sentido, Demo (2001) explicita que as transformações sociais não são imediatas e que, também, não se deve esperar que as mesmas viessem hierarquicamente de cima para baixo. É necessário, para tanto, que a participação civil frente ao Estado seja efetiva, de forma organizada e sistematizada, entendendo que as conquistas são vagarosas e processuais.

OBJETIVO GERAL

Realizar a gestão da informação e do conhecimento produzido sobre as Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer envolvendo as ações desenvolvidas pela Rede CEDES/ME, no período de 2003 a 2010, e avaliar os impactos, repercussões e seus princípios norteadores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer um levantamento das informações relacionadas à Rede CEDES, recuperando e sistematizando os dados sobre as ações realizadas, especificando, pesquisas e projetos desenvolvidos pelos grupos e núcleos, por ano e região, instituições envolvidas, linhas de pesquisa relacionadas, intervenções, grupos de estudos envolvidos, publicações, periódicos, eventos científicos e apoios financeiros.
- Analisar o conteúdo da produção científica da Rede CEDES, evidenciados os principais resultados, bem como, lacunas e campos inexplorados no âmbito das Políticas Públicas de esporte e lazer.
- Avaliar os impactos e possíveis repercussões evidenciadas pela criação e desenvolvimento das ações realizadas pela Rede CEDES, na visão de seus atores envolvidos no processo.

MÉTODO

Natureza do estudo

Este estudo, de natureza qualitativa, busca entender os enredamentos relacionados ao objeto central deste estudo, a Rede CEDES/ME, por meio da gestão dos conhecimentos produzidos, e analisar os impactos e repercussões da criação desta Rede na elaboração das Políticas Públicas brasileiras. Segundo Richardson (2007), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever as complexidades de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, entre outras características, sendo, portanto, adequado aos pressupostos aqui evidenciados.

Procedimentos

Este estudo foi realizado com base na união de análise documental e pesquisa de campo do tipo *survey*. A pesquisa documental adéqua-se aos objetivos desse estudo, tendo em vista uma de suas importantes características relativa a tratar de documentos usualmente pertinentes a arquivos de órgãos públicos e produções escritas. Segundo Gil (2002), uma das vantagens da pesquisa documental é que os documentos constituem fontes de dados mais estáveis e duradouras e proporcionam uma ampla visão do problema.

Para o desenvolvimento da pesquisa documental no Brasil, foi inicialmente realizada uma consulta ao acervo documental do Ministério do Esporte, obtendo-se, assim, acesso às informações contidas em diversos documentos, os quais, por sua vez, continham informações sobre Núcleos e Grupos pertencentes à Rede. Os documentos analisados foram:

- Relatório de Cumprimento do Objeto
- Cadastros de Produção (a partir do ano de 2006)
- Projetos enviados para a concorrência do edital (a partir do ano de 2007)
- Listagem das revistas e eventos apoiados pela Rede CEDES (a partir do ano de 2006)
- Atas de avaliação

- Documento interno para elaboração do site
- Planilhas de controle de publicações
- Outros documentos avulsos que estavam no acervo do ME

Posteriormente, foi feita uma busca no *site* do CNPq, mais precisamente na Plataforma *Lattes*. Este procedimento foi realizado para se selecionar, recuperar e sistematizar as informações sobre os líderes, instituições envolvidas, linhas de pesquisa relacionadas, área de formação acadêmica dos pesquisadores e titulações dos integrantes de cada Núcleo e Grupo da Rede CEDES.

A análise documental foi realizada nas dependências da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), no Ministério do Esporte, localizado em Brasília, Distrito Federal, com a permanência da pesquisadora durante um período de 40 dias. Nestes documentos, foram consultadas as informações referentes às ações realizadas pelos grupos e núcleos, especificando-se as produções, publicações e periódicos, principais eventos científicos, projetos de pesquisa desenvolvidos, edições de livros e capítulos publicados e os apoios financeiros.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo do tipo *survey*, para se obter as informações não localizadas nos documentos analisados. Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizado a técnica de questionário misto, o qual contém perguntas abertas e fechadas, aplicado a uma amostra intencional composta por líderes dos núcleos e grupos pertencentes à Rede CEDES. Anexo ao questionário foi encaminhado aos sujeitos da pesquisa uma carta explicativa, contendo os esclarecimentos e detalhes sobre o estudo (THOMAS, NELSON, SILVERMAN, 2007).

Além disso, foram realizadas entrevistas estruturadas com os gestores responsáveis pela Rede, nas duas principais gestões, correspondentes ao período de 2003 a 2010. As entrevistas foram realizadas via *email*, contendo perguntas direcionadas, referentes à compreensão destes atores sobre os critérios de distribuição de recursos e prestação de contas, a seleção de propostas, a avaliação dos investimentos e os impactos e as repercussões da Rede CEDES. O objetivo destas entrevistas foi investigar a visão dos próprios atores que gerenciaram a Rede CEDES os enredamentos da mesma no campo das políticas públicas de esporte e lazer.

No que se refere aos procedimentos éticos, este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Biociências da UNESP Câmpus de Rio Claro. O número do processo é 078/2012.

Análise dos dados

De posse dessas informações, foi feita uma análise descritiva de todos os dados coletados, utilizando-se como recurso a Técnica de Análise de Conteúdo Temático. Por meio desta técnica, foi possível gerar informações sobre as abordagens dominantes e as mais emergentes, conforme evidencia Bardin (2010). A Técnica de Análise de Conteúdo se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e agrupados (Richardson, 2007), para melhor compreensão do universo pesquisado.

De acordo com Bardin (2010), a Técnica de Análise de Conteúdo permite adentrar na realidade do universo pesquisado, descrevendo os resultados do estudo de modo sistemático e objetivo, favorecendo a compreensão das mensagens emitidas pelos sujeitos da pesquisa. Ainda segundo a autora, grande parte dos procedimentos de análise utiliza a categorização dos fragmentos das mensagens, permitindo agrupar os resultados que possuem elementos em comum e organizá-los para a interpretação.

A organização da análise dos dados consiste em três fases, sendo elas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2010, p. 121). A primeira fase consiste na própria organização do material, por meio de leitura, seleção dos documentos, formulação de hipótese e objetivos, elaboração de indicadores e preparação do material que será analisado. É nesta fase que inicia o processo de categorização dos dados.

A segunda fase, referente à exploração do material, consiste na análise em si, dando continuidade às decisões tomadas na fase anterior, de modo sistemático. Na terceira fase, os resultados são expostos de maneira condensada e em destaque, podendo ser transformados em estatísticas simples, como as porcentagens (as quais poderão ser utilizadas nesta pesquisa), para, em seguida, poder realizar a inferência e interpretação final

desses dados, atingindo os objetivos propostos, e, até mesmo, desvelando outras informações (BARDIN, 2010).

A interpretação e a discussão dos resultados foram realizadas tomando-se por base os estudos focalizados durante a fundamentação teórica e outros que agregaram novas reflexões. Os resultados e discussão da tese são apresentados a seguir, separados em 4 artigos, para melhor compreensão. As categorias utilizadas para análise dos dados foram definidas a partir dos resultados e da discussão

RESULTADOS GERAIS DA TESE

Para apresentação dos resultados a seguir, foram consultados os seguintes documentos nas dependências da SNDEL:

57 Relatórios de Cumprimento do Objeto

70 Cadastros de Produção (a partir do ano de 2006)

79 Projetos enviados para a concorrência do edital (a partir do ano de 2007)

1 Listagem das revistas e eventos apoiados pela Rede CEDES (a partir do ano de 2006)

Atas de avaliação

5 listagens para elaboração do site

1 Planilha de controle de publicações

Para complementação da coleta de dados, foram enviados 107 questionários via *e-mail* para os pesquisadores, obtendo-se o retorno de 59 respostas. Os resultados apresentados neste estudo se referem ao recorte temporal correspondente aos anos de 2003 a 2010. Neste período, a Rede foi gerenciada por 2 gestores, sendo o primeiro Prof. Dr. Lino Castellani Filho, responsável pelo período de 2003 a 2006 e a segunda, Prof. Ms. Rejane Penna Rodrigues, responsável pelo período de 2006 a 2010.

A Rede CEDES, se pautou, inicialmente, nos seguintes princípios norteadores:

- Na democratização do acesso às informações relativas ao esporte recreativo e ao lazer e na identificação e divulgação de indicadores, com recortes por regiões, estados, municípios, idade, gênero, raça, etnia, entre outros;
- No direcionamento das ações na área do esporte recreativo e do lazer, para a promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando os grupos de pesquisa, as universidades e os centros de pesquisa à sociedade;
- No fomento a estudos e pesquisas voltadas à consecução de Políticas Públicas de esporte e de lazer comprometidas com o aperfeiçoamento da gestão do esporte recreativo e do lazer;
- No estímulo à difusão e à produção do conhecimento afeto às ações de gestão no campo das políticas de lazer e esporte recreativo;

- Na interligação, por meio da Rede Cedex, de todos os centros de informação e documentação esportivas para a composição de um sistema federal, formado pelos centros existentes e os que seriam criados;
- Na difusão do conhecimento produzido, por meio do fomento a eventos científicos e edição e distribuição de materiais técnico-científicos (periódicos e livros);
- Na viabilização e configuração de ações de cooperação e intercâmbio dos diferentes grupos de pesquisa e centros brasileiros de informação e documentação com a comunidade internacional, por intermédio do Sistema de Rede de Informações.

Neste sentido, as duas gestões da Rede CEDES foram marcadas por 4 momentos diferentes. Inicialmente, no âmbito da sua criação, os convênios eram firmados com grupos de estudos vinculados ao CNPq, de universidades públicas, sendo este um pré-requisito existente para se firmar as parcerias. Neste momento, os convênios eram realizados por meio de demanda induzida pelos gestores da Rede, ou seja, os grupos de pesquisas eram convidados a desenvolver pesquisas e recebiam o apoio financeiro para tal. Neste período, o financiamento era concedido para a criação dos Núcleos nas instituições, e partir da quantia recebida, estes núcleos desenvolviam as pesquisas que estavam em andamento por aquele grupo de estudo. Os Núcleos da Rede CEDES eram instâncias vinculadas às instituições de ensino superior, que integravam um Grupo ou conjunto de Grupos de Estudos da mesma instituição responsáveis pelas pesquisas apoiadas pelo Ministério do Esporte.

Posteriormente, estes financiamentos se estenderam às instituições particulares. Estas características compreenderam à primeira gestão da Rede CEDES. Neste período for firmado um total de 28 convênios e 96 pesquisas, como explicitado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Pesquisas e Convênios (2003 a 2006)

ANO	CONVENIOS	PESQUISAS
2003/2004	10	26
2005	7	34
2006	11	36

A segunda gestão iniciou-se a partir do ano de 2006, que, nesse ano manteve o procedimento que já vinha sendo tomado pela gestão anterior e, a partir do ano de 2007, foi instaurada a política dos editais públicos. Neste momento, grupos de pesquisas de todo o país poderiam concorrer ao financiamento concedido pelo Ministério do Esporte. O edital público sistematizou a forma de concessão de convênios e as linhas temáticas que as pesquisas apoiadas deveriam desenvolver. Neste período, foi firmado um total de 101 convênios e 112 pesquisas, como explicitado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Pesquisas e Convênios (2007 a 2010)

ANO	CONVENIOS	PESQUISAS
2007	23	29
2008	28	33
2009/2010	50	50

A figura 1 representa a divisão de financiamentos da Rede CEDES, distribuídas por Região do país.

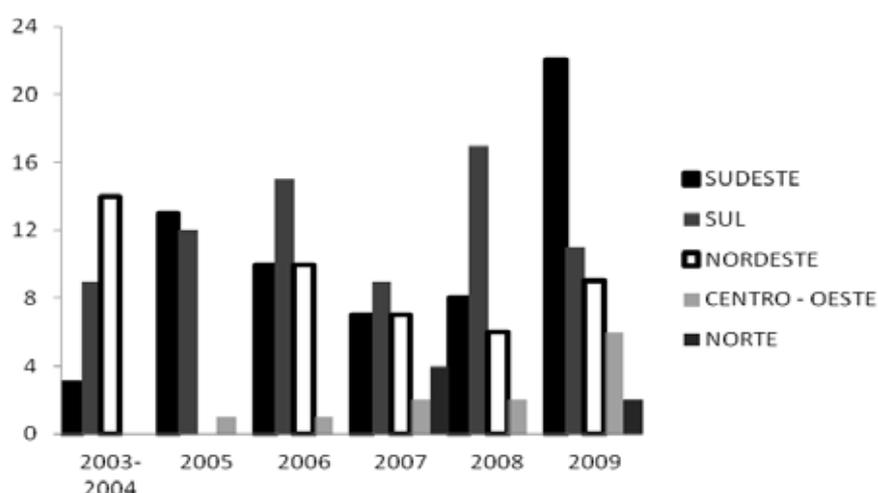


Figura 1. Número de pesquisas realizadas por ano, distribuídas por região.

Os quadros a seguir apresentam os números correspondentes aos financiamentos por ano e região, para melhor visualização:

Quadro 3 – convênios firmados por ano e região

POR REGIÃO - 2003 a 2009 - CONVENIOS FIRMADOS								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 - 10	
SUDESTE		3	2	4	6	7	21	43
SUL	1	2	4	4	8	15	11	45
NORDESTE		4		3	6	4	10	27
CENTRO-OESTE			1		2	2	6	11
NORTE					1		2	3
TOTAL	1	9	7	11	23	28	50	129

Quadro 4 – pesquisas apoiadas por ano e região

POR REGIÃO - NÚMERO DE PESQUISAS APOIADAS								
	2003-2004	2005	2006	2007	2008	2009-10		
SUDESTE	3	13	10	7	8	22		63
SUL	9	12	15	9	17	11		73
NORDESTE	14	0	10	7	6	9		46
CENTRO - OESTE	0	1	1	2	2	6		12
NORTE	0	0	0	4	0	10		14
TOTAL	26	26	36	29	33	58		208

No período de 2003 até 2010, a Rede CEDES contou com a participação de 96 grupos de estudos vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Estes grupos pertencem a diferentes áreas, como Administração, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Biblioteconomia, Biologia, Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Ciências Humanas, Ciências Naturais/Matemática, Ciências Sociais, Educação, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Filosofia, Fisioterapia, Geografia, Gerontologia, História, Letras, Pedagogia, Política, Psicologia, Serviço Social, Sociologia Política, Terapia Ocupacional, Turismo, sendo a área predominante a Educação Física, seguida de Educação e Turismo.

No que tange à temática das pesquisas após a utilização dos editais públicos, os resultados apontam que a maior incidência foi apresentada pelo

eixo Memória do esporte e com menos incidência o eixo Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Os dados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Eixos temáticos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES

EIXO TEMÁTICO	%
Memória do esporte e do lazer	19,58
Perfil do esporte e lazer	8,47
Programas integrados de esporte e lazer	15,34
Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer	8,99
Observatório do esporte	10,58
Gestão de esporte e de lazer	13,23
Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer	6,35
Infraestrutura de esporte e de lazer	16,40
Sistema Nacional de Esporte e Lazer	1,06
TOTAL	100

Sobre as categorias de financiamento, teve-se, a partir da política de editais públicos, as seguintes faixas de financiamento:

- Categoria 1 - Pesquisa apresentada por, pelo menos, um pesquisador da instituição e do grupo de estudo da proponente (R\$ 35.000,00).
- Categoria 2 - Pesquisa apresentada por um Núcleo, ou seja, por mais de um grupo de estudo da mesma instituição proponente (R\$ 70.000,00).
- Categoria 3 - Pesquisa apresentada e coordenada por uma instituição proponente, envolvendo a parceria de grupos de estudos de, pelo menos, duas instituições de ensino superior diferentes (entre 02 instituições – R\$ 60.000,00, entre 03 instituições – R\$ 85.000,00, entre 04 ou mais instituições – R\$ 110.000,00).

Foi possível contabilizar um número total de 1128 envolvidos, sendo 293 doutores, 172 mestres, 652 bolsistas de graduação, técnicos, mestrado e doutorado, e 11 voluntários. Estes pesquisadores eram, em sua maioria, da área da Educação Física, seguidas das áreas de Educação e Ciências Sociais em sua formação inicial (FONTE: Plataforma *Lattes*).

Além disso, para a realização dos convênios, estão vinculadas à Rede CEDES um total de 59 instituições, sendo 55 públicas e 4 privadas, distribuídas por todas as regiões do país. Somente a partir de 2006 a concessão de convênios pode ser estendida a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

No que se refere à produção acadêmica, a partir dos documentos analisados, foi possível verificar a publicação de 108 livros, 80 capítulos de

livros, 226 artigos (periódicos e anais) e 317 resumos, como evidenciados na figura a seguir:

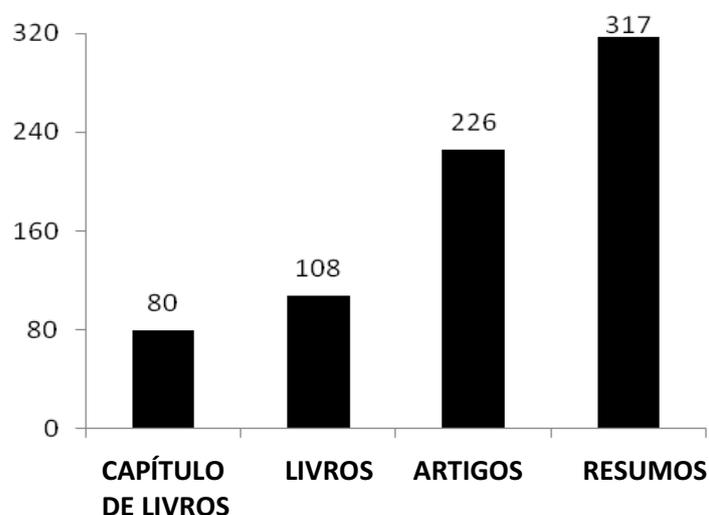


Figura 2. Publicações oriundas dos financiamentos da Rede CEDES

Os demais produtos e desdobramentos estão apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 5: Produtos oriundos do financiamento da Rede CEDES

PRODUTOS	2003/2004	2005	2006	2007	2008	2009/2010	TOTAL
Livros	10	11	26	17	18	26	108
Intervenções	3		4		2		15
Registro/Memória	2	2	6	7	7	4	28
Modelos Metodológicos		3		2		3	2
Homepage/sites	3	3	7	2	11	4	30

Quadro 6 - Desdobramentos oriundos do financiamento da Rede CEDES

DESDOBRAMENTOS	2003/2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Artigos (anais e periódicos)	24	42	57	26	77	226
Resumos	27	89	85	53	63	317
Capítulos de livros	01	12	22	10	35	80
Organização de eventos	14	12	16	5	6	53
Palestras	19	5	14	7	4	49
Vídeos		52	7	41	23	123
Outros livros		1		1		2
Entrevistas			8	1	23	32
Teses/dissertações/monografias			2	29	1	32

No que tange às produções científicas oriundas da Rede CEDES, estas tiveram, em sua maioria, um foco nas análises da dimensão política na qual

estão envolvidos. Entretanto, foi possível evidenciar a atenção dada por alguns estudiosos, no sentido de se compreender o sistema público que sustenta as questões do esporte e do lazer. Este aspecto é justificado pelo fato de que as linhas desenvolvidas nos projetos estavam sob a demanda do próprio ME. Foram evidenciados poucos estudos que abordassem a avaliação dos programas existentes.

Os artigos provenientes das pesquisas financiadas pela Rede CEDES, foram publicados em diferentes revistas, sendo, em sua maioria, revistas nacionais. Os artigos foram publicados, por ordem de maior incidência, nas revistas: Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Motrivivência, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Motos Corporis, Licere, Motriz, (Congresso Internacional de Educação Física) FIEP, Impulso, entre outras. As revistas internacionais encontradas foram: International Journal of Physical e Education, Lecturas: Educación Física y Deportes e Revista Portuguesa de Ciências do Desporto.

As revistas e eventos apoiados pela Rede estão representadas a seguir:

Quadro 7 – Revistas apoiadas pela Rede CEDES

Quantidade (edições)	Revistas
6	REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE
21	REVISTA MOVIMENTO / UFRGS
2	REVISTA PENSAR A PRÁTICA /UFG
11	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
7	ARQUIVOS EM MOVIMENTO
1	LICERE/UFMG
3	LAZER E SOCIEDADE

Eventos apoiados:

- ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA
- ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM TREINAMENTO DESPORTIVO
- CONGRESSO MERCOSUL DE CULTURA CORPORAL E QUALIDADE DE VIDA E ENCONTRO MERCOSUL DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, PEDAGOGIA E FISIOTERAPIA
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA (2 edições)
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DANÇA EM CADEIRA DE RODAS
- CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
- CONGRESSO NACIONAL DA REDE UNIDA FÍSICA (2 edições)
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

- CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
- COLETANIA DO PRIMEIRO ENCONTRO DE INTERCÂMBIO ANIMA-CELAR
- SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER FÍSICA (2 edições)
- SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FÓRUM OLÍMPICO ESTADUAL E JORNADA PEDAGÓGICA DO CBCE
- FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTES FÍSICA (2 edições)
- CONGRESSO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA E JORNADA CENTRO-OESTE DE QUALIDADE DE VIDA
- SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE
- CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E SAÚDE DO BRASIL NORTE
- ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER FÍSICA (3 edições)
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA 2010/2011
- REUNIÕES REGIONAIS DO PELC
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO.

A partir destes resultados, foi realizada a discussão dos dados, a qual será exposta inserida nos artigos apresentados a seguir.

REFERÊNCIAS DA PARTE INTRODUTÓRIA DA TESE

ALMEIDA, B. S; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Rio Grande do Sul, v.16, n. 4, p.73-92, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1153/115316963005.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas **de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 208f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas para o desenvolvimento do lazer e do esporte. In: 56 REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: Reunião Anual da SBPC, 2004.

APPLEHANS, W., GLOBE, A., LAUGERO, G. **Managing Knowledge: A Practical Web-Based Approach**. Addison: Wesley, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições70, 2010.

BATISTA, F. F. **Governo que aprende**: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Texto para discussão, n.1022, jun. 2004.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.

BRASIL. **Medida Provisória**. Nº 103, DE 1º DE JANEIRO. 2003. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/103.htm>>. Acesso em 12 jul 2012.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Conselho Nacional do Esporte. Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005. Política nacional do esporte. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/politica_nacional/Politica_Nacional_completo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/> Acesso em: 12 jul 2012.

BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Lei do Acesso à Informação. (Lei 12.527, de 18/11/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 12 jul 2011.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Rede CENESP: Sobre a Rede. Disponível em: < <http://www.esporte.gov.br/snear/cenesp/sobre.jsp>>. Acesso em 15 jan 2013.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Rede CEDES. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 15 dez. 2010.

BUENO, L. Políticas Públicas **do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008

CARVALHO, G. M. R.; TAVARES, M. S. **Informação e conhecimento**: uma abordagem organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.119-135.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, L. F. C.; JÚNIOR, R. L. **O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência & Tecnologia no âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo Lula – 2003/2006**. Observatório do Esporte. Centro Esportivo Virtual, 2009. Disponível em <http://cev.org.br/biblioteca/o-esporte-recreativo-o-lazer-saude-ciencia-tecnologia-ambito-politica-nacional-esporte-1-governo-lula-2003-2006/> Acesso em 15 set 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAVICHIOILLI, F. R. Políticas Públicas **para o esporte e lazer**: tentativa de mudanças. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1996.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, P. F. **Postcapitalist Society**. New York: HerperCollins Publishers, 1993.

FERRARI, R. D. **Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)**. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FISCHER, F. **Evaluating public policy**. Chicago, IL: Nelson Hall Publishers, 1995.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.

HISLOP, D. Knowledge management as an ephemeral management fashion? **Journal of Knowledge Management**, Bingley, v.14, n. 6, p.779 -790, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/13673271011084853>. Acesso em 15 mar. 2012.

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, B. A. de ; CUSTÓDIO, M. L.; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André: Alpharrabio, 2009, p. 93-124.

LINHARES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: Políticas Públicas**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MASCARENHAS, F. Política de esporte e lazer: financiamento e controle social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER, 6., 2006. **Anais...** Unimontes: Montes Claros, 2006.

MENSCHING, J. R.; ADAMS, D. A. **Managing an information system**. New Jersey: Prentice Hall, 1991.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEREIRA, F. C. M. O processo de conversão do conhecimento em uma escola de atendimento especializado. **Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 20, p. 38-52, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n20p38/303>>. Acesso em 10 jul. 2010.

PEREIRA, L. E. **Centro esportivo virtual**: um recurso de informação em educação física e esportes na internet. 1998. 90f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PINTO, L. M. S. M. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 18-27, set. 1998.

PRUSAK, L. Where did knowledge management come from? **IBM Systems Journal**, New York , v. 40, n. 4, p.1002-1007, abr/2010. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=5386951>>>. Acesso em 10 jul. 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do Esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, p.91-103, dez. 2011. Disponível em: <http://sistemas.eeferp.usp.br/myron/arquivos/2540410/0ed7cb60e831fbc9ed940c6b631172f3.pdf>. Acesso em 15 jan 2013.

SANTIAGO, D. R. P.; SCHWARTZ, G. M.; FONTENLA, M. C.; TREVISAN, P. R.; CHRSTOFOLETTI, D. F. A. Pesquisa científica e produção do conhecimento em lazer: a incidência dos conteúdos culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14. E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2007, Olinda. **Anais...** Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. v.1, p.15-25.

SCHWARTZ, G. M. Grupos de pesquisa em gestão do lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – Sesi São Paulo, 2008. p 1-2.

SCHWARTZ, G. M. **O Lazer como campo de pesquisa.** In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 1., 2009, Belo Horizonte. Palestra

SCHWARTZ, G. M. Reflexões e sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In: SCHWARTZ, G. M; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo:** balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. 129-142.

SILVA, C. A. F.; REBOCHO LOPES, J. P. S.; ARAÚJO NETTO J. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 995-1005, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n4p995>>. Acesso em 10 ago. 2012.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil:** Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2011. p. 422

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JÚNIOR, W. Agenda de pesquisa em Políticas Públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15. CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009. v.1, p.1-14.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramento das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: balanço da Rede CEDES**, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010, p. 69-91.

THOMAS, R. J., NELSON, J. K., SILVERMAN, S. J. **Métodos e técnicas de pesquisa em atividade física**. 5. Ed. Tradução D. R. Sales; M. S. Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2007. 400p.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. 370p.

WEISS, C. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American journal of evaluation**, Champaign, v. 19, n. 1, p. 21–33, 1998.
Disponível em:
<http://www.stesapes.med.ulg.ac.be/Documents_electroniques/EVA/EVA-PROG/ELE%20EVA-PROG%207232.pdf>. Acesso em 10 ago. 2012.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WILLIAMSON, A.; KENNEDY, D. M.; MCNAUGHT, C.; DE SOUZA, R. Issues of intellectual capital and intellectual property in educational software development teams. **Australian Journal of Educational Technology**, Dickson, v. 19, n. 3, p. 339-355, Spring 2003.

ZABOT, J. B. M.; SILVA L. C. M. **Gestão do Conhecimento: aprendizagem e tecnologia - construindo a inteligência coletiva**. São Paulo: Atlas, 2002.

ARTIGO 1

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS: AÇÕES REALIZADAS PELA REDE CEDES/ME**

**INFORMATION MANAGEMENT AND KNOWLEDGE IN PUBLIC POLICY:
ACTIONS TAKEN BY REDE CEDES / ME**

**GESTIÓN DE LA INFORMACIÓN Y DEL CONOCIMIENTO EN LA POLÍTICA
PÚBLICA DE LAS ACCIONES TOMADAS POR LA RED CEDES / ME**

Giselle Helena Tavares – Doutoranda em Ciências da Motricidade –
LEL/DEF/IB/UNESP Câmpus Rio Claro
gi_htavares@yahoo.com.br

Gisele Maria Schwartz – Livre docente
LEL/DEF/IB/UNESP Câmpus Rio Claro
schwartz@rc.unesp.br

Apoio Financeiro: CAPES

RESUMO

Os diálogos entre governo e Universidades nem sempre são estreitados, em função das dificuldades na democratização do conhecimento sobre as ações desenvolvidas. Sendo assim, este estudo, de natureza quantitativa, tem por objetivo realizar a gestão das informações e do conhecimento produzido relativo às ações da Rede CEDES/ME. Dados provenientes de pesquisa documental e de campo foram descritivamente analisados, por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temático e demonstraram que a Rede CEDES representa um potencial canal de diálogo entre o poder público e a sociedade, tendo um papel importante neste processo crítico.

Palavras-chave: gestão; informação; Políticas Públicas; esporte; lazer.

ABSTRACT

Dialogues between Government and the Universities are not always narrowed due to the difficulties in the democratization of knowledge about the developed actions. Therefore, this quantitative study aims to manage the information about the actions performed by Rede CEDES, from Ministry of Sports. Data from documental research and exploratory research were descriptively analyzed by Content Analysis Technique and evidenced that Rede CEDES represents a potential channel for dialogue between Government and society, having an important role in this critical process.

Keywords: Keywords: management, information, public policy, sports, leisure.

RESUMEN

Los diálogos entre el gobierno y las universidades no siempre se estrechan debido a las dificultades para la democratización del conocimiento acerca de las medidas adoptadas. Por lo tanto, este estudio cuantitativo, tiene como objetivo gestionar la información sobre las acciones llevadas a cabo por la Red de CEDES / ME. Los datos de la investigación documental y de campo fueron analizados descriptivamente mediante la técnica de análisis de contenido y demostró que la Red CEDES representa un posible canal de diálogo entre el gobierno y la sociedad, que tiene un papel importante en este proceso crítico.

Palabras clave: gestión, información, Políticas Públicas, deportes, ocio

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a gestão do conhecimento e da informação no campo das organizações públicas vêm ganhando cada vez mais espaço no contexto acadêmico. Esta condição é devida à necessidade de se socializar as práticas realizadas na gestão pública. Os diálogos entre o governo e a Universidade vêm sendo entendidos como uma saída para a democratização do conhecimento, bem como, uma possibilidade de conscientização da população, a partir do acesso à informação.

As estruturas das organizações públicas e privadas, delineadas pelos padrões sociopolítico e econômico que perpassam os tempos atuais, são baseadas em informações que geram conhecimentos. Mais do que somente disseminar informação, o importante é agregar valor a ela, utilizando como estratégia, relações sinérgicas entre todos os envolvidos, objetivando engajar a todos, para novas tomadas de decisões.

Para estimular a realização de mudanças significativas e colocá-las em prática, torna-se necessário ter um amplo entendimento sobre a gestão da informação e do conhecimento, ultrapassando a barreira do simples acesso à informação, estendendo as ações, no sentido de analisar e qualificar este conteúdo informacional, buscando, assim, as adequações necessárias. Sendo assim, a avaliação de redes que dialoguem entre si parece ser uma estratégia interessante, tendo em vista que podem subsidiar mudanças efetivas.

Silva, Lopes e Netto (2010) evidenciaram, ao utilizarem o argumento da hélice tríplice, para analisar a sinergia entre a Universidade, a empresa e o governo no campo da pesquisa em Educação Física, que os esforços ainda são pequenos nesta área, necessitando, assim, que os centros produtores de pesquisas estabeleçam propostas para a criação de um espaço que possa aproximar estes três campos.

A criação de uma Rede de ações no campo do esporte e lazer, como a Rede CEDES, parece ser uma estratégia interessante neste sentido, adotada pelo Ministério do Esporte e que merece um olhar mais atento. Os Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) se referem a uma ação política que surge para traçar relações sinérgicas entre centros

produtores de pesquisa do país e o governo, em torno de uma demanda governamental, que tem como propósito, segundo Bonalume (2008, p.69) “[...] articular o conhecimento produzido para utilizá-lo na construção da política nacional.”.

Esta iniciativa parece ter sido importante, pois conforme salienta Schwartz (2008), o conhecimento produzido nas áreas de lazer, esporte e outras, não tem sentido, se não for difundido e disseminado, com acesso a todos os interessados. Sendo assim, a gestão da informação sobre esse conhecimento se torna uma estratégia importante. Ainda segundo Schwartz (2009), a gestão da informação pode promover o estreitamento de relações entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG), comunidade e universidades, facilitando a produção de pesquisas e a organização de novos centros gestores de informação e conhecimento.

Neste sentido, a gestão da informação e do conhecimento pode ser considerada como um mecanismo facilitador da passagem do conhecimento produzido, como uma forma de espiral do conhecimento (NONAKA, TAKEUSHI, 1997). Valentim (2007) também ressalta a necessidade de se gerenciar eficientemente a informação e o conhecimento, explicando que isto fomenta novos planejamentos, novas ações e execuções, alimentando e retroalimentando as organizações que fazem uso desse conhecimento.

Entretanto, embora já se tenham pistas de que a Rede CEDES venha contribuindo no processo de produção de conhecimento, ainda não foi possível visualizar a organização deste conhecimento, mesmo dentro do próprio sistema organizacional da Rede CEDES, no Ministério do Esporte. O marco do momento atual é a necessidade da qualidade da circulação deste conhecimento, e, o mais importante, a aplicabilidade do mesmo, sendo este, o fato impulsionador deste estudo. Busca-se, a partir desta investigação, subsidiar as questões da gestão da informação e do conhecimento que envolve as ações da Rede CEDES, podendo contribuir para a continuidade de suas atuações e na geração de novas ações, no campo das Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer no Brasil.

OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo realizar a gestão das informações e do conhecimento produzido, decorrentes das ações realizadas pela Rede CEDES, no período de 2003 a 2010, analisando o conteúdo da produção dos núcleos e grupos componentes, evidenciados os principais resultados alcançados, bem como, lacunas e campos inexplorados no âmbito das Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil.

MÉTODO

O estudo, de caráter qualitativo, foi caracterizado sendo composto por pesquisa documental e pesquisa de campo (GIL, 2002; RICHARDSON, 2007). Segundo Richardson (2007), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever as complexidades de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, entre outras características, sendo, portanto, adequado aos pressupostos aqui evidenciados.

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, com o intuito de buscar referenciais teóricos conceituais, que permitem auxiliar na compreensão dos fatores e dimensões do contexto analisado, auxiliando, assim, a encontrar novos olhares e novas formas de entendimento sobre eles. Foram abordados temas relacionados à gestão da informação e do conhecimento, Políticas Públicas sobre esporte e lazer, panorama das pesquisas sobre esta temática, projetos governamentais elaborados pelo Ministério do Esporte, entre outros.

Em seguida, foi desenvolvida a Pesquisa Documental, diretamente *in loco* no Ministério do Esporte, sendo esta, adequada aos objetivos desse estudo, tendo em vista uma de suas importantes características relativa a tratar de documentos usualmente pertinentes a arquivos de órgãos públicos e produções escritas. Segundo Gil (2002), uma das vantagens da pesquisa documental é que os documentos constituem fontes de dados mais estáveis e duradouras e proporcionam uma ampla visão do problema.

Neste sentido, para o desenvolvimento da pesquisa documental foi realizada uma consulta ao acervo documental do Ministério do Esporte, obtendo-se, assim, acesso a todas as informações contidas nos relatórios de

cumprimento do objeto, cadastro de produção e outros documentos alocados das dependências do ME, dos Núcleos e Grupos pertencentes à Rede. Esta análise documental foi realizada na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), Ministério do Esporte, localizado em Brasília, Distrito Federal, durante o período de 40 dias.

Estes documentos eram exclusivamente enviados pelos pesquisadores ao ME, como forma de relatório de cumprimento de objeto e outros documentos solicitados pelos gestores da Rede com intuito de organização interna sobre os financiamentos distribuídos. Além da vivência de todo o funcionamento da Rede, propiciado pela permanência da pesquisadora na SNDEL, foi possível, também, participar dos eventos organizados pela Rede CEDES, o que pode subsidiar a coleta de dados e auxiliar no entendimento sobre o funcionamento da mesma, podendo obter informações não contidas em documentos, ou seja, o conhecimento tácito dos envolvidos no processo, por meio de diálogos e observação do meio.

Além dos documentos enviados pelos pesquisadores, foram consultados tabelas, gráficos e levantamentos internos, realizados pelos funcionários da Rede, a fim de obter a organização deste material. Nestes documentos, foram consultadas as informações referentes às ações realizadas pela Rede CEDES, especificando-se as pesquisas e projetos desenvolvidos pelos grupos e núcleos, instituições envolvidas, intervenções, grupos de estudos, publicações. Além disso, foram levantados outros apoios financeiros partindo da Rede CEDES, como aqueles dados aos periódicos e eventos científicos.

A partir da coleta de dados in loco na SNDEL, foi possível consultar os seguintes documentos enviados pelos pesquisadores: 57 relatórios de cumprimento de objeto e 70 cadastros de produção e 79 Projetos enviados para a concorrência do edital (a partir do ano de 2007).

Os resultados apresentados a seguir, foram apresentados por meio dos dados levantados nestes documentos, não podendo, assim, apresentar os números reais sobre a produção oriunda do financiamento da Rede, no período de 2003 a 2010.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento para a coleta de dados a técnica de questionário misto, aplicado a uma amostra intencional composta pelos coordenadores dos núcleos e grupos

pertencentes à Rede CEDES, com o intuito de coletar informações não contidas nos relatórios do ME. Anexo ao questionário foi encaminhado aos sujeitos da pesquisa, uma carta explicativa, contendo os esclarecimentos e detalhes sobre o estudo, referente aos objetivos, descritos de maneira sucinta e adequada, para que pudesse motivar o interesse do respondente a participar da pesquisa (THOMAS, NELSON, SILVERMAN, 2007).

Os dados foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático. Esta técnica prevê a categorização em eixos, de acordo com as abordagens mais dominantes e emergentes, identificadas a partir da revisão de literatura. Neste trabalho, a discussão foi feita a partir dos seguintes eixos: *CAMINHOS PERCORRIDOS PELA REDE CEDES e POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADES: POSSIBILIDADES DE UM CAMINHO PARA MUDANÇAS.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos pela Análise de Conteúdo, pode-se perceber que, em relação ao primeiro eixo referente aos *CAMINHOS PERCORRIDOS PELA REDE CEDES/ME*, a coleta de dados realizada no ME permitiu acesso a documentos, os quais, até este momento, não haviam sido socializados e divulgados. Este fato foi um dos motivadores para a realização desta coleta nas dependências no ME, para que fosse possível ter acesso a todas as informações oficiais referentes à Rede CEDES e, além disso, poder-se compreender toda a sua estrutura e funcionamento.

A permanência durante este tempo no Ministério do Esporte foi de suma importância para a realização deste trabalho, pois, somente a partir da consulta a estes documentos, e de vivenciar o dia a dia da própria Rede, foi possível ter a noção do seu todo e da importância da gestão dos dados para o subsídio das informações necessárias. Os dados evidenciados nesta pesquisa denotam a importância da manutenção da existência desta Rede.

Foram analisados os relatórios de cumprimento de objeto enviados como prestação de contas ao final dos convênios firmados, com o intuito de se arquivar as informações sobre o desenvolvimento dos projetos. Entretanto, este documento, apesar de ser uma prestação de contas obrigatória prevista por lei,

para todos os projetos relacionados ao poder público, não foi possível localizar todos os relatórios dos convênios firmados nas dependências do ME. Além disso, estes não seguiam um modelo preestabelecido, levando a uma grande dificuldade para a coleta dos dados.

Na transição de gestão da Rede, no ano de 2006, os novos gestores da Rede elaboraram mais um documento, o qual tinha como objetivo reunir os dados referentes aos projetos desenvolvidos pela Rede. Estes documentos também só estavam acessíveis nas dependências do ME, sendo denominado Cadastro de Produções. Este foi criado, na tentativa de minimizar as questões de padronização das informações, de modo a facilitar a gestão das mesmas. Contudo a presença da não obrigatoriedade de entrega do mesmo pelos pesquisadores participantes das ações da Rede, ainda se manteve com um problema patente para o levantamento das informações.

Com base nesses entraves estruturais, para a análise proposta neste artigo, foi possível ter acesso a 57 relatórios e 70 Cadastros de Produção, ainda que o número de projetos financiados fosse 129. Além disso, foram consultados todos os projetos enviados para a concorrência pública nos editais, a partir do ano de 2007, como explicitado na metodologia do estudo, onde se teve acesso a um total de 79 projetos.

Diante desta defasagem, mais uma iniciativa foi feita, no sentido de realizar a gestão das informações relacionadas com a Rede CEDES. Para a realização deste trabalho, foi enviado um questionário misto, a todos os coordenadores de projetos, tendo sido obtidas apenas 59 respostas, de um total de 107.

A partir dos documentos analisados evidenciou-se que, do total de 129 convênios firmados e 208 pesquisas desenvolvidas, durante o período de 2003 a 2010, a forma de concessão das pesquisas passou por momentos diferentes. No período inicial da criação da Rede (2003 a 2006), sob gestão do Professor Doutor Lino Castellani Filho, grupos de pesquisas na área de estudos sobre Políticas Públicas de esporte e lazer eram convidados a desenvolver pesquisa, sob demanda temática indicada pelo ME, em reunião com alguns professores, os quais faziam parte de um conselho.

A partir de 2007, sob a gestão da Professora Mestre Rejane Penna Rodrigues, foi implementada a política de edital público, sendo, o primeiro,

realizado com temáticas oriundas de sugestão dos pesquisadores já envolvidos na Rede CEDES, e os seguintes realizados a partir de demandas temáticas identificadas pelo ME, e também, sob sugestão dos pesquisadores participantes nas discussões, eventos e reuniões realizadas nos Encontros Regionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), bem como, baseadas na necessidade dos gestores. Além destas modalidades de concessão, existia, ainda, a possibilidade de realização de pesquisas induzidas, sendo estas, demandas especiais do ME, que deveriam ser realizadas por grupos específicos, com tradição na área de desenvolvimento do projeto.

Um exemplo deste modelo de organização foi evidenciado em um dos eventos vivenciados, onde foi sugerida pelos pesquisadores a inserção da linha de pesquisa que envolvesse a rede latino-americana de projetos sobre esporte e lazer. Este evento foi o Seminário Internacional de Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Educação, que aconteceu na cidade de Foz de Iguaçu, em julho de 2010.

Este momento da Rede, em 2010, foi marcado pela preocupação com a gestão do conhecimento produzido. Sendo assim, foram realizadas algumas ações neste sentido, como a elaboração do Repositório da Rede CEDES (RIRC) e, para o subsídio do mesmo, uma pesquisa induzida sobre o Balanço da Produção da Rede CEDES (SCHWARTZ, *et al.* 2010), sendo que parte desse Balanço já era referente ao desenvolvimento deste estudo.

Entretanto, apesar de todos estes entraves, Starepravo, Souza, Marchi Junior (2011) salientam que o tema sobre Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil, vem ganhando destaque nos últimos anos, dentro do campo científico/acadêmico da Educação Física. Este fato é comprovado pelas várias ações desenvolvidas pelo ME, ao completar um ciclo de oito anos de existência “[...] seja através da criação de uma Rede que apoia diretamente esse lócus de pesquisa, pela implementação de Políticas Públicas ditas inovadoras, pela possibilidade dada de participação dos diferentes grupos sociais na formulação dessas políticas, ou ainda por ter aceitado realizar os megaeventos esportivos do país.” (STAREPRAVO, SOUZA, MARCHI JUNIOR, 2011, p.233).

Neste sentido, Pinto (2010), ao enfatizar a importância de criação desta Rede de ações, que promove a produção e a disseminação do conhecimento,

reconhece 3 papéis principais exercidos pelas pesquisas sobre Políticas Públicas de esporte e lazer, sendo eles, o papel da avaliação, da educação e da comunicação. No que se refere ao papel da avaliação, destaca-se a relevância destas para compreensão e a retroalimentação dos processos vividos, podendo dar um retorno positivo ou negativo das ações realizadas. O Papel educativo, pois, pode contribuir para a educação de sujeitos críticos e criativos, de modo a torná-los capazes de agir de forma consciente na realidade onde vivem e, ainda, o papel comunicativo, que é socialização deste conhecimento, para que ele esteja acessível a todos os interessados.

No que concerne ao segundo eixo da pesquisa, referente à *GESTÃO DA INFORMAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADES: POSSIBILIDADE PARA UM CAMINHO DE MUDANÇAS*, os resultados apontaram, a partir da análise destes documentos, que, desde o ano de 2003 até o ano de 2010, foram firmados 129 convênios, envolvendo 208 pesquisas. Estes dados não corroboram aqueles encontrados no *site* do ME, evidenciando a dificuldade de organização destes dados. Nota-se uma incoerência interna na disseminação dos próprios resultados da Rede.

Devido à dificuldade de padronização dos dados encontrados nos documentos, não foi possível obter, ainda, resultados reais, sobre número de pesquisadores e estudantes atendidos. Os dados elencados neste trabalho são fruto de uma busca incessante aos documentos alocados no ME. Foi possível contabilizar um número total de 1128 envolvidos, sendo 293 doutores, 172 mestres, 652 bolsistas de graduação, técnicos, mestrado e doutorado, e 11 voluntários. Estes pesquisadores eram, em sua maioria, da área da Educação Física, seguidas das áreas de Educação e Ciências Sociais em sua formação inicial (FONTE: PLATAFORMA LATTES).

Além disso, para a realização dos convênios, estão vinculadas à Rede CEDES um total de 59 instituições, sendo 55 públicas e 4 privadas, distribuídas por todas as regiões do país. Somente a partir de 2006 a concessão de convênios pode ser estendida a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Neste sentido, foi possível observar um número significativamente maior de apoio a instituições públicas, devido ao apoio direcionado inicialmente pela Rede as instituições públicas.

No que se refere ao atendimento às diferentes regiões do país, foi possível evidenciar que o processo foi gradual. Atualmente, todas as regiões possuem financiamento de pesquisas, sendo representadas, principalmente, pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, na região Centro-Oeste; Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe, na região Nordeste; Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia, na região Norte; Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, na região Sudeste; Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na região Sul. Alguns estados possuem mais de uma Instituição de Ensino Superior desenvolvendo estas pesquisas e as regiões Sudeste e Sul possuem o maior número de pesquisas, mesmo sendo duas das menores regiões brasileiras (em número de estados), conforme ilustrado na Figura 1.

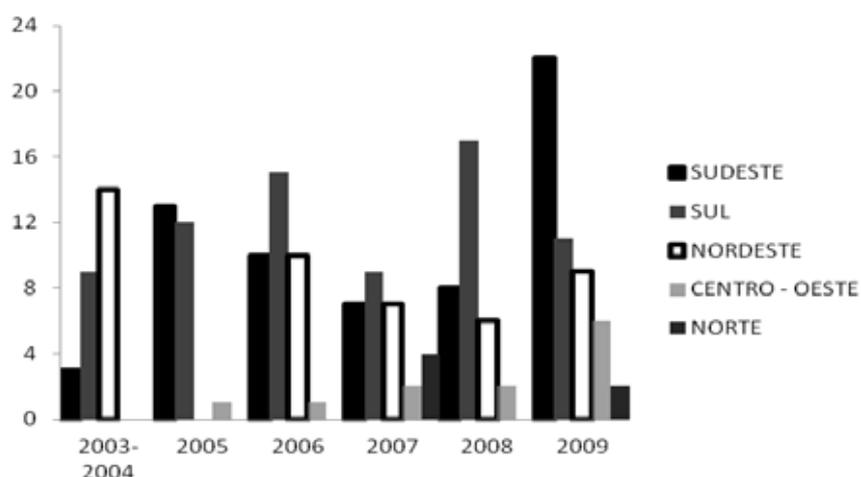


Figura 1. Número de pesquisas realizadas por ano, distribuídas por região.

Os resultados apontam que as pesquisas financiadas que focalizavam o campo do lazer e esporte recreativo estão concentradas, principalmente, nas Regiões Sul e Sudeste. Estes dados traduzem um panorama nacional econômico-social de monopólio destas duas Regiões, em comparação às outras, podendo ser decorrente do fato de que, no que tange ao aspecto das pesquisas, estas regiões representam os locais onde está sediada a maioria das Universidades públicas e particulares do país.

Além disto, também é encontrada, nessas regiões, uma grande quantidade de grupos de pesquisas vinculados ao Diretório de Grupos de

Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este fato evidencia uma produção constante dos coordenadores e pesquisadores desses grupos, uma vez que, inclusive, muitos deles estão vinculados a programas de Pós-Graduação, o que infere a tendência de grande produtividade de pesquisas realizadas de maneira constante.

Na visão de Mascarenhas (2005), para que mudanças sociais efetivas aconteçam, são necessárias condições objetivas e subjetivas, que dependem da realidade contextual e do momento histórico. Neste sentido, a utilização de estratégias em que grupos sociais afins se unem de maneira organizada, de modo a intervirem diretamente no contexto onde vivem, pode ser um poderoso instrumento e forte mobilizador para a transformação de uma sociedade.

No período de 2003 até 2010, a Rede CEDES contou com a participação de 96 grupos de estudos vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Estes grupos pertencem a diferentes áreas, como Administração, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Biblioteconomia, Biologia, Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Ciências Humanas, Ciências Naturais/Matemática, Ciências Sociais, Educação, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Filosofia, Fisioterapia, Geografia, Gerontologia, História, Letras, Pedagogia, Política, Psicologia, Serviço Social, Sociologia Política, Terapia Ocupacional, Turismo, sendo a Educação Física a área predominante, seguida de Educação e Turismo.

Estes dados corroboram a pesquisa realizada por Tavares *et al.* (2011), na qual os autores destacam o caráter interdisciplinar dos estudos do lazer e do esporte recreativo, bem como, a maior prevalência dos grupos nestas áreas (Educação Física, Educação e Turismo). Ainda sobre esta questão, em pesquisa realizada por Souza e Isayama (2006) foi evidenciado um total de 81 grupos de estudos até esse ano. Estes dados, quando comparados à pesquisa realizada por Schwartz *et al.* (2012), em que foram levantados 162 grupos de pesquisa no ano de 2009, 184 no ano de 2010, 208 no ano de 2011 e 223 no ano de 2012, foi possível evidenciar que houve um aumento significativo no número de grupos de pesquisas que estudam a temática do lazer e esporte recreativo. O incentivo dado pela Rede CEDES, ao contemplar um dos seus

objetivos, que é a criação de novos grupos de pesquisas e a consolidação dos já existentes, pode ter sido um fator motivador deste aumento expressivo.

A partir dos documentos analisados, foi possível verificar a publicação de 108 livros, 80 capítulos de livros, 226 artigos (em periódicos e em anais) e 317 resumos, como evidenciado na tabela a seguir:

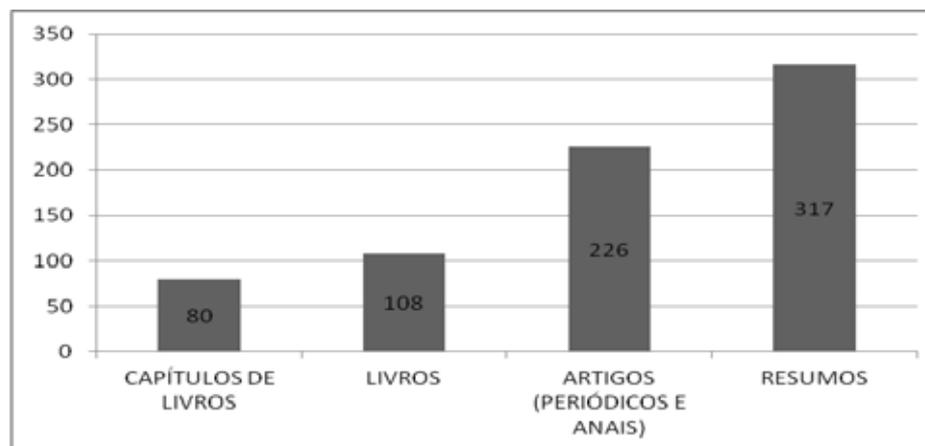


Figura 2. Publicações oriundas dos financiamentos da Rede CEDES

Foi possível observar um número expressivo de produções científicas, no que se refere a artigos (em anais e em periódicos), livros e capítulo de livros. Conforme salientou Leydesdorff e Meyer (2006), a transferência do conhecimento, ciência e tecnologia à sociedade é de fundamental importância, tanto para a própria Universidade, quanto para a sociedade e para o governo. Neste sentido, a Universidade deve ter um papel de protagonista nas relações como o governo e sociedade, podendo, assim, subsidiar a criação de políticas eficientes e efetivas.

De acordo com Demo (1996, p.87), a pesquisa científica pode assumir um papel importante, podendo, assim, impactar diretamente o plano social e as ações dos gestores nos programas de governo:

Estamos falando de pesquisa como um exercício de acumular, (re)construir e transmitir dados que possam fomentar leituras e questionamentos sobre as realidades com as quais convivemos. Que nos fazem refletir a respeito das finalidades, atitudes e valores implicados; informações e conhecimentos levantados e sistematizados; relações entre os sujeitos envolvidos e entre a natureza, os materiais, espaços, equipamentos disponíveis.

Marcellino (2008) ressalta que a sociedade vive, atualmente, na crise do conhecimento. Para este autor, ainda que já existam várias teorias deste conhecimento, pouco se sabe sobre como conhecê-lo. O desafio maior, neste sentido, é tentar trazer para o cotidiano social os saberes que, ainda, continuam concentrados dentro das Universidades.

Uma das questões mais relevantes, no que diz respeito às ressonâncias do apoio da Rede CEDES, se refere ao fato de que estas políticas proporcionam à comunidade acadêmica, professores e alunos envolvidos, a possibilidade de serem atores da construção dessa história, podendo transformar a realidade na qual estão inseridos, por meio das contribuições oriundas de suas pesquisas e projetos desenvolvidos. Esta representa uma das formas de intervenção da gestão participativa (BARBOSA, 2007), que tem como característica superar o centralismo das decisões e descentralizar o poder advindo de quem governa. Neste sentido, os produtos e desdobramentos das pesquisas da Rede CEDES podem contribuir, efetivamente, para a participação crítica e criativa destes atores, sendo, por intermédio da disseminação destas publicações, uma forma prática e disponível ao acesso de todos, para que se ampliem as reflexões acerca das Políticas Públicas no país.

Vale destacar ainda, a importância destas pesquisas para o subsídio das Políticas Públicas do Brasil, bem como, o papel dos pesquisadores como agentes participativos nesta questão. É necessário que fique claro, que o apoio da Rede CEDES no que tange ao financiamento de pesquisas, não busca somente fomentar a produção científica da área, mas sim, que estas pesquisas, sirvam, efetivamente, para a melhoria das Políticas Públicas brasileiras. Para tanto, os pesquisadores envolvidos neste sistema, devem estar cientes do seu papel, na construção de uma política justa, que apresente relevância social e que atenda à população em geral.

O estreitamento das relações entre poder público e Universidade, possibilitado pelas ações da Rede CEDES, vai ao encontro da teoria formulada por Etzkowitz e Leydesdorff (2006), conhecida como tríplice hélice *twins*. O argumento desta teoria é baseado na tese de que a universidade tem um papel preponderante na sociedade baseada no conhecimento.

A teoria da Hélice Tríplice *Twins* (Sustentável ou Público-Social) surgiu a partir da Teoria da Hélice Tríplice Tradicional, em que a Universidade, em

parceira com empresas, é a protagonista. Neste novo modelo, a universidade e a sociedade, com forte apoio estatal e por meio de institutos públicos de pesquisa, do sistema público de pesquisa e de ensino superior exercem a liderança (ETZKOWITZ; ZHOU, 2006; SENHORAS, 2008).

No desenvolvimento desta teoria no Brasil, Senhoras (2008, p.142) utilizou o termo “hélice tripla público-social”, para se referir à HT *twins* ou sustentável. Neste modelo, o formato estratégico pressupõe, que o sistema público de pesquisa e de ensino superior “[...] deve responder às necessidades sociais específicas de forma ativa, com preocupação e comprometimento da agenda de ensino, pesquisa e extensão para a solução de problemas locais, regionais e nacionais de inclusão social.” (SENHORAS, 2008, p. 142). A partir do apoio financeiro do governo federal, foi possível evidenciar que a Universidade tem entendido e absorvido o papel de efetivar a transferência de conhecimento para a sociedade.

No que tange às produções científicas oriundas da Rede CEDES, estas tiveram, em sua maioria, um foco nas análises da dimensão política na qual estão envolvidos. Entretanto, foi possível evidenciar a atenção dada por alguns estudiosos, no sentido de se compreender o sistema público que sustenta as questões do esporte e do lazer. Este aspecto é justificado pelo fato de que as linhas desenvolvidas nos projetos estavam sob a demanda do próprio ME. Foram evidenciados poucos estudos que abordassem a avaliação dos programas existentes.

Em uma investigação realizada por Amaral e Pereira (2009) foi possível demonstrar que, nos estudos sobre Políticas Públicas, a maior incidência segue a tendência de abordagem no que diz respeito à dimensão material *policy* (em relação à sociedade política), contendo poucos estudos que enfocam o aspecto *politics* (sistema público). As autoras ainda enfatizaram a ausência de rigorosidade conceitual, sendo, a maioria dos estudos realizados como relatos de experiência.

Santos, Batista e Araújo (2007) reafirmam esta tendência. Em pesquisa realizada sobre as temáticas dos estudos apresentados e publicados no GTT de Políticas Públicas do CBCE, foram evidenciadas três temáticas recorrentes, sendo eles: estudos que analisam e avaliam programas e projetos de educação física, esporte e lazer; relatos de experiência de programas e projetos em

educação física, esporte e lazer; estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam o campo da política pública para educação física, esporte e lazer.

Starepravo, Nunes e Marchi Junior (2009) ressaltam que, nos trabalhos que apresentam maior consistência teórica, as abordagens se debruçam na crítica ao neoliberalismo. Ou seja, o modo de entendimento da postura do Estado com relação ao esporte e ao lazer, corrobora aos dados encontrados no presente estudo.

Os artigos provenientes das pesquisas financiadas pela Rede CEDES, foram publicados em diferentes revistas, sendo, em sua maioria, revistas nacionais. Os artigos foram publicados, por ordem de maior incidência, nas revistas: Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Motrivivência, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Motos Corporis, Licere, Motriz, Congresso Internacional de Educação Física (FIEP), Impulso, entre outras. As revistas internacionais encontradas foram: International Journal of Physical Education, Lecturas: Educación Física y Deportes e Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Em estudo realizado por Amaral (2009), foi possível evidenciar a maior incidência de publicações sobre políticas públicas nas revistas Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Motrivivência, indo ao encontro dos periódicos nos quais as produções oriundas do apoio da Rede CEDES, foram publicadas (FONTE: DOCUMENTOS SNDEL).

Um dado interessante, que merece atenção neste momento, é referente à melhoria da classificação de alguns desses periódicos no *Qualis* Capes. Algumas dessas revistas são apoiadas pela Rede, tendo grande incidência de publicações oriundas das pesquisas desenvolvidas. O quadro a seguir representa a evolução da classificação das revistas, a partir da análise comparativa do estrato das últimas duas avaliações trienal, realizadas por Schwartz (2012). As revistas evidenciadas foram selecionadas a partir de uma pesquisa realizadas por meio da Plataforma Lattes, sobre a maior incidência de publicações em revistas, por pesquisadores coordenadores de grupos de pesquisas da área do lazer e esporte recreativo.

Quadro 1 - Periódicos com maior incidência de publicação (pesquisadores do campo do lazer)

PERIÓDICOS	QUALIS ATÉ 2011	QUALIS 2012
The FIEP Bulletin	B4	B4
Lécturas: Ed. Física y Deportes	B4	C
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B2	B1
Licere	B3	B2
Movimento (Porto Alegre)	B1	A2
Motrivivência	B5	B2
Coleção Pesquisa em Educação Física	B5	B4
Revista da Educação Física/UEM	B2	B2
Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	B2	B2
Motriz	B1	A2
Pensar a Prática (UFG)	B3	B2
Motus Corporis (UGF)	B5	B4
Revista Mineira de Educação Física	B4	B4
Revista Brasileira de Ciências e Movimento	B2	B2
Conexões (UNICAMP)	B4	B4

A partir deste dado, é possível afirmar que a Rede CEDES foi coadjuvante no processo que impulsionou a valorização das revistas da área do lazer e esporte recreativo. A defasagem no que se refere a periódicos específicos sobre essa temática serem bem avaliados na área, sempre foi uma questão relevante neste campo de estudo. Melo e Werneck (2003) destacam que, para que haja uma evolução dos estudos do lazer, são necessárias algumas iniciativas, sendo, uma delas, possibilitar a socialização e o registro de todo o conhecimento produzido, por meio da constituição de grupos de pesquisa e investimentos do poder público, no sentido de financiar a política editorial e de possibilitar e facilitar o acesso às informações. Esta parece ser uma das contribuições efetivas da Rede no panorama atual das pesquisas sobre o lazer no Brasil, no que tange à produção e difusão de conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e à qualificação de projetos, programas e Políticas Públicas de esporte recreativo e de lazer.

Notou-se uma discrepante participação em eventos comparados à produção de artigos. Entretanto, cabe ressaltar que, a partir das linhas norteadoras e objetivos da Rede CEDES, é possível evidenciar que esta rede de ações busca subsidiar a elaboração das Políticas Públicas de esporte e lazer e os eventos da área podem ser considerados excelentes polos disseminadores e, ainda, um ambiente profícuo para discussões de problemas e estratégias para mudanças.

Bourdieu (1994) considera a divulgação de pesquisas como uma estratégia de legitimação do conhecimento no campo da pesquisa. Para este autor, os eventos científicos podem ser um espaço privilegiado de discussões, em que pesquisadores disseminam suas ideias, análises e conclusões, possibilitando um campo de debate entre os pesquisadores envolvidos na área.

Outro dado importante encontrado foi a grande produção de livros. Entretanto, este resultado trás consigo a inquietação sobre a relativização da qualidade das produções oriundas dos financiamentos. Pelo fato de a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ainda não ter uma avaliação padronizada para livros efetivamente aceita e sistematizada na área de Educação Física, teoricamente, a elaboração de livros pelos pesquisadores fica facilitada, uma vez que estes obtêm subsídios financeiros para contratar os serviços gráficos. Porém, há que se levar também em consideração a maneira como a CAPES avalia essa produção, para se afirmar efetivamente sobre sua qualidade, a despeito da perspectiva de difusão desse conhecimento.

Para o Sociólogo Castells (2010), em meados da década de 1980, houve o surgimento da Sociedade em Rede e o uso e desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se tornou o foco principal nesta nova configuração. Sendo assim, torna-se necessário repensar os moldes da produção do conhecimento, para acompanhar esta revolução tecnológica que tende somente a crescer.

Algumas estratégias que vêm sendo utilizadas pelo ME, no sentido de difundir a produção dos livros gerados pelas pesquisas, são a disseminação dos mesmos por meio da distribuição por demanda de interesse, no *site* do Ministério e por meio do Repositório Institucional de Rede CEDES. Segundo Zhang (2010), a gestão do conhecimento agrega valor a este. Entretanto, algumas fontes de armazenamento de informações, pela falta de seletividade, não garantem a qualidade dessa informação disponibilizada.

Neste sentido, independente do investimento que foi utilizado para a elaboração desta ferramenta de disseminação, se o conhecimento não tiver qualidade, este será pouco utilizado. Uma gestão eficaz do conhecimento aumenta a elegibilidade e incorpora valor aos produtos e serviços da organização.

Na busca da difusão do conhecimento produzido, as ações da Rede CEDES têm estabelecido interface com o fomento a eventos científicos e auxílio a periódicos, na edições e distribuição de materiais de divulgação científica. Estas estratégias, dentre outras, possibilita a participação dos atores nos processos de (re)alimentação das atividades decisórias e debates, que buscam a reflexão da ação vivida na gestão pública de esporte e lazer. No que se refere ao apoio a eventos, foram evidenciados subsídios aos seguintes periódicos e eventos, em todo o período de 2003 a 2010 (FONTE: DOCUMENTOS SNDEL).

Quadro 2 – Revistas apoiados pela Rede CEDES

Quantidade (edições)	Revistas
6	REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE
21	REVISTA MOVIMENTO / UFRGS
2	REVISTA PENSAR A PRÁTICA /UFG
11	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
7	ARQUIVOS EM MOVIMENTO
1	LICERE/UFG
3	LAZER E SOCIEDADE

- ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA
- ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM TREINAMENTO DESPORTIVO
- CONGRESSO MERCOSUL DE CULTURA CORPORAL E QUALIDADE DE VIDA E ENCONTRO MERCOSUL DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, PEDAGOGIA E FISIOTERAPIA
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA (2 edições)
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DANÇA EM CADEIRA DE RODAS
- CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
- CONGRESSO NACIONAL DA REDE UNIDA FÍSICA (2 edições)
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
- CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
- COLETANIA DO PRIMEIRO ENCONTRO DE INTERCÂMBIO ANIMA-CELAR
- SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER FÍSICA (2 edições)
- SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FÓRUM OLÍMPICO ESTADUAL E JORNADA PEDAGÓGICA DO CBCE
- FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTES FÍSICA (2 edições)
- CONGRESSO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA E JORNADA CENTRO-OESTE DE QUALIDADE DE VIDA
- SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE

- CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E SAÚDE DO BRASIL NORTE
- ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER FÍSICA (3 edições)
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA 2010/2011
- REUNIÕES REGIONAIS DO PELC
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO.

Sobre estas ações, Bonalume (2011, p. 4), explicita que “[...] o desenvolvimento de ações integradas implica em ideias como parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos. Além disso, a capacidade de gerir ações coletivas, de aglutinar aspirações, valores e estratégias, valorizando as diferenças e as relações constituídas, atentas aos problemas enfrentados e às alternativas encontradas”.

Estas ações integradas podem ser observadas, quando se evidenciam os resultados apresentados por Starepravo, Nunes e Marchi Junior (2009), em seus estudos sobre a produção do GTT de Políticas Públicas, nos anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Foi possível evidenciar a publicação de 28 trabalhos, sendo estes, 13 oriundos do apoio a pesquisas da Rede CEDES. Com este estudo, os autores puderam afirmar que, quantitativamente, o apoio dado por este programa parece fomentar o aumento das produções acerca da temática de Políticas Públicas de esporte e lazer. Conforme esses autores evidenciam, “[...] este pode ser um fator positivo, haja vista que o governo vem tendo uma atuação que estimula a produção no interior dos grupos de pesquisa sobre a temática.” (STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JUNIOR, 2009, p.4).

A ideia de Rede exposta por Bonalume (2008) depende da qualidade da conectividade, como capacidade estrutural de facilitar a comunicação entre os atores envolvidos, podendo compartilhar interesses e objetivos comuns. Para tanto, Marcellino (1996) busca refletir sobre a inserção de Políticas Públicas que pudessem favorecer a universalização das informações sobre os direitos, para todos os interessados, inclusive as camadas não atendidas da sociedade.

Entretanto, conforme explicita Arrerche (2003, p. 08), trabalhos proliferados [...] “não são suficientes para o desenvolvimento de uma ciência ou campo disciplinar”. Neste sentido, torna-se, necessário, traçar condições para o desenvolvimento deste campo, seja ela na origem da seleção, avaliação e/ou crítica dos fatores relevantes.

Na tentativa de se assegurar a qualidade das produções oriundas da Rede CEDES e, além disso, incentivar a produção científica foi criado o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Este prêmio almeja incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnologias e pedagógicas, favorecendo uma quantia em dinheiro aos três melhores trabalhos de cada categoria presente no concurso, quais sejam: Dissertação, Tese e Pesquisa Independente; Monografias de Graduação e Especialização; Relato de Experiência; Ensaio e Mídias. Esta iniciativa favorece a qualificação dos estudos, ajudando a divulgar os resultados e a estimular novos participantes a cada ano. Esta ação também pode reverberar na produção e disseminação de novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, foi possível evidenciar que as ações da Rede CEDES, apesar de efetivas, ainda não contemplam todas as necessidades, no que se refere à gestão das informações existentes. Em contrapartida, foi possível evidenciar também, que esta Rede possibilitou, aos atores sociais, expressarem suas opiniões por meio de publicações científicas, problemas relacionados à área do esporte e do lazer, subsidiando novas propostas. Esta representa, conseqüentemente, uma estratégia interessante, no que diz respeito ao retorno dado pela sociedade sobre as iniciativas realizadas pelos governos.

Os dados demonstraram, ainda, que a Rede CEDES é um potencial canal de diálogo entre o poder público e a sociedade, tendo a Universidade e seus atores, um papel importante neste processo crítico, de aproximação entre a teoria e prática nestes campos de ação. Esta iniciativa evidencia a estratégia em que a Universidade, por meio da pesquisa, se torna protagonista no processo de decisão política, auxiliando na perspectiva de mudanças

ideológicas, para as quais, geralmente, se coloca a responsabilidade apenas nos governos.

Segundo DaCosta (2009) o êxito das Políticas Públicas está diretamente relacionado com o diálogo entre as pessoas envolvidas e o total conhecimento da realidade onde estão inseridos. O apoio dado às Universidades para a difusão das pesquisas parece ser uma estratégia relevante no resultado positivo como geradora do crescimento, da divulgação e proliferação dos estudos do âmbito do esporte recreativo e do lazer em todo o território nacional. A gestão da informação e do conhecimento, entretanto, deve ser aprimorada, para servir como estratégia eficiente neste sentido.

O acesso a documentos concretos para o levantamento dos dados foi um fator limitante para a realização deste estudo, haja vista a dificuldade em se encontrar dados que subsidiassem adequadamente as discussões. Sendo assim, sugere-se o desenvolvimento de novas investidas em forma de pesquisas e de ações políticas envolvendo a Rede CEDES, no sentido de melhor compreender as lacunas advindas deste apoio governamental e subsidiar a gestão da informação e do conhecimento sobre esporte recreativo e lazer no país.

REFERÊNCIAS DO ARTIGO 1

AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/631>>. Acesso em 5 ago. 2012.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003.

BARBOSA, L. P. Significados do terceiro setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p.173-186, jan./jun.2007. Disponível em: <

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/227/194> >. Acesso em: 5 dez. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições70, 2010.

BONALUME, C. R. A Rede CEDES como uma rede de política pública. In: PINTO, L. M. S. M.; SILVA, D. A. M.; RODRIGUES, R. P.; BONALUME, C. R.; ARAÚJO, L. R. M. (Org.). **Brincar, jogar, viver: lazer e intersetorialidade com o PELC**. 1 ed. Goiás: Gráfica e Editora América, 2008. p. 68-91.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N01_ar1.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2011.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org.). 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Ministério do Esporte. Conselho Nacional do Esporte. Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005. **Política nacional do esporte**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/politica_nacional/Politica_Nacional_completo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. **III Conferência Nacional de Esportes: Linha 5 – Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/plenariaLinha5.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 09 set. 2011.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciências Políticas** [online]. 2011, n.5, pp. 193-216.

CASTELLS, M. A **sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

DaCOSTA, L. P. Aplicando a gestão do conhecimento na renovação do esporte no Brasil. In. OLIVEIRA, A. F. S. **Gestão do conhecimento para coleta de dados e diagnósticos sobre esporte e atividade física em perspectiva nacional**. Edição do Autor, 2009. Disponível em:<
<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/gestao-conhecimento-para-coleta-dados-diagnosticos-sobre-esporte-atividade-fisica-perspectiva-nacional.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, Londres, v. 29, p. 109-123, 2000. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/els/00487333/2000/00000029/00000002/art00055>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Triple Helix twins: innovation and sustainability. **Science and Public Policy**, Londres, v. 33, n. 1, p. 77-83, feb. 2006. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/beechn/spp/2006/00000033/00000001/art00007>>. Acesso em: 12 out. 2011.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.

LEYDESDORFF, L; MEYER, M. Triple Helix indicators of knowledge-based innovation systems. **Research Policy**, v. 35, n. 10, December, 2006.

Disponível em <http://dlist.sir.arizona.edu/1490/> Acesso em: 01 out. 2012.

MASCARENHAS, F. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política, **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, set/dez, 2005.

MASCARENHAS, F. **O Estado brasileiro e os direitos sociais: o lazer.** SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER I, 2008, São Caetano do Sul. Palestra.

MARCELLINO, N. C. (Org.). Políticas Públicas **setoriais de lazer: o papel dos municípios.** Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. (Org.) Políticas Públicas **de lazer.** Campinas: Alínea, 2008.

MELO, V. A.; WERNECK, C. L. G. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, V.9, n.1, p.23-44, jan/abr, 2003.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa.** Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PINTO, L. M. S. M. A pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento: experiência da secretaria nacional de desenvolvimento de esporte e lazer do Ministério do Esporte. In: A. LIBERATO, A. SOARES (Org.) Políticas Públicas **de Esporte e Lazer** – Novos Olhares. 1.ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas(EDUA), 2010, p.156-168.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHWARTZ, G. M. Grupos de pesquisa em gestão do lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – SESI, São Paulo, 2008, p 1-2.

SCHWARTZ, G. M. **O Lazer como campo de pesquisa.** In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 1., 2009, Belo Horizonte. Palestra

SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo:** Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010, 192p.

SCHWARTZ, G. M. Reflexões e Sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In: SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo:** Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010, 192p.

SCHWARTZ, G. M. **Lazer como Campo de Estudos e Intervenção da Educação Física.** In. CONGRESSO CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 14.,2012, Belo Horizonte. Palestra.

SENHORAS, E. M. As redes do desenvolvimento Econômico e Social no Sistema de Ensino Superior Brasileiro. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 138-153, 2008. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/258/149>. Acesso em: 12 set. 2011.

SILVA, C. A. F., REBOCHO LOPES, J. P. S., ARAÚJO NETTO J. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice, **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.995-1005, out./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p995>. Acesso em 12 jul 2012.

SOUZA, A. P. T.; ISAYAMA, H. F. Lazer e educação física: análise dos grupos de pesquisa em lazer cadastrados na plataforma Lattes do CNPq. **Lécturas**: Revista Digital Efdeportes. Buenos Aires. Ano 11, n. 9. 2006. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd99/cnpq.htm> >. Acesso em: 12 mar. 2010.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JÚNIOR., W. Agenda de pesquisa em Políticas Públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15. E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009. v.1, p.1-14.

STAREPRAVO, F. A., SOUZA J, MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise, **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233 251, jul/set de 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>. Acesso em 12 jul 2012.

SYED-IKHSAN, S. O. S., ROWLAND, F. Knowledge management in a public organization: a study on the relationship between organizational elements and the performance of knowledge transfer, **Journal of Knowledge Management**, Bingley v.8, n.2, p. 95 -111, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/13673270410529145>>. Acesso em 12 jul 2012.

TAVARES, G. H. **A pesquisa no campo do lazer**. In: ENCONTRO INSTITUCIONAL: DOCÊNCIA, PESQUISA E EXTENSÃO NA RECREAÇÃO E NO LAZER, ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 23.,2011. Avaré, Palestra.

THOMAS, R. J., NELSON, J. K., SILVERMAN, S. J. **Métodos e técnicas de pesquisa em atividade física**. 5. Ed. Tradução D. R. Sales; M. S. Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2007. 400p.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007.

ZHANG, T. Application of Knowledge Management in Public Administration International. In: CONFERENCE ON EDUCATIONAL AND NETWORK TECHNOLOGY,1., 2010, Qinhuangdao. **Proceedings...** Qinhuangdao: Institute of Electrical and Electronics Engineers, 2010. p. 572-575

ARTIGO 2

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E REPERCUSSÕES DA CRIAÇÃO DA REDE CEDES/ME

MANAGEMENT AND PUBLIC POLICY: IMPACTS AND EFFECTS OF CREATION OF REDE CEDES / ME

Giselle Helena Tavares – Doutoranda em Ciências da Motricidade¹

Gisele Maria Schwartz – Livre Docente¹

¹ LEL – Laboratório de Estudos do Lazer /DEF/IB/UNESP Câmpus Rio Claro

Endereço: Av. 24 A, 1515, Bela Vista, Rio Claro/SP CEP: 13506-900

Email: gi_htavares@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo investigar os impactos e repercussões oriundos da criação da Rede CEDES, sob a visão de gestores que coordenaram a Rede no período de 2003 a 2010. A pesquisa exploratória foi desenvolvida por intermédio de entrevista estruturada, como instrumento para a coleta de dados, aplicada aos gestores responsáveis pela Rede neste período. Além disso, para complementação destes dados, foi realizada uma pesquisa documental no acervo do Ministério do Esporte. Os dados foram analisados por meio da Técnica da Análise de Conteúdo Temático e os resultados categorizados em três eixos: A Rede CEDES como um financiador de pesquisa; Critérios para seleção e prestação de contas; Repercussões deste financiamento; Impactos no campo de estudos sobre esporte e lazer. Os resultados, a partir da visão dos entrevistados, indicam que, apesar de todos os embates políticos envolvidos durante todo o processo, foram identificados impactos e repercussões positivas com a criação desta Rede de ações, no que se refere à construção coletiva da legitimidade da área em questão, estreitamento das relações com e entre as Universidades do país, a valorização das relações intersetoriais e interministeriais e o aumento significativo do número de produções científicas.

Palavras-Chave: Gestão, Políticas Públicas, Esporte, Lazer

ABSTRACT

This qualitative study aimed to investigate the impacts and implications arising from the creation of Rede CEDES, in the view point of managers who coordinated the Rede CEDES from 2003 to 2010. An exploratory research was developed through a structured interview as a tool for data collection, applied to the managers responsible for Rede CEDES at that time. In addition, to complement these data, it has been conducted a documental research in the archives of the Ministry of Sports. Data were descriptively analyzed by Thematic Content Analysis Technique and the results were categorized in 4 axes: Rede CEDES as a financial support of researches; Selection and accountability criteria; Repercussions of this funding; Impacts in sport and leisure studies. Results from the vision of the respondents indicate that, despite all the political clashes involved throughout the process, positive impacts were identified with the creation of Rede CEDES and its actions, with regard to the collective construction of the legitimacy of the area, to the closer relations with and between the universities throughout the country, the appreciation of the intersectoral and interdepartmental relationships and significant increase in the number of scientific production.

Keywords: Management, Public Policy, Sport, Leisure.

INTRODUÇÃO

A Rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte (ME), a qual tem por finalidade implementar alguns pontos para o desenvolvimento do lazer e da área esportiva, visando à produção e difusão do conhecimento e à promoção do avanço científico e tecnológico desta área. Até o ano de 2010, a Rede foi marcada por duas gestões, sendo a primeira de 2003 a 2006, caracterizada pela demanda dirigida de contratação de projetos e a segunda de 2006 a 2010, caracterizada pela abertura do edital público como forma de seleção dos projetos de pesquisa. Entretanto, ainda não se tem claro o quê estas transformações nas políticas de lazer representaram para a sociedade, evidenciando-se a necessidade de uma análise dos impactos e repercussões decorrentes das iniciativas em políticas de esporte e lazer, sob a visão dos próprios atores responsáveis pela gestão. Este fato mobilizou a intenção de desenvolvimento dessa pesquisa.

Sendo assim, este estudo, teve como objetivo principal analisar os impactos e repercussões oriundos da criação da Rede CEDES, sob a visão de gestores que coordenaram a Rede no período de 2003 a 2010.

MÉTODO

Este estudo teve uma natureza qualitativa, por entender que este método se mostra adequado a estudos de natureza social, conforme apregoa Richardson (2007). Para o delineamento do estudo, este encampou pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa contribui para uma aproximação com a realidade do fenômeno pesquisado.

A pesquisa exploratória foi desenvolvida utilizando-se como instrumento para coleta de dados, entrevista estruturada com os gestores responsáveis pela Rede CEDES, nos períodos de 2003 a 2006 e 2006 a 2010. A entrevista foi composta por perguntas abertas, no sentido de compreender a visão destes atores diretamente relacionados com a existência e funcionamento da mesma.

Estas entrevistas foram realizadas via e-mail, contendo perguntas direcionadas, referentes à compreensão destes atores sobre:

- critérios de distribuição dos recursos para o financiamento das solicitações de auxílio
- seleção das propostas para solicitação de auxílio
- dificuldades encontradas para firmar os convênios
- critérios para prestação de contas dos projetos financiados
- avaliação sobre os investimentos
- impactos e as repercussões dos financiamentos

Para complementação destes dados, foi realizada a pesquisa documental, composta pela consulta ao acervo documental do Ministério do Esporte, obtendo-se, assim, acesso às informações contidas em todos os documentos enviados pelos coordenadores dos Núcleos e Grupos pertencentes à Rede CEDES, e ainda, consulta ao *site* do Ministério do Esporte. A análise documental foi realizada nas dependências da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), no Ministério do Esporte, localizado em Brasília, Distrito Federal.

Os dados provenientes da aplicação dos instrumentos propostos foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático (BARDIN, 2009). Esta técnica consiste na descrição, decomposição, análise e compreensão das respostas, com o intuito de evidenciar apenas os elementos mais relevantes, o que possibilita o agrupamento das mesmas e uma consequente elaboração de eixos temáticos, facilitando a interpretação dos dados.

Essa ferramenta consiste em três fases: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na pré-análise realiza-se uma leitura geral dos dados e organiza-se o material a ser analisado; na descrição analítica, são construídos quadros de referência, a partir do aprofundamento do material pesquisado, com base nas hipóteses e referencial teórico utilizado; e na fase da interpretação inferencial é feita a análise propriamente dita, na qual, baseadas em materiais pré-existentes, são estabelecidas as relações com a realidade, a partir da reflexão e da intuição (BARDIN, 2009).

Os eixos temáticos utilizados para a discussão a seguir foram: *A Rede CEDES como um financiador de pesquisa; Critérios para seleção e prestação de contas; Repercussões deste financiamento; Impactos no campo de estudos sobre esporte e lazer.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No eixo *A Rede CEDES como um financiador de pesquisa*, foi possível evidenciar o importante papel que a Rede CEDES teve no panorama da produção de conhecimento no campo do esporte e do lazer. A partir dos depoimentos, foi possível compreender o processo que perpassou a Rede desde sua criação até o final do ano de 2010, sendo este, o período correspondente ao recorte deste estudo.

A Rede CEDES foi criada com o intuito de apoiar Centros Produtores de Pesquisa no desenvolvimento de estudos que pudessem subsidiar a construção de Políticas Públicas de esporte e lazer. As instancias públicas apoiaram esta iniciativa, tendo a intenção de atender a uma demanda, no que se refere à produção de conhecimento no subcampo acadêmico do esporte e lazer, nos assuntos mais voltados para as ciências humanas e sociais.

Estes assuntos, vinculados ao subcampo de pesquisa, até então, não tinham a devida atenção das instituições de fomento existentes no país, como por exemplo, CAPES e CNPq. Almeida e Marchi Júnior (2010) explicitam a teoria de Bourdieu (1998), sobre a existência da mão direita e mão esquerda do Estado, para se entender esta teoria aplicada ao campo dos financiamentos de pesquisa. Para estes autores Almeida e Marchi Júnior (2010, p. 21) “[...] a mão esquerda, representada pelos agentes dos ministérios relacionados às políticas sociais; e a mão direita, representada pelos ministérios relacionados à economia, como os bancos e agentes dos gabinetes ministeriais, entre outros burocratas”. Esta teoria de Bourdieu (1998) pode ser aplicada nesta arena política sobre o financiamento de pesquisas no Brasil, sendo entendido, o esporte e o lazer, perante outras áreas, vivendo à margem do processo de financiamento, não sendo privilegiadas pelas agências de fomento e, menos ainda, as pesquisas voltadas para as ciências humanas e sociais.

Segundo Starepravo (2011), no campo político, além do olhar prioritário ao alto rendimento, destacado na pesquisa realizada por Veronez (2005), o esporte recreativo e o lazer sofrem alguns problemas, como o assistencialismo e o utilitarismo, a hierarquização de prioridades sociais e a construção de políticas sob o olhar do empirismo (LINHALES, 2001; CAVICHIOLLI, 1996). Segundo este mesmo autor, tanto o campo da produção do conhecimento

como a gestão de Políticas Públicas de esporte e lazer, apresentam similaridades, principalmente no que se refere às dificuldades em seu desenvolvimento consistente.

Este fato pode ser evidenciado já na criação da Rede CEDES, a qual se iniciou por meio, novamente, de uma disputa de poder dentro do ME. Tendo o intuito de promover o estreitamento de laços entre o governo e as Universidades, e, com a existência de um programa dentro do ME com o mesmo objetivo, sendo somente de áreas diferentes, foi proposta a criação de uma linha voltada para o esporte recreativo e o lazer, dentro da Rede CENESP. Entretanto, esta recomendação foi negada por esta Rede, com o argumento de que este tema não condizia com a linha temática já utilizada. Esta negação correspondia aos entraves existentes entre o campo político (PT X PCdoB) e o campo acadêmico (ciências sociais X ciências da saúde).

Neste sentido, como proposta inicial, a Rede CEDES tinha como intuito financiar pesquisas, por demanda induzida, segundo o depoimento do gestor 1, tentando atender à demanda da área em questão, podendo assim, impulsionar este subcampo de pesquisa e, conseqüentemente, o subcampo político:

Partimos do entendimento que a R.Cedes tinha como razão central o desenvolvimento de estudos/pesquisas voltadas para a qualificação da gestão em esporte de lazer e Lazer propriamente dita. Assim, levando em conta meus 35 anos de inserção na área acadêmica da EF – e não só minha pois a equipe possuía outros profissionais ligados às questões acadêmicas -, buscamos localizar os Grupos de Pesquisa existentes que tivessem em seus Modos Operandi o tema das Políticas Públicas de Esporte e Lazer como objeto de investigação, buscando aproximação com aqueles que mais se aproximassem do modelo conceitual/referencial teórico por nós adotado (GESTOR 1).

Entretanto, a partir dos dados coletados, e por meio de consulta ao Diretório de grupos de pesquisa do CNPq, foi possível verificar que a tradição na área de estudos sobre políticas públicas não se aplicava a todos, tanto pela temática relacionada ao grupo, quanto ao ano de criação dos mesmos. Os grupos de estudos, pertencentes à Rede CEDES no período de 2003 a 2005, foram:

Quadro 1 - Grupos de pesquisas vinculados ao CNPq

GRUPO DE ESTUDOS	ANO DE EXECUÇÃO DA PESQUISA	ANO DE CRIAÇÃO (Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq)	REGIÃO
LABESP - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão	2003	Não encontrado	Sul
LEPEL – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer	2004	2000	Nordeste
NIEL – UFPE/PE – Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer	2004	1996	Nordeste
Lazer e Gestão de Políticas Públicas e Privadas	2004	2002	Nordeste
Grupo de Estudos e Pesquisas Socioculturais: o Indivíduo em Educação Física e Desporto	2004	2003	Nordeste
GEPEFIC – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Cultura	2004	1997	Sudeste
GEPOSEF - Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer	2004	1999	Sudeste
GEMACIDH - Grupo de Estudos em Medida e Avaliação, Cineantropometria e Desempenho Humano	2004	2006	Sul
NEPEF – Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física	2004	1991	Sul
CEMEF – Centro de Estudos sobre Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	2005	2008	Sudeste
Estudos Culturais em Educação Física	2005	2002	Sul
Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física	2005	2001	Sul
Necon - Grupo de Estudos do Corpo e Natureza	2005	2002	Centro-oeste
Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer	2005	2006	Sudeste

FONTE: Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq

Segundo Castellani Filho, Veronez e Júnior (2009, p.1), entendiam-se como grupos consolidados os que atendessem a critérios como, ser cadastrado há mais de cinco anos no CNPq, ter produção científica compatível com o tempo de criação do grupo, estar realizando ou pleiteando financiamentos de outras agências de fomento e comprovar experiência acadêmica no campo de estudo do Esporte e Lazer.

Para o gestor 1, o modo como foi idealizada a Rede CEDES, era totalmente coerente ao modo como a mesma vinha sendo gerenciada, contemplando os financiamentos aos grupos de pesquisas vinculados ao CNPq em todas as regiões do país. Entretanto, neste período, dentro da Secretaria, outra linha idealizadora buscava outro direcionamento para a Rede. Este foi um dos desencadeadores das mudanças estruturais que a Rede passou no ano de 2006.

No primeiro ano que assumi como Secretária Nacional, em maio de 2006, por já estarmos com as ações em andamento, demos continuidade na maneira como era feita a distribuição de recursos. As propostas eram recebidas e avaliadas. Caso fossem aprovadas e tivesse recurso disponível, os projetos eram conveniados. Ocorre que por esta lógica, os projetos que chegassem no início do ano, tinham mais chance de serem pagos. O que fossem chegando no decorrer do ano, mesmo que tivessem melhor nível de aprofundamento, muitas vezes não eram conveniados por falta de orçamento. Acabava sendo um processo que privilegiava mais o tempo do que a qualidade.

A ideia apontada pela primeira gestão da Rede era subsidiar financeiramente os centros de pesquisas que já tinham estudos em andamento relacionados com as Políticas Públicas de esporte e lazer, e, principalmente, tentar atender uma demanda que era totalmente excluída dos centros de fomento nacionais, principalmente na região nordeste. Contudo, incoerências pautadas nas políticas assistencialistas e na dificuldade de gestão interna, fez com que, grupos dentro da mesma secretaria, tivessem pontos de vista diferentes.

Frey (2000) destaca a existência das arenas políticas dentro de um mesmo segmento político, como é o caso da SNDEL. Este autor enfatiza que, “[...] em uma situação na qual o arcabouço institucional mantenha-se estável por um período longo de tempo, é difícil admitir-se uma independência para as dimensões ‘politics’ e ‘policy’, pois as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados.” (FREY, 2000, p. 219).

Diante estas justificativas, apresentadas pelo gestor 2, foi iniciada a política de editais públicos, no ano de 2007. Segundo este Gestor, o modo de concessão das pesquisas foi dividido em duas formas, sendo as pesquisas

semi-induzidas, relacionadas à seleção a partir de Edital Público, obedecendo, assim, às linhas temáticas definidas pela Rede, em discussão com os pesquisadores, e as pesquisas induzidas, que são representadas pelos projetos que não foram contemplados pela Chamada pública, mas que atendessem de alguma forma à demanda da SNDEL. Para este tipo de pesquisa podem-se citar os estudos de políticas indígenas, quilombolas, e a pesquisa referente ao Balanço da Rede CEDES.

Nesta época também estávamos desafiados a construir estratégias que pudessem concretizar a preocupação com o resultado das pesquisas e seu retorno para as Políticas Públicas. Então, optamos por construir, coletivamente, um Edital de Chamada Pública para a seleção dos Projetos, com linhas temáticas e período de inscrição que permitissem chances iguais para todos os proponentes, tornando a distribuição dos recursos mais democrática, transparente, com perspectivas de resultados de pesquisas relevantes às ações das Políticas Públicas de esporte e lazer (GESTOR 2).

Contudo, mesmo utilizando-se a política de editais públicos, não ficou claro, a partir do edital, como e por quem estes projetos de pesquisa seriam avaliados. Entretanto, no que se refere aos assuntos abordados nas pesquisas, a partir de abertura dos editais públicos ficaram mais claras e mais direcionadas as áreas temáticas a serem desenvolvidas nas pesquisas para as necessidades de investigação do campo do esporte e do lazer. As áreas temáticas, segundo Kawaguti (2010), são representadas pela tabela abaixo:

Tabela 1: Eixos temáticos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES

EIXO TEMÁTICO	%
Memória do esporte e do lazer	19,58
Perfil do esporte e lazer	8,47
Programas integrados de esporte e lazer	15,34
Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer	8,99
Observatório do esporte	10,58
Gestão de esporte e de lazer	13,23
Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer	6,35
Infraestrutura de esporte e de lazer	16,40
Sistema Nacional de Esporte e Lazer	1,06
TOTAL	100

Esta autora aponta maior ênfase dos estudos envolvendo a temática “memória do esporte e lazer”, seguidas de “infraestrutura do esporte e lazer”, “programas integrados de esporte e lazer”, “gestão do esporte e lazer” e

“observatório do esporte”. Starepravo (2011) enfatiza a relevância da pesquisa histórica no campo de estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer como uma justificativa para a maior incidência de pesquisas financiadas a partir do edital público da Rede CEDES. Além disso, Kawaguti (2010) apresenta as temáticas de avaliação e as pesquisas relacionadas a programas sociais com menor incidência de financiamento, corroborando o fato de estas áreas terem menor representatividade no campo da pesquisa da educação física (AMARAL, PEREIRA, 2009).

Anteriormente a este processo de edital público, os grupos de estudos contemplados com o financiamento, tinha autonomia para realizar as pesquisas a partir do investimento do ME. Entretanto, a partir dos documentos analisados, evidenciaram-se várias pesquisas desenvolvidas que não se relacionavam com as temáticas Políticas Públicas de esporte e lazer.

Outra questão que mereceu destaque, a partir do ano de 2007, com a implementação do edital público, foi o incentivo efetivo e sistematizado à criação e diálogos entre grupos de estudos de uma mesma instituição e de instituições diferentes. Segundo o edital, existem três categorias de financiamento, as quais podem aumentar a quantidade da verba, a partir das parcerias realizadas. As categorias eram divididas da seguinte maneira:

- Categoria 1 - Pesquisa apresentada por pelo menos um pesquisador da instituição e do grupo de estudo da proponente (R\$ 35.000,00).
- Categoria 2 - Pesquisa apresentada por um Núcleo, ou seja, por mais de um grupo de estudo da mesma instituição proponente (R\$ 70.000,00).
- Categoria 3 - Pesquisa apresentada e coordenada por uma instituição proponente, envolvendo a parceria de grupos de estudos de, pelo menos, duas instituições de ensino superior diferentes (entre 02 instituições – R\$ 60.000,00, entre 03 instituições – R\$ 85.000,00, entre 04 ou mais instituições – R\$ 110.000,00) (FONTE: EDITAL DA REDE CEDES, 2009).

Segundo a visão dos gestores, as questões relacionadas à elaboração de parcerias podem ser entendidas por Marchi Júnior (2006) como um incentivo, por meio das estruturas de gestão, para que as pessoas envolvidas no processo dialoguem dialeticamente, para a construção das políticas em questão. Ou seja, as estruturas sofrem influência da vontade e da consciência

dos agentes envolvidos, bem como, as pessoas sofrem influência do modo com que as estruturas se organizam.

Para Starepravo (2011), a Rede CEDES contribui quantitativamente no panorama de pesquisas sobre no campo do esporte e do lazer, trazendo um impacto positivo para as áreas em questão. Entretanto, como um financiador de pesquisa, apesar do grande impacto no subcampo dos estudos sobre esporte e lazer, parece ter sido insuficiente e ineficiente, frente às suas intencionalidades iniciais. Uma das justificativas utilizadas pelo autor é que a rede pode ter sido vinculada somente a um grupo de agentes e não criada em diálogo com o movimento já existente, na tentativa de aproximação dos subcampos políticos e acadêmicos.

Com a existência de órgãos ligados ao governo federal, como CNPq, Capes, com objetivos direcionados para o financiamento de pesquisas, em diversas áreas, torna-se necessário, mesmo diante de todos os impactos positivos que a criação desta Rede teve no panorama de pesquisas sobre esporte recreativo e lazer, relativizar quanto ao papel do ministério do esporte, por meio da Rede CEDES, como órgão financiador de pesquisa (STAREPRAVO, 2011; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JÚNIOR, 2009).

Não se pode afirmar que os idealizadores da Rede CEDES dialogaram com estas outras iniciativas, para tentar compreender as lacunas existentes, buscando impulsionar esta área de estudo de forma a contemplar todas as suas necessidades. Uma alternativa, que poderia ser viável no sentido de contribuir com estas questões, seria o Ministério do Esporte, por meio da Rede CEDES, ser uma possibilidade de um fundo setorial específico para a área do esporte e lazer, dentro das instituições de fomento.

No que se refere ao eixo *Crerios para seleção e prestação de contas*, o Gestor 1 afirma que, a seleção das propostas eram realizadas pela própria secretaria, de acordo com a demanda temática que fosse do interesse dos mesmos, de modo que atendessem às especificidades exigidas, como a vinculação da pesquisa a um grupo cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq, tradição neste campo de estudo, entre outras. A Rede CEDES, neste período, era um financiador de pesquisa, entretanto, não seguia os processos já utilizados por outros órgãos de fomento para a seleção das propostas, sendo esta uma limitação estrutural da Rede.

Na segunda gestão (2006 a 2010), no que tange à seleção de propostas que chegavam com solicitação de verbas, o Gestor 2 reforçou que, no início, esta seleção era realizada por técnicos e diretores do departamento de ciência e tecnologia do esporte (DCTEC). Com a chegada dos editais, esta função coube à comissão de avaliação, seguindo os regulamentos do edital, sendo que estes eram divulgados publicamente.

Apesar dos critérios para a avaliação terem ficado mais claros a partir da utilização do sistema de Edital Público, ainda não foi possível evidenciar quais eram os comitês avaliadores destes projetos e como eles eram selecionados. A partir do edital público, os critérios utilizados eram os seguintes: relevância científica, tecnológica e política do estudo para a gestão pública, inovação do estudo para a gestão pública, adequação da metodologia ao desenvolvimento do projeto proposto, fundamentação teórica da pesquisa proposta, clareza e adequação do cronograma físico (metas, atividades, prazos), qualificação, competência e adequação do número de membros da equipe executora e do tempo de dedicação dos pesquisadores ao projeto, adequação da infraestrutura física das instituições proponente e parceira, adequação do orçamento e do cronograma das atividades aos objetivos estabelecidos (BRASIL, 2012).

A tarefa de financiar pesquisas envolve, entre diversas questões, o crivo necessário para que a qualidade das produções seja assegurada. Ou seja, para aprovação ou não de um projeto de pesquisa para o recebimento de verba, estes devem ser avaliados por pareceristas, com titulação e experiência na área de estudo em questão, para que se garanta a legitimidade deste investimento financeiro.

No que se refere à prestação de contas, ambos os gestores falaram na obrigatoriedade do relatório de cumprimento de objeto, previsto por lei. Entretanto, não foi esta a situação encontrada na consulta ao acervo do Ministério do Esporte.

Os de praxe da Burocracia governamental aliados ao cumprimento do objeto central do convênio firmado (GESTOR 1).

Os critérios para a Prestação de Contas são os previstos por Legislação exigidos para todos os convênios no âmbito federal: Prestação de Contas Financeira e Prestação de Contas de Cumprimento do Objeto (GESTOR 2).

Não obstante, por meio da consulta ao acervo do ME, não foi possível localizar todos os relatórios de cumprimento de objeto das pesquisas, mesmo sendo este, um documento de prestação de contas previsto por lei. Após o levantamento dos dados, pelos documentos, foi possível localizar um total de 129 convênios firmados e 208 pesquisas desenvolvidas, sendo levantados no ME, um total de apenas 57 relatórios de cumprimento de objeto. Além disso, apesar da obrigatoriedade dos mesmos, estes não tinham um modelo previamente estipulado para preenchimento, fazendo com que os coordenadores de projetos enviassem este documento de diferentes formas e, muitas vezes, sem as preciosas informações sobre seus projetos e os impactos sociais dos mesmos.

No que se refere ao Eixo *Repercussões do financiamento da Rede CEDES no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer*, pode-se evidenciar, de acordo com o gestor 1, que, ao realizar uma avaliação dos primeiros anos de existência da Rede, foi possível constatar repercussões positivas, tanto no subcampo político, quanto no subcampo acadêmico do esporte recreativo e lazer.

Extremamente positivas tanto no que sinalizaram como respostas aos desafios presentes no campo da gestão, perante os gestores públicos municipais e estaduais, quanto junto ao meio acadêmico próximo do modelo conceitual por nós defendido, difundido e implementado por nossas políticas (GESTOR 1).

Além disso, foi possível constatar, que, na visão deste gestor, a criação da Rede CEDES teve uma repercussão relevante, no que se refere às tensões existentes entre a Rede CENESP e a Rede CEDES, sendo estas, duas representantes da disputa de poder, tanto no subcampo político, quanto no subcampo acadêmico, entre as ciências sociais e as ciências da saúde.

Para além dos resultados mencionados, há de se levar em conta o quanto o implemento da Rede Cedex contribuiu para a alteração da correlação de forças presente no meio acadêmico entre os campos produtores de conhecimento nele presentes, servindo de elemento minimizador da hegemonia, na área, do segmento vinculado ao campo da Rede CENESP (GESTOR 1).

Apesar desta visão apresentada pelo gestor 1, esta alteração na correlação de forças entre a Rede CEDES e a Rede CENESP foi um tanto quanto utópica. Este estudo evidenciou que estes entraves estão longe de serem minimizados.

Os dados apresentados na pesquisa realizada por Castelan (2010) mostram que, apesar de várias tentativas de acordo, inclusive a inserção dos temas voltados para o esporte participação e esporte educacional nas Conferências Nacionais do Esporte, a discrepância entre os valores investidos nos programas de alto rendimento e os programas de esporte participação e educacional ainda são enormes. Segundo esta autora, quando analisados os gastos específicos ao funcionamento dos programas, esta diferença é ainda maior, sendo 6% para o PELC, 32% Segundo Tempo e 56% para o Rendimento.

Além disso, o gestor 2, enfatiza como repercussões deste financiamento, não somente as ressonâncias positivas, mensuráveis pelo próprio Ministério do Esporte, mas também, aquelas fora dele, como na CAPES e na Área 21:

A criação e consolidação da Rede CEDES, envolvendo grupos de pesquisa e segmentos que produzem o conhecimento científico na área do esporte e do lazer, trouxe repercussões positivas não só para o Ministério do Esporte, mas também junto a outros órgãos como a CAPES e a própria Área 21 (GESTOR 2)

A criação da Rede pode ter sido uma repercussão positiva junto aos órgãos de financiamento, pois, mesmo que a Capes e o CNPq tenham reconhecimento nacional, devido ao trabalho realizado no campo de financiamento de pesquisas, é possível observar que há necessidade de estabelecer mecanismos de organização e avaliação que contemplem as especificidades presentes na área de Educação Física. Necessitam-se, neste caso, melhorias no que se refere à falta de comunicação e de maior transparência no estabelecimento de políticas de desenvolvimento e crescimento da área da Educação Física e, conseqüentemente, do esporte e do lazer.

No que tange ao financiamento destes órgãos de fomento, segundo o documento final divulgado pelo Fórum Nacional Permanente de Pós-graduação

em Educação Física (2006), o subcampo acadêmico na área da Educação Física apresenta uma patente dificuldade de igualar os apoios financeiros, devido à grande diversidade epistemológica da produção científica dessa área, afetando negativa e particularmente a produção da área orientada nas Ciências Sociais e Humanas. Além disso, não existe um debate amplo sobre a construção desses critérios junto com a comunidade científica e as entidades científicas da área (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, 2006).

Outra repercussão importante, destacada pelo gestor 2, foi a implementação de uma ideia de funcionamento em rede, com intuito de se proceder à aproximação e troca de informação entre os pesquisadores do campo do esporte recreativo e lazer. Segundo Bonafont (2004), a ideia de rede, adota princípios básicos da teoria de grupos, onde, a interação e a resolução de conflitos marcam o processo de elaboração das Políticas Públicas.

Apesar de diversos entraves políticos, esta iniciativa parece ter sido positiva, pois, mesmo depois das alterações de gestão ocorridas após o processo de análise deste estudo, ou seja, após 2010, que trouxeram incertezas com relação a continuidade de funcionamento da Rede CEDES, os pesquisadores envolvidos no processo mantiveram contato e se mobilizaram para evidenciar a importância desta Rede de ações nos campos teóricos e práticos do esporte recreativo e do lazer.

Para Bonalume (2008), a Rede CEDES trouxe diversas contribuições para a área do esporte recreativo e do lazer. Entre elas, pode-se destacar o início da participação dos atores nas decisões a respeito dos temas relacionados à Rede e, ainda, o início da criação de laços unindo os atores entre si, sem ter que, necessariamente, passar pelo Ministério.

O Gestor 2 ainda destacou a importância das ações interministeriais e intersetoriais, para que os objetivos dentro da Rede CEDES fossem alcançados, principalmente no que se refere ao apoio às pesquisas e aos periódicos. Neste depoimento, foi importante ressaltar a tentativa de aproximação com a Rede CENESP. Ele ainda comenta, por várias vezes, que sempre tentou aproximar e buscar dialogar com os outros setores dentro do ME, mesmo havendo diversos entraves políticos.

Possibilitou também a busca em outros Ministérios de verbas para ampliar o apoio às pesquisas e periódicos. Promoveu ações intersetoriais, dentro do Ministério do Esporte – com as Secretarias do Esporte Educacional e do Alto Rendimento, bem como com outros Ministérios como o da Educação, através da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (GESTOR 2).

Com relação às repercussões tangíveis relacionados com o financiamento da Rede CEDES, deve-se destacar a elaboração dos produtos e dos desdobramentos oriundos do financiamento da Rede CEDES. A partir dos eixos norteadores da Rede, são considerados produtos, todas as ações previstas nos objetivos dos projetos de pesquisa e desdobramentos referem-se às ações não previstas nos objetivos dos projetos enviados ao Ministério, mas que contribuíram, de forma substancial, para a divulgação e disseminação do conhecimento produzido pela pesquisa financiada. Os produtos e desdobramentos estão apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 2 - Produtos oriundos do financiamento da Rede CEDES

PRODUTOS	2003/2004	2005	2006	2007	2008	2009/2010	TOTAL
Livros	10	11	26	17	18	26	108
Intervenções	3		4		2		15
Registro/Memória	2	2	6	7	7	4	28
Modelos Metodológicos		3		2		3	2
Homepage/sites	3	3	7	2	11	4	30

Quadro 3 - Desdobramentos oriundos do financiamento da Rede CEDES

DESDOBRAMENTOS	2003/2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Artigos (anais e periódicos)	24	42	57	26	77	226
Resumos	27	89	85	53	63	317
Capítulos de livros	01	12	22	10	35	80
Organização de eventos	14	12	16	5	6	53
Palestras	19	5	14	7	4	49
Vídeos		52	7	41	23	123
Outros livros		1		1		2
Entrevistas			8	1	23	32
Teses/dissertações/monografias			2	29	1	32

O estudo realizado por Molina Neto (2009), corrobora estes resultados, ao apresentar o aumento do número de trabalhos apresentados do GTT de Políticas Públicas do CONBRACE. Dentre os fatores sinalizados pelo autor

como impulsionadores quantitativos destas pesquisas, estavam a criação da Rede CEDES e o vínculo que os pesquisadores tinham com o GTT.

De acordo com Starepravo (2011), ao realizar um levantamento nos Anais Eletrônicos do Conbrace de 2009, ocorrido em Salvador, o GTT de Políticas Públicas teve 28 trabalhos publicados, sendo que destes, 46,5% eram oriundos de pesquisas apoiadas pela Rede CEDES. Estes dados, comparados aos coletados nos documentos do ME sobre o número de produções científicas, tanto em forma de produtos como desdobramentos dos financiamentos, mostram o importante papel que a Rede CEDES teve, ao se analisar o recorte temporal de 2003 a 2010, no avanço das pesquisas sobre Políticas Públicas de esporte e lazer.

No que se refere ao eixo sobre os *Impactos no campo de estudos sobre esporte e lazer*, pode-se verificar, a partir das entrevistas, que ambos os gestores dos diferentes períodos de gestão da Rede apresentaram pontos positivos e convergentes em suas opiniões.

Impactou em avanços na construção de caminhos mais sólidos na relação latino-americana, tendo papel fundamental na criação da Rede Latino-americana de Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer (GESTOR 2).

Apesar da criação de uma Rede Latino-americana de Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer ser um indicador positivo, esta análise se torna subjetiva, por não se ter iniciativas consumadas sobre a criação desta ou outra Rede. Esta rede foi, mais uma vez, uma tentativa desarticulada de unir diferentes pesquisadores e educadores de países como, Argentina, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Chile, Estados Unidos e Brasil, com o intuito de socializar conhecimentos e práticas educativas integradas de educação, esporte e lazer, para a construção de uma plataforma de comunicação, cooperação e intercâmbio no continente (BRASIL, 2010).

Entretanto, foram evidenciadas algumas ações isoladas que envolveram a criação desta “rede”. Uma delas foi a realização de eventos, como a Reunião Internacional de Políticas Públicas Integradas de Educação, Esporte e Lazer, em Brasília, no ano de 2009, e o “I Seminário Latino Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede

de Produção do Conhecimento, Formação e Informação”, no Paraná, em 2010. Este evento teve como objetivo elaborar um documento que formalizasse a criação de Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação na América Latina, que pudesse contribuir com a qualificação de Políticas Públicas e o desenvolvimento de ações integradas nos campos do Lazer, Esporte e Educação. Contudo não foram encontrados dados que pudessem comprovar a efetividade desta rede, no campo da produção do conhecimento do esporte e lazer.

Um dos principais impactos da Rede CEDES, foi a aproximação entre a teoria e a prática. Pode-se observar, a partir da análise documental, que foram realizados vários estudos aproximando as pesquisas realizadas pela Rede e as outras ações realizadas pelo ME, aspecto corroborado na fala do gestor 2:

Uma contribuição relevante foi a aproximação definitiva entre a teoria e a prática, ao utilizarmos os resultados de pesquisas no aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas pelo ministério do esporte e seus parceiros, contribuindo na qualificação de programas como o PELC, o Vida Saudável, o PRONASCI/PELC e o Segundo Tempo, além de tornarem-se boas referências para a formação e qualificação de gestores e agentes sociais de esporte e lazer (GESTOR 2).

A partir dos documentos analisados, foi possível levantar alguns estudos que vão ao encontro da fala do gestor 2. Como exemplo neste sentido, foram desenvolvidos os estudos, “Um olhar sobre o Segundo Tempo em Rio Grande”; “Vida Saudável – PELC”; “A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas e suas Relações com os Jogos Indígenas do Brasil”; “Esporte e lazer a cidadania em construção: Análise do programa Esporte e Lazer da cidade”; “O Brasil na copa, a copa no Brasil: antecipação, visibilidade, associações. os agendamentos para 2014”; “PELC - Vida Saudável: avaliando seu impacto na vida do cidadão e na política pública”; Programa Segundo Tempo na cidade de Pelotas: percepção dos gestores e da comunidade”; “Um olhar sobre o Segundo Tempo em Rio Grande”.

Indo ao encontro deste fato, os objetivos do PELC sempre foram muito claros, no sentido de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e lazer a partir do programa. O conjunto de ações elaboradas por este programa buscava estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento, tendo como finalidade a qualificação e a formação continuada

de gestores de Políticas Públicas (BRASIL, 2012). Ou seja, os princípios norteadores do programa, direcionavam suas ações para a aproximação do subcampo acadêmico ao subcampo político, e vice versa.

No que se refere à efetiva aproximação entre a teoria e a prática, DaCosta (2007) destaca que, apesar de ações incipientes, foram realizados alguns estudos no campo do esporte e do lazer, no sentido de se levantar dados sobre o panorama destas áreas no contexto das Políticas Públicas no Brasil. Algumas destas pesquisas foram o Diagnóstico da Educação Física e esporte no Brasil (DaCOSTA, 1971), o Inventário da infraestrutura desportiva brasileira (IBGE, 2000), o Atlas do esporte do Brasil (DaCOSTA, 2005) e o Dossiê esporte - um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro (IPSOS MARPLAN, 2006). Contudo, não há evidências de que esses estudos tenham servido para melhorar a governança do esporte nacional, reduzindo, portanto, a efetividade das Políticas Públicas.

Com isto, foi possível observar que, no setor do esporte, além da carência de informações sistematizadas, as atividades de planejamento e diagnóstico apresentam-se desarticuladas e voltadas para ações de curto prazo. Este dado ratifica aos resultados deste estudo, ao apresentar as ações realizadas pela Rede CEDES, desarticuladas, ou seja, sem um diálogo efetivo com outras ações existentes com o objetivo de financiar pesquisas no campo do esporte recreativo e do lazer, e ainda, voltadas para ações de curto prazo.

A partir deste estudo e com base nas limitações relativas às informações obtidas, ainda não foi possível obter evidências efetivas, sobre o quanto os estudos produzidos pela Rede CEDES impactaram a elaboração das Políticas Públicas de esporte e lazer. Torna-se necessária a realização de outras pesquisas, que possam contribuir para ampliar as informações e novas reflexões acerca deste universo temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, pode-se evidenciar que, na visão dos gestores envolvidos no corte temporal de análise da Rede CEDES (2003 a 2010), foram identificados impactos e repercussões positivas com a criação desta Rede de ações. Apesar de todos os embates políticos envolvidos neste

processo, a Rede foi, para a área de pesquisa do esporte e do lazer, um impulsionador, em vários âmbitos.

Entre estes âmbitos, deve-se ressaltar a construção coletiva da legitimidade da área em questão, tendo o pesquisador um papel de protagonista em todo o processo. Além disso, destaca-se a busca pelo estreitamento das relações com e entre as Universidades do país, a valorização das relações intersetoriais e interministeriais e o aumento significativo do número de produções científicas. A Rede CEDES abriu a perspectiva de inclusão de centros produtores de pesquisas em todas as regiões do país, impulsionando as regiões menos privilegiadas pelas instituições de fomento e trouxe legitimidade e reconhecimento tangível ao trabalho realizado pela SNDEL, por meio da produção e disseminação do conhecimento.

Entretanto, a ausência de diálogos entre os agentes da Rede CEDES e outros órgãos de fomento, podem ter descaracterizado a proposta inicial da Rede, trazendo, assim, uma aparente ineficiência no resultados das ações, ao analisar o recorte temporal de 2003 a 2010. Dessa forma, julgam-se necessários outros estudos relacionados à temática, para que sejam aprofundadas essas questões.

REFERÊNCIAS DO ARTIGO 2

ALMEIDA, B. S; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Rio Grande do Sul v.16, n. 4, p.73-92, out/dez, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/13103>>. Acesso em 10 ago. 2012.

AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/631>>. Acesso em 5 ago. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições70, 2010.

BONAFONT, L. **Rede de Políticas Públicas**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

BONALUME, C. R. A Rede CEDES como uma rede de política pública. In: PINTO, L. M. S. M.; SILVA, D. A. M.; RODRIGUES, R. P.; BONALUME, C. R.; ARAÚJO, L. R. M. (Org.). **Brincar, jogar, viver: lazer e intersetorialidade com o PELC**. 1 ed. Goiás: Gráfica e Editora América, 2008. p. 68-91.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Rede CEDES. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 15 set. 2012.

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>>. Acesso em: 15 dez. 2012

BRASIL. **Rede Latino-Americana**: Carta de Foz do Iguaçu. 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=6295>>. Acesso em 15 set 2012.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, L. F. C.; JÚNIOR, R. L. **O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência & Tecnologia no âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo Lula – 2003/2006**. Observatório do Esporte. Centro Esportivo Virtual, 2009. Disponível em <http://cev.org.br/biblioteca/o-esporte-recreativo-o-lazer-saude-ciencia-tecnologia-ambito-politica-nacional-esporte-1-governo-lula-2003-2006/> Acesso em 15 set 2012.

CAVICHIOILLI, F. R. Políticas Públicas **para o esporte e lazer**: tentativa de mudanças. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1996.

DACOSTA, L. A Gestão do Conhecimento nas Ciências do Desporto. In: JORNADAS CIENTÍFICAS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E DESPORTO, 3.,2007, Porto. **Anais...** Instituição Universitária de ensino da Saúde - ISCS-N, 2007.

DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. Disponível em: < <http://www.atlasesportebrasil.org.br/index.php>>. Acesso em 15 set 2012

DACOSTA, L. P. **Diagnostico de Educação e Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Fename, 1971. 392p.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA. **Documento final**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE): Campinas, 2006. Disponível em http://www.cbce.org.br/upload/forum_nacional_permanente_de_pos_graduacao_em_educacao_fisica.pdf Acesso em: 15 jan 2013.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em 15 set 2012.

IBGE. **Inventário da infraestrutura desportiva brasileira**. Brasília: Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. 2000.

IPSOS MARPLAN. **Dossiê Esporte** – um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro. São Paulo: Ed. Gráficos Burti Ltda. 2006.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede Cedes. In: SCHWARTZ, G. M, SANTIAGO, D. R. P. KAWAGUTI, C. N. TAVARES, G. H. FIGUEIREDO, J. P. NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo**: Balanço da Rede CEDES, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010, 192p.

LINHARES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte**: Políticas Públicas. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCH JÚNIOR, W. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. **Esporte e Lazer**: subsídios para o desenvolvimento e gestão de Políticas Públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MOLINA, V. N. **Pesquisa e desenvolvimento científico**: divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física. Recife: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. Palestra.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JÚNIOR, W. Agenda de pesquisa em Políticas Públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15. CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009. v.1, p.1-14.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil**: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2011. p. 422

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado:** as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. 370p

ARTIGO 3

**VANTAGENS ORGANIZACIONAIS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO
CONHECIMENTO EM UM SISTEMA PÚBLICO: O CASO REDE CEDES/ME**

**ADVANTAGES OF ORGANIZATIONAL INFORMATION MANAGEMENT
AND KNOWLEDGE IN A PUBLIC SYSTEM: THE CASE OF CEDES/ME**

**NETWORK VENTAJAS DE LA GESTIÓN DE LA INFORMACIÓN Y DEL
CONOCIMIENTO ORGANIZACIONAL EN UN SISTEMA PÚBLICO: EL CASO
DE LA RED CEDES/ME**

Giselle Helena Tavares – Doutoranda em Ciências da Motricidade¹

Gisele Maria Schwartz – Livre Docente¹

¹ LEL – Laboratório de Estudos do Lazer /DEF/IB/UNESP Câmpus Rio Claro

Endereço: Av. 24 A, 1515, Bela Vista, Rio Claro/SP CEP: 13506-900

Email: gj_htavares@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo, de natureza qualitativa, tem por objetivo analisar as vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento no sistema da Rede CEDES, do Ministério do Esporte. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográfica e documental, realizada por meio da consulta ao *site* do Ministério do Esporte, buscando informações relativas às ações realizadas pela Rede CEDES e consulta no acervo do Ministério do Esporte, diretamente *in loco*, nos relatórios dos Núcleos e Grupos pertencentes à Rede. A partir dos dados apresentados, foi possível evidenciar que as ações da Rede CEDES ainda não contemplam todas as necessidades, no que se refere à gestão das informações existentes. Os dados evidenciam, assim, a necessidade de se repensar sobre o papel da gestão do conhecimento nas organizações públicas, sendo que este aspecto é muito relevante no desempenho organizacional. Portanto, é de suma importância o aprimoramento desta ferramenta de gestão, para que as organizações públicas possam cumprir sua função na sociedade, democratizando o conhecimento e inserindo adequadamente o país no contexto mundial.

Palavras-chave: gestão, informação, Políticas Públicas

Abstract

This qualitative study aimed at examining the benefits of organizational information management system and knowledge about Rede CEDES from the Sports Ministry. The study was developed through a literature review and a documental research, consulting the website of the Sport Ministry, seeking for information on the actions developed by Rede CEDES and consultation the documents from reports of the research Groups that belong to the Rede CEDES, directly at the Sport Ministry. Results indicate that the actions of Rede CEDES still do not include all requirements, with regard to the management of existing information. The data show, therefore, the need to rethink the role of knowledge management in public organizations, due to the importance of these informations in organizational performance. Therefore, it is extremely important improving this management tools, so that public organizations can fulfill their role in society, democratizing knowledge and properly inserting the country in the global context.

Keywords: management; information; public policy

Introdução

A gestão da informação e do conhecimento representa importante meio facilitador de passagem do conhecimento produzido, capaz de alimentar, como uma forma espiral, esse conhecimento produzido (Nonaka, Takeushi, 1997 & Valentim, 2007). Estes autores destacam, ainda, a necessidade de as organizações voltarem as atenções para este sentido, pois, ao ser realizada com êxito, esta gestão pode fomentar novos planejamentos, ações e execuções, podendo, inclusive, alimentar e retroalimentar as organizações envolvidas no processo.

Pereira (2005) resume os conceitos de conhecimento tácito e explícito e afirma que os dois tipos são complementares. Para o autor, o conhecimento tácito é o conhecimento pessoal, constituído do *know-how* subjetivo, dos insights e intuições que cada indivíduo possui, baseado na imersão por longo período em suas experiências de vida. É uma forma implícita de conhecimento não-codificado e difícil de divulgar, ou mesmo de verbalizar, tendo em vista que o mesmo se expressa por habilidades, as quais têm como base a própria ação.

Já o conhecimento explícito é o conhecimento formal, regado e específico. Este tipo de conhecimento pode ser mais facilmente expresso ou difundido.

Williamson (2006) salienta a necessidade de gerenciamento de informações e conhecimentos para melhor suprir as exigências organizacionais. Devido às transformações relacionadas à era da informação e do conhecimento, em conjunto com a aceleração do processo de globalização e a influência das Tecnologias Digitais de Comunicação nos ambientes social e organizacional, torna-se pertinente implementar, de modo ininterrupto, esses aspectos na área de gestão da informação.

Os processos relacionados com informação são alvo da crescente atenção de governos e grupos econômicos. Entre os motivos que impulsionam esta preocupação, estão a coleta e preservação de conhecimentos, e, ainda, o fato de agregar valor à informação e ao conhecimento difundido.

Para Marchiori (2002), as tecnologias da informação, aliadas à sua intensiva produção e fluxo, podem, potencialmente, distinguir indivíduos e

grupos em suas atividades profissionais, culturais, sociais e econômicas, no que se refere à qualidade do que é produzido. Os processos de agregação de valor à informação incluem as habilidades de análise, condensação, interpretação, representação e estratégias de busca e apresentação/formatação da informação, tendo em vista os diferentes suportes e canais por intermédio dos quais esta informação pode ser disponibilizada.

Para Druker (1999), a gestão da informação é uma das questões mais importantes das organizações do século 21, podendo garantir o sucesso das mesmas. Entretanto, embora seja possível evidenciar que as abordagens relacionadas com a gestão do conhecimento e da informação sejam discutidas no âmbito acadêmico e profissional, há relativamente pouca informação quando se refere ao setor público. Exemplos de estudos realizados em organizações públicas incluem a gestão do conhecimento (Syed-Ikhsan & Rowland, 2004), o compartilhamento de conhecimento (Liebowitz & Chen, 2003), as iniciativas de gestão do conhecimento e as práticas de gestão do conhecimento, particularmente nas tomadas de decisão (Wiig, 2002).

Ainda que estes aspectos sejam reconhecidos, parece haver, no nível das instituições públicas em âmbito nacional, de modo geral, pouca atenção ao gerenciamento de dados e informações, especialmente ao se focalizar a Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), do Ministério do Esporte. Esta Rede é uma ação programática criada em 2003, pelo extinto Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTEC), subordinado à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte.

A Rede CEDES tem como finalidade incentivar a produção e a disseminação do conhecimento, por meio de estudos e pesquisas, bem como, promover avanços científico e tecnológico e a gestão de políticas sociais de esporte e de lazer (Brasil, 2011). Esta Rede, por intermédio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas, busca apoiar novos grupos interessados na área de pesquisa. Além disto, procura estimular os grupos já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de Políticas Públicas de esporte e de lazer (Brasil, 2011).

A Rede CEDES viveu quatro momentos importantes. O primeiro foi marcado pela concessão de parcerias com grupos de pesquisas de Cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras. O segundo momento destacou-se pela ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualificassem a política de esporte e lazer do País, estendendo, ainda, a possibilidade de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares.

O terceiro momento foi marcado pela criação, em 2007, de Edital Público anual, para a seleção dos projetos a serem apoiados. No quarto momento ficou evidente a ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede CEDES, sua sistematização e socialização ampla (BRASIL, 2011).

Atualmente, após novas reestruturações, tanto no Ministério do Esporte, quanto na própria Rede CEDES, existe um momento de incertezas, com relação aos direcionamentos que a Rede terá a partir desta nova mudança de gestão. Estas incertezas são derivadas de diversos aspectos, como a indefinição do posicionamento da Rede dentro do Ministério do Esporte e, inclusive, a visibilidade dada à organização dos megaeventos que ocorrem no país, deixando outros setores do esporte em planos secundários.

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisadores já têm maior subsídio para ampliar substancialmente o volume de estudos e pesquisas relacionados com as temáticas envolvendo o esporte, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as instituições de ensino superior, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre esporte e lazer.

Entretanto, ainda não foi possível visualizar a organização eficiente de todo o conhecimento produzido, mesmo dentro do próprio sistema organizacional da Rede, no Ministério do Esporte. Isto evidencia a necessidade de novos olhares sobre a gestão da informação dentro do setor público relativo ao âmbito do esporte.

Com base nestes argumentos, este estudo procurou investigar a importância da gestão da informação dentro do sistema organizacional da Rede CEDES, no sentido de subsidiar novos enfoques referentes às ações em Políticas Públicas de esporte e lazer no país. Busca-se, a partir desta

investigação, subsidiar as questões da gestão da informação e do conhecimento que envolve as ações da Rede CEDES, podendo contribuir para a continuidade de suas atuações e na geração de novas ações, no campo das Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer no Brasil.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar as vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento no sistema da Rede CEDES, do Ministério do Esporte.

Método

Este estudo de natureza qualitativa foi realizado por meio de pesquisas bibliográfica e documental (Gil, 2002 & Richardson, 2007). Segundo Richardson (2007), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever as complexidades de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, entre outras características, sendo, portanto, adequado aos pressupostos aqui elencados.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases online, em livros e periódicos, buscando-se os principais estudos sobre a temática. Esta revisão de literatura teve a finalidade de buscar referências sobre os temas abordados, relacionados à gestão da informação e do conhecimento, Políticas Públicas sobre esporte e lazer e projetos governamentais do Ministério do Esporte, entre outros.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental, por meio da consulta ao *site* do Ministério do Esporte, buscando informações relativas às ações realizadas pela Rede CEDES. Após esta etapa, realizou-se uma consulta ao acervo do Ministério do Esporte, diretamente *in loco*, obtendo-se, assim, acesso a todas as informações contidas nos relatórios dos Núcleos e Grupos pertencentes à Rede. Esta análise documental foi desenvolvida na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), Ministério do Esporte, localizado em Brasília, Distrito Federal, com a permanência dos pesquisadores durante o período de 40 dias neste local.

Estes documentos analisados eram enviados exclusivamente pelos pesquisadores, diretamente ao ME, como forma de relatório dos financiamentos obtidos. Segundo Gil (2002), uma das vantagens da pesquisa documental é que os documentos constituem fontes de dados mais estáveis e duradouras e proporcionam uma ampla visão do problema.

A partir da coleta de dados, os mesmos foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático (Bardin, 2010). Esta técnica prevê a categorização em eixos, de acordo com as abordagens mais dominantes e emergentes, identificadas a partir da revisão de literatura.

Resultados

A partir da coleta de dados realizada no *site* do ME, foi possível visualizar, a divulgação de 139 pesquisas desenvolvidas, sendo contabilizado, nos documentos analisados no acervo do Ministério do Esporte, um total de 208 pesquisas desenvolvidas. No que se refere à quantidade de convênios firmados e pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003 e 2010, a partir do levantamento realizado nos documentos do Ministério do Esporte, foram levantados um total de 129 convênios firmados e 208 pesquisas desenvolvidas.

Além disso, no que se refere à produção científica no formato de livros, foram divulgados, por meio do *site* do ME, um total de 53 livros. Já os documentos consultados demonstraram a produção de 108 livros, como produto do desenvolvimento dessas pesquisas.

No que se refere ao envolvimento de grupos de pesquisas vinculados ao CNPq, o *site* divulga o número de 80 Grupos de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, e os documentos revelaram a participação de 96 grupos de pesquisas vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Entretanto, nem todos estes grupos, eram sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, sendo estes, de diferentes áreas de estudos.

No que tange à coleta de dados realizada no acervo do ME, foi possível encontrar uma grande dificuldade para o levantamento das informações, devido a dificuldade de padronização dos relatórios de cumprimento de objeto. As informações referentes aos projetos apoiados na primeira gestão da Rede

(2003 a 2006), não foram, em sua maioria, encontrados nas dependências do ME para consulta.

A partir da análise realizada, foi possível evidenciar que, na mudança de gestão interna, que ocorreu no início de 2006, houve muita dificuldade em se organizar todas as informações relativas ao desenvolvimento das ações da Rede CEDES. Nesta transição de gestão, não houve, pelo menos de forma documentada, ou aberta, a transferência dos conhecimentos relativos às ações e investimentos até agora desenvolvidos pela Rede CEDES.

De acordo com Zhang (2010) a gestão do conhecimento também constrói a memória organizacional que é fundamental para o sucesso organizacional nos tempos atuais. A Rede CEDES, desde sua criação, passou por mudanças significativas no modelo estrutural sob o qual foi governada. Os princípios orientadores que foram elaborados inicialmente com a criação da Rede já passaram por diversas mudanças e foi totalmente reestruturado. A partir destas mudanças, foi possível evidenciar a importância da gestão das informações e do conhecimento dentro de uma organização pública, no sentido de buscar a continuidade das ações políticas, em meio à descontinuidade da Política em si.

Neste sentido, pode-se observar que a organização política da Rede CEDES não propiciou a gestão do conhecimento existente, justamente por não se proceder, na época, a diálogos consistentes entre os envolvidos, que apontassem a construção do conhecimento produzido, ainda que se tivesse interesse em favorecer essa produção. Este fato é muito comum nas esferas públicas, em que os interesses políticos, normalmente, sobressaem aos interesses da população atendida pelos projetos.

No campo de estudo da Gestão do conhecimento, segundo Davenport e Prusak (1998), a transferência de conhecimento abrange duas ações, envolvendo a transmissão do conhecimento existente e a absorção por um pessoa ou grupo. Estes autores afirmam que "[...] a transmissão e absorção juntos não têm valor a não ser que eles levam a alguma mudança de comportamento, ou o desenvolvimento de uma ideia que leva a um comportamento novo." (Davenport & Prusak, 1998, p. 101).

Para Bonalume (2008), uma alternativa que pode ser utilizada neste sentido, é a aplicação de uma estrutura em Rede, de modo a propiciar ações

de cooperação e intercâmbio entre todos os envolvidos. Segundo esta autora, esta configuração, pode representar mudanças no que se refere às ações fragmentadas e pouco fundamentadas, sendo estas características presentes na composição das atuais Políticas Públicas de esporte e lazer no país.

Iniciativas relacionadas com a gestão da informação podem propiciar mudanças axiológicas e, inclusive, motivar a sociedade, a partir do acesso à informação, a exigir mudanças e participar efetivamente das decisões públicas. Com o Decreto da Lei da Informação, sancionada no ano de 2011 (Brasil, 2011), o ME já iniciou o processo de democratização das informações sobre as ações e programas, mas ainda, ao se proceder ao acesso ao *site*, percebe-se que não estão disponíveis todas as informações e as que lá se encontram, são passíveis de dúvidas, haja vista a evidenciada falta de organização dos dados reais, principalmente no que se refere à Rede CEDES, e a discrepância de dados percebida quando se tem oportunidade de ter acesso aos documentos oficiais.

No que tange a esta informatização, é notável a construção de portais governamentais, nos quais constam a identificação, os propósitos e as ações do Governo, os quais poderiam promover a concentração e disponibilização de serviços e informações e um conseqüente levantamento das necessidades da população (Pinho, 2008), como por exemplo, a utilização do governo eletrônico (e-gov), o qual tem como objetivo facilitar a acessibilidade ao serviço governamental, por meio de maior acesso público à informação, bem como, contribuindo para um governo mais transparente (Busquets, 2006).

O e-gov consiste na informatização de atividades governamentais internas e na sua comunicação com o público externo (cidadão, fornecedores, empresas, ou outros setores do governo e da sociedade), melhorando a sua gestão. A exemplo dessa informatização tem-se a construção de portais governamentais, nos quais constam a sua identificação, seus propósitos e suas ações, possibilitando a concentração e disponibilização de serviços e informações e um conseqüente levantamento das necessidades da população (Pinho, 2008).

Neste sentido, Davenport e Prusak (1998), apresentam algumas pontos importantes no que se refere às vantagens da gestão do conhecimento nas organizações:

– criar repositórios de conhecimento, os quais podem reunir, tanto conhecimento, quanto informação, provenientes de documentos escritos, verbais ou visuais. Conforme esses autores, estes repositórios podem ser de três tipos: conhecimento externo (inteligência competitiva); conhecimento interno estrutural (relatórios, produtos, procedimentos e técnicas); conhecimento interno tácito ou informal;

– proporcionar ou aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, facilitando sua difusão e enfatizando a conectividade, o acesso e a transferência de dados informacionais, tendo como apoio as tecnologias digitais, as quais podem ampliar as perspectivas de transferência em tempo real, partindo-se do pressuposto de estabelecimento de normas e padrões essenciais para a organização da memória digital;

– criar um ambiente positivo, no qual a criação, transferência e uso do conhecimento sejam valorizados. Para que isto ocorra de modo efetivo, tornam-se necessários que os líderes envolvidos se apoiem em uma visão ampliada, em valores e comprometimentos explícitos, no sentido de encorajar a criatividade individual e o trabalho em equipes multifuncionais;

– reconhecer o conhecimento como um bem, enfatizando seu valor para o crescimento de todos os envolvidos.

Entretanto, estes canais ainda são subutilizados. No caso da Rede CEDES, o e-gov poderia tornar-se uma iniciativa interessante para implementar a difusão de informações, dados e conhecimentos. O e-gov, ferramenta de contato entre o Governo e o cidadão, pode favorecer o acesso amplo e facilitado a todos os interessados nas informações do Ministério do Esporte.

A partir disto, foram feitas várias ações no sentido de padronizar e sistematizar o conhecimento produzido pela Rede, apesar, de ainda não existir uma Política Nacional que auxilie, de forma ampla, a gestão das informações públicas. Conquanto o ME tenha um órgão responsável por estas questões, que seria o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME), este não funciona de modo a auxiliar na gestão destes conhecimentos específicos. Este fato é contraditório às ações e metas propostas na III Conferência Nacional do Esporte (Ferrari, 2012), merecendo a atenção dos gestores.

Neste documento foram propostas algumas ações e metas que contemplavam a Linha sobre Ciência e Tecnologia, sendo esta uma linha inovadora no campo do esporte, mostrando a necessidade de se voltar o foco de atenções neste sentido. Outro documento que também trouxe algumas ações estratégicas que demonstravam a preocupação com a gestão da informação e do conhecimento no campo do esporte foi elaborado em 2005, intitulado Política Nacional do Esporte (Brasil, 2005), que, entre 18 ações estratégicas, também expunha claramente, em 3 destas, este tema.

Para suprir esta demanda, em um dos projetos financiados pela Rede CEDES, foi proposta a ideia de criação do Repositório Institucional da Rede (RIRC), que teria como objetivo congrega as informações referentes à produção. Entretanto, o RIRC passa por problemas estruturais, primeiramente, por não ser uma ação política, não tendo, assim, apoio financeiro para tal funcionamento. Além disso, a política para disseminação destas informações é de auto-arquivamento, ou seja, os próprios pesquisadores devem postar suas produções e projetos no RIRD. Entretanto, até o presente momento, esta metodologia tem apresentado resultados insatisfatórios, uma vez que o site não está sendo devidamente alimentado pelos pesquisadores, como seria o ideal.

Para Jenkins (2009), o uso das TIC como ferramenta para a gestão da informação pode ser uma excelente estratégia para minimizar os problemas organizacionais e ainda, auxiliar na prestação de contas dos órgãos públicos frente à sociedade. Por isto, se torna cada vez mais necessário um banco de dados, mantido pelo governo federal, para que seja possível aglutinar todas as informações referentes aos projetos e, além disso, disseminar estas informações a todos os interessados.

Considerações Finais

A partir dos dados apresentados, foi possível evidenciar que as ações da Rede CEDES ainda não contemplam todas as necessidades, no que se refere à gestão das informações existentes. Os dados evidenciam, assim, a necessidade de se repensar sobre o papel da gestão do conhecimento nas organizações públicas, sendo que este aspecto é muito relevante no desempenho organizacional. Portanto, é de suma importância o aprimoramento

desta ferramenta de gestão, para que as organizações públicas possam cumprir sua função na sociedade, democratizando o conhecimento e inserindo adequadamente o país no contexto mundial.

O acesso a documentos concretos para o levantamento dos dados foi um fator limitante para a realização deste estudo, haja vista a dificuldade em se encontrar dados reais que subsidiassem adequadamente as discussões. Sendo assim, sugere-se o desenvolvimento de novas investidas em forma de pesquisas e de ações políticas envolvendo a Rede CEDES, no sentido de melhor compreender as lacunas advindas deste apoio governamental e subsidiar a gestão da informação e do conhecimento sobre esporte recreativo e lazer no país.

Referências do artigo 3

Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições70.

Bonalume, C. R. (2008). *A Rede CEDES como uma rede de política pública*. In L. M. S. M. Pinto, D. A. M. Silva, R. P. Rodrigues, C. R. Bonalume, L. R. M. Araújo (Org.). *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC* (pp. 68-91). (1ª ed.) Goiás: Gráfica e Editora América.

Brasil. (2005). *Ministério do Esporte: Conselho Nacional do Esporte. Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005*. Política nacional do esporte, Brasília, DF. Acesso em: <http://portal.esport.gov.br/arquivos/politica_nacional/Politica_Nacional_completo.pdf>

Brasil. (2011). *Ministério do Esporte: Rede CEDES*. Acesso em: http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp.

Brasil. (2011). *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Lei do Acesso à Informação*. (Lei 12.527, de 18/11/2011. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm.

Busquets, J. M. (2006). *El gobierno electrónico en América Latina: estrategias y resultados*. In F. Galindo, (Coord.). *Gobierno, derechos y tecnología: las actividades de los poderes públicos* (pp. 159-171). Thomson Civitas: Universidad de Zaragoza.

Drucker, P. (1999). *Management Challenges for the 21 Century*. New York: Harper Business.

Davenport, T., & Prusak, L. *Conhecimento empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- Ferrari, R. D. (2012). *Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)*. (Dissertação de Mestrado em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).
- Gil, A. C. (2002). *Como classificar as pesquisas?* In A. C. Gil (Org.) *Como elaborar projetos de pesquisa* (pp. 41-57). (4ª ed.) São Paulo: Loyola.
- Jenkins, H. (2011). *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*. The MacArthur Foundation. Acesso em: http://digitallearning.macfound.org/atf/cf/%7B7E45C7E0-A3E0-4B89-AC9C-E807E1B0AE4E%7D/JENKINS_WHITE_PAPER.PDF.
- Liebowitz, J., & Suen, C.Y. (2000). Developing knowledge management metrics for measuring intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 1(1), 54-67.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação do conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus.
- Pereira, F. C. M. (2005). O processo de conversão do conhecimento em uma escola de atendimento especializado. *Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 20, 38-52.
- Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 43(3), 471-493. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3.pdf>>.
- Richardson, R. J. (2007). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Syed-Ikhsan, S. O. S., & Rowland, F. Knowledge management in a public organization: a study on the relationship between organizational elements and the performance of knowledge transfer, *Journal of Knowledge*

Management, 8(2), 95-111. Acesso em:
<<http://dx.doi.org/10.1108/13673270410529145>>.

Valentim, M. L. P. (2007). (Org.). *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. (2ª. ed.) Marília: Editora FUNDEPE.

Wiig, K. M. (1997). Knowledge Management: Where Did It Come from and Where Will It Go? *Journal of Expert Systems with Applications*, 13(1), 1-14. Acesso em: <<http://kplab.tuke.sk/hardwiki-mz/images/3/3f/Clanok5.pdf>>.

Williamson, A., Kennedy, D. M., Mcnaught, C., & DeSouza, R. (2006). Issues of intellectual capital and intellectual property in educational software development teams. *Australian Journal of Educational Technology*, 19(3), 339-355.

Zhang, T. (2010). Application of Knowledge Management in Public Administration International. *Proceedings of Conference on Educational and Network Technology*. (pp. 572-575). Qinhuangdao: Institute of Electrical and Electronics Engineers.

ARTIGO 4

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL E EM PORTUGAL: A PESQUISA CIENTÍFICA EM FOCO

SPORT AND LEISURE PUBLIC POLICIES IN BRAZIL AND PORTUGAL: FOCUSING THE SCIENTIFIC RESEARCH

^{1,2}Giselle Helena Tavares

¹Gisele Maria Schwartz

²José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

1 – LEL – Laboratório de Estudos do Lazer – DEF/IB/UNESP Campus Rio Claro

2 – Gabinete de Gestão Desportiva – Faculdade de Desporto – Universidade do Porto

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar a formulação de Políticas Públicas de esporte e lazer em Portugal e no Brasil, tendo como foco a pesquisa científica, a partir dos principais textos normativos e políticos destes dois países. O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental, referente à análise de documentos oficiais de ambos os países. Os resultados mostraram que, embora o conjunto legal-normativo português seja mais conciso do que o brasileiro, no que se refere à aproximação do subcampo acadêmico com o subcampo político, não foi possível identificar qualquer iniciativa, em Portugal, que traçasse esta relação por meio de financiamentos governamentais. O Brasil, por intermédio do Ministério do Esporte/Rede CEDES, mesmo diante de diversos entraves, parece ter sido inovador na tentativa de aproximação destes campos na área do esporte e do lazer.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Esporte, Lazer, Pesquisa Científica.

ABSTRACT

This qualitative study aimed at analyzing the formulation of Public Policy of sport and leisure in Portugal and in Brazil, focusing the scientific research, from normative and political texts of these two countries. The study was conducted through documental research, concerning the analysis of official documents of both countries. The results showed that although all legal-normative Portuguese set was more concise than that of Brazil, in terms of the approximation of academic subfield with politician subfield, it was not possible to identify any initiative in Portugal that traced this relationship through government funding. Brazil through the Ministry of Sports Rede/CEDES, even in the face of many obstacles, seems to have been innovative in trying to approach these fields in sport and leisure ambit.

Keywords: Public Policy, Sport, Leisure, Scientific Research.

INTRODUÇÃO

A elaboração de Políticas Públicas nos campos do esporte e do lazer tem sido levada em consideração nos últimos anos, devido ao grande destaque destas temáticas nos contextos social, econômico e político em todo mundo. Entretanto, inúmeros entraves ainda se fazem presentes, no que tange à definição dos princípios norteadores da formulação dessas Políticas Públicas, tornando-se um desafio da atualidade compreender o modo como estas ações são gerenciadas. Outro ponto crucial é a dificuldade de aproximação do subcampo político com o subcampo acadêmico, o que pode gerar ações ineficientes, com impactos sociais muito relevantes.

Para minimizar esses entraves, a utilização de parcerias entre o poder público e os centros produtores de conhecimento pode ser uma estratégia interessante, no sentido de se elaborar políticas mais efetivas. A nova configuração das organizações, sejam elas públicas ou privadas, tendo como foco o conhecimento, parece trazer grandes transformações sociais e, principalmente, no modo de gestão pública, o que mereceu destaque neste estudo.

No sentido de iniciar maior ênfase nessas parcerias, o governo brasileiro procurou criar os fundos setoriais, os quais abordam as parcerias entre universidades, governos e empresas, para captação de recursos para pesquisas, podendo incentivar novas diretrizes nas políticas públicas. No Brasil, a legislação que criou os fundos setoriais em 1999 pode ser entendida como o marco legal inicial da Ciência, Tecnologia e Inovação. Os fundos setoriais têm como objetivo principal garantir a estabilidade de recursos para promover maior sinergia entre as universidades, o setor produtivo e os governos. Atualmente, os temas apoiados pelos fundos setoriais são referentes a petróleo, energia elétrica, recursos hídricos, transportes, mineração, espacial, tecnologia da informação, infraestrutura, saúde, agronegócio, verde-amarelo, biotecnologia, setor aeronáutico, telecomunicações, transporte aquaviário, construção naval e Amazônia.

O esporte, mesmo estando em foco mundial diante da representatividade do país com a realização de diversos megaeventos, ainda

não consta nesta lista dos enfoques temáticos prioritários apoiados pelos fundos setoriais do governo federal. Neste sentido, percebe-se a premência de novas investidas, capazes de ressaltar o esporte dentro dos temas de relevância a serem foco nas ações que promovem as relações entre os poderes público, privado e as instituições de ensino superior.

Ao se focalizar o contexto brasileiro, pode-se perceber que o governo brasileiro, por meio do Ministério do Esporte, vem realizando iniciativas no sentido de promover o estreitamento das relações entre o poder público e as Universidades. Entre estas iniciativas, pode-se destacar a criação da Rede CENESP em 1998 e da Rede CEDES em 2003.

A Rede CENESP foi criada com o objetivo principal de financiar pesquisas na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Já a Rede CEDES é uma ação programática, que foi elaborada com o intuito de financiar pesquisas relacionadas com o campo do esporte recreativo e lazer, buscando, por intermédio deste financiamento de pesquisas, fomentar a elaboração das Políticas Públicas nesta área, a partir da aproximação entre os subcampos políticos e acadêmicos (BRASIL, 2012).

O Brasil, por intermédio destas iniciativas, pode ter sido inovador na realização de ações neste sentido. Entretanto, é imprescindível compreender toda a base de fundamentação política que envolveu a execução destas ações, podendo, assim, traçar relações positivas ou negativas a partir deste modelo.

Outro aspecto que fica patente ao se focalizar atenção no esporte é relativo à dificuldade de avaliação das iniciativas no campo político, tendo em vista que, nesse contexto envolvendo o esporte, tanto o de rendimento, como o recreativo, existe uma escassez de iniciativas comparativas, realizadas pelo campo acadêmico, levando em consideração, tanto as demandas, como as estratégias adotadas para o delineamento de novas políticas neste campo (COHEN; FRANCO, 2007). Sendo assim, há necessidade de se ter parcimônia ao se analisar os impactos positivos ou negativos das ações em andamento, o que merece maior embasamento e aprofundamento, no sentido de se buscar novos subsídios para a qualidade desta análise.

Diante deste panorama, para que uma análise pudesse ser elaborada de forma mais aprofundada, buscou-se apoio em outras realidades dentro do contexto mundial. Neste sentido, além de se focalizar atenção nas relações que

permeiam os financiamentos do governo federal brasileiro, o estudo procurou investigar como se dá esse processo em um país com tradição em análise política.

Para tanto, foi enfatizada a realidade de Portugal, pelo fato deste país ser tradicionalmente reconhecido pelas perspectivas de análise política no campo do esporte. Esta justificativa reitera a preocupação especial com este momento, em que o Brasil é projetado nas esferas internacionais no âmbito esportivo, em função da vinda de importantes megaeventos, requisitando estratégias pontuais e eficientes de preparação e difusão das iniciativas políticas. Este estudo teve a intenção de traçar um panorama comparativo entre os países Brasil e Portugal, uma vez que existem forte conexão e influência cultural, decorrentes do processo histórico de colonização.

Contudo, estes países perpassam momentos históricos muito diferentes, com relação às ações realizadas no contexto do esporte e do lazer. O Brasil sediará, nos próximos anos, inúmeros eventos esportivos de grande porte, sendo foco da visibilidade internacional. Portugal passa, atualmente, por uma crise econômica, seguindo a tendência de toda a Europa, tendo este país, grandes reflexos econômicos negativos, decorrentes, inclusive, da realização de megaeventos nos últimos anos. Este fato parece ser um potencializador dos tempos de crise, devido à má utilização dos gastos públicos e de altos investimentos em instalações esportivas, que, hoje, geram muitos gastos para o país (JANUÁRIO, SARMENTO, CARVALHO, 2009).

Estas inquietações foram motivadoras da realização deste estudo. O desenvolvimento da etapa do estudo referente à análise da realidade política de Portugal foi viabilizado pelo Gabinete de Gestão Desportiva, da Universidade do Porto, sendo este, um centro reconhecido mundialmente, nos estudos sobre gestão e políticas desportivas.

Sendo assim, o intuito deste estudo, então, foi analisar a formulação de Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal, tendo como foco a pesquisa científica, utilizando como base para análise a teoria formulada por Etzkowitz e Leydesdorff (1996), denominada Tríplice Hélice. Os argumentos desta teoria reforçam a tese de que a universidade tem um papel preponderante na sociedade baseada em conhecimento.

No contexto brasileiro, esta teoria vem sendo utilizada nos estudos desenvolvidos por Silva, Terra e Votre (2006). Esses autores trouxeram para o contexto brasileiro as discussões sobre esta teoria na área da Educação Física e do esporte. Estes autores destacam a importância de investigações que abordem esta teoria, pois a mesma ressalta o debate sobre o papel da universidade no novo cenário mundial, principalmente, por colocá-la em destaque no desenvolvimento social e econômico das regiões.

Senhoras (2008), ao realizar uma pesquisa sobre a teoria da Tríplice Hélice, apresentou a proposta elaborada por Etzkowitz e Zhou em 2006, mostrando como forma de análise a Hélice Tríplice *Twins*. Nesta perspectiva de análise, a Universidade e a sociedade, com apoio técnico-financeiro estatal e por meio de institutos públicos de pesquisa de ensino superior, exercem a liderança.

No sentido de se perscrutar o modo como essas relações são organizadas em ambos os países foco do estudo, houve, inclusive, o interesse em se comparar as realidades e apontar as possíveis congruências e particularidades, as quais podem ser decisivas nas formulações de novas Políticas Públicas envolvendo o esporte recreativo e o lazer.

Sendo assim, o objetivo principal deste estudo, então, foi analisar a formulação de Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal, tendo como foco a pesquisa científica, a partir dos principais textos normativos e políticos destes dois países.

MÉTODO

Este estudo, de natureza qualitativa, foi realizado utilizando-se pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa documental foi realizada por meio de consulta aos orientadores legais governamentais existentes, os quais embasavam as Políticas Públicas de esporte e lazer em Portugal e no Brasil.

Na etapa de análise de documentos realizada no Brasil, foram levados em consideração a Constituição da República Federativa do Brasil, a Política Nacional do Esporte e os Planos Plurianuais de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011. Esses documentos foram consultados *online*, pela facilidade de acesso.

Durante a etapa da pesquisa documental realizada em Portugal, foram consultados alguns textos normativos sobre o esporte como, a Carta Europeia do Desporto, o *síte* do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. Estes documentos foram consultados via *internet* e em cópias disponibilizadas no Gabinete de Gestão Desportiva, da Universidade do Porto.

Em Portugal, com base em documentos oficiais e nas diversas informações contidas nas páginas oficiais do Governo Português, foi possível conhecer as propostas de fomento e apoio ao esporte e lazer em âmbito nacional e as possíveis aproximações entre poder público e Universidade, entre outros desdobramentos peculiares.

De posse dessas informações foi feita uma análise descritiva de todos os dados coletados no Brasil e em Portugal, utilizando-se como recurso a Técnica de Análise de Conteúdo Temático. Esta técnica é pertinente para estudos desta natureza, por gerar informações sobre as abordagens dominantes e as mais emergentes, conforme evidencia Bardin (2010). A Técnica de Análise de Conteúdo se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e agrupados (Richardson, 1999), para melhor compreensão do universo pesquisado.

Os resultados foram divididos em dois eixos para discussão, a saber: eixo 1 - **Organização do desporto em Portugal e no Brasil**; eixo 2 - **Políticas Públicas e os financiamentos de pesquisa no Brasil e em Portugal**.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos aportes advindos, tanto da realização da coleta de dados no Brasil, como da experiência no exterior, foram formalizados os principais resultados e sua relevância para a qualificação de novas Políticas Públicas de esporte, os quais foram organizados e discutidos nos eixos temáticos previamente citados.

Eixo 1 - Organização do desporto em Portugal e no Brasil

O modelo de governo evidenciado pelo Artigo 79 da Constituição da República Portuguesa, no termo que se refere à Cultura Física e Desporto e no Artigo 2 da Lei de Bases do Desporto (PORTUGAL, 1976; 2004), declara, respectivamente que:

Todos têm direito à cultura física e ao desporto.

O direito ao desporto é exercido nos termos da Constituição, dos instrumentos internacionais aplicáveis e da presente lei.

No que se refere à organização Portuguesa do desporto, de acordo com Carvalho (2002), a legislação desportiva portuguesa sempre esteve voltada para um modelo intervencionista, ou seja, caracterizado por uma forte tutela pública. Neste sentido o Estado encara a organização do desporto como serviço público e é legitimado pela lei geral e, inclusive, em alguns casos, por disposições constitucionais.

Segundo Januário (2010), na Europa é possível evidenciar dois modelos principais de concepções sobre o sistema desportivo nacional. Os países do Norte da Europa, como Alemanha, Holanda e Reino Unido, caracterizam-se por uma ausência específica da legislação, sendo o poder central limitado a assegurar as condições materiais específicas para o desenvolvimento do desporto em termos financeiros e no apoio à formação e investigação. Já nos países do Sul, como França, Espanha e Portugal, prevalece um modelo mais voltado para a intervenção total do Estado, sendo que este encara o desporto como um serviço público e legitimado por lei.

A utilização de um modelo fortemente dependente do Estado, para Januário (2010), pode criar alguns problemas para o desenvolvimento esportivo do país, pois, nem sempre facilita a organização das comunidades locais, regionais e as associações. Constantino (2009) também apresenta alguns problemas relacionados ao modelo utilizado por Portugal, principalmente pelo fato de, nesse país, as políticas serem voltadas quase exclusivamente para os jovens e para o esporte de rendimento. No que se refere ao Sistema Desportivo de Portugal, a política seguida por Portugal, desde a instauração da

democracia, restringe-se ao apoio direto do governo federal ao associativismo desportivo, tendo como foco o esporte na vertente competitiva.

Segundo Pires (2007), Portugal apresenta umas das menores taxas de participação desportiva da Europa, entretanto, expressa resultados positivos no que se refere à alta competição internacional. Esta condição não corrobora os princípios apregoados pela política do Desporto para Todos, adotada nos últimos anos na Europa. A Carta Europeia do Desporto reflete a necessidade de entender o desporto nas suas mais variadas perspectivas, ou seja, o desporto para pessoas com deficiências e o desporto de lazer (PORTUGAL, 1992).

De acordo com Pereira (2001), a legislação vigente estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo o Poder Central um papel de fiscalizador neste processo. Em Portugal, não existe um Ministério específico para o esporte, sendo o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) o órgão de maior representatividade nacional. Este instituto tem como missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente, com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais (IPDJ, 2013). Além disso, este órgão visa ao apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, por meio da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros.

A partir dos documentos analisados, foi possível evidenciar que, no contexto brasileiro, o desporto é entendido pela legislação federal, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, nos Artigos 14 e 217, respectivamente, da seguinte maneira (BRASIL, 1988):

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação, cultura, ensino e desporto;

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, sendo observados, a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

Corroborando a organização portuguesa, o governo federal brasileiro também é responsável pela organização esportiva no país, sendo dever do estado fomentar todos os tipos de práticas esportivas, priorizando o esporte educacional. Além disso, a constituição brasileira prevê deveres do Estado no que concerne à afirmação do esporte e do lazer como direitos, exigindo o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação.

Segundo Bracht (2003), apesar da demonstração evidente apresentada pela Constituição, apresentando o esporte e o lazer como direitos sociais, parece claro que, ao analisar as ações governamentais, o fenômeno esportivo não é entendido como prioridade orçamentária, quando comparado com outros setores, como o da economia, da saúde, da educação e da habitação. Apesar de todos os entraves políticos, o Brasil se apresenta à frente no que se refere à política nacional do esporte, tendo, desde o ano de 2003 uma pasta ministerial específica para a formulação e planejamento de políticas nos âmbitos do esporte e do lazer. Segundo Suassuna *et al.* (2007, p.29), o Ministério do Esporte tem como objetivo formular e implementar Políticas Públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.

O estudo realizado por Castelan (2010) evidenciou que os investimentos realizados pelo governo brasileiro, no sentido de financiar as ações relacionadas com o esporte, nos âmbitos da participação e educacional, ainda são pequenos, apesar de estes assuntos terem sido foco das atenções nas últimas Conferências Nacionais do Esporte. Neste sentido são evidenciados altíssimos gastos com a realização de megaeventos no país, como os Jogos Pan e Parapanamericanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, sendo que, a atração destes eventos não tem base nas deliberações apresentadas nas duas primeiras Conferências e nem na Política Nacional do Esporte.

A partir da análise documental do Plano Plurianual de 2008 a 2011 foi possível verificar que não existe qualquer menção sobre receber megaeventos esportivos do porte dos citados anteriormente (BRASIL, 2007). Este dado também foi apresentado pela pesquisa realizada por Castelan, no ano de 2010.

Utilizando a realidade portuguesa como parâmetro de comparação, Giambiagi *et al.* (2010) enfatizam que a Eurocopa de Portugal (2004) é um

exemplo efetivo de subutilização de instalações esportivas, sendo estes, geradores de altos custos para a sociedade e para os governos locais. Para estes autores, os gastos investidos pelo país na construção de instalações e infraestrutura para a realização dos jogos pode ter sido um dos desencadeadores da crise instaurada no país.

Eixo 2 - As Políticas Públicas e os financiamentos de pesquisa em Portugal e no Brasil

No que se tange ao eixo relacionado com as Políticas Públicas e os financiamentos de pesquisa no Brasil e em Portugal, foram analisados alguns documentos oficiais que abordam estas questões. No Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), os tópicos relacionados com a interligação do governo com a investigação científica são (IDPJ, 2013):

- Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos setoriais e intersetoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;

- Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;

- Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;

O Artigo 11, da Carta Europeia do Desporto, salienta a preocupação com a informação e a investigação científica (PORTUGAL, 1992):

Desenvolver-se-ão os meios e as estruturas adequadas que permitam juntar e divulgar informações pertinentes sobre o desporto aos níveis local, nacional e internacional. Estimular-se á a investigação científica sobre todos os assuntos que dizem respeito ao desporto. Tomar-se-ão disposições para assegurar a divulgação e a troca de informação e de resultados de investigação ao nível mais oportuno, local, regional, nacional e internacional.

O Artigo 10 da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, no que se refere à Investigação, apresenta o seguinte artigo (PORTUGAL, 2007):

O Estado, em colaboração com as instituições de ensino superior, promove e apoia a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre os indicadores da prática desportiva e os diferentes factores de desenvolvimento da actividade física e do desporto.

No Artigo 72, da Lei de Bases do Desporto, o capítulo sobre Desporto e cultura e no Artigo 39, são abordadas questões referentes à investigação científica (PORTUGAL, 2004):

Promoção da investigação sobre o papel da cultura no desporto

A investigação científica na área do desporto e das matérias relacionadas com este deve ser orientada de modo integrado e assentar no desenvolvimento da vocação específica de estabelecimentos de ensino superior, nas aptidões dos serviços públicos de medicina desportiva e de outros organismos públicos ou privados e bem assim por intermédio da cooperação internacional especializada.

A experiência brasileira, no que se refere à aproximação do subcampo político com o subcampo acadêmico no contexto do esporte e do lazer, é expressa, a partir dos seguintes documentos legais do governo federal (BRASIL, 1998; 2003; 2007; 2005):

I - A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

II - Plano Plurianual de 2004/2007 e 2008/2011

O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia.

III - A Política Nacional de Esporte:

Busca a universalização do esporte e lazer e promoção da inclusão social.

Busca a democratização da gestão e da participação.

A partir da coleta de dados, foi possível observar tópicos relacionados com a produção do conhecimento no âmbito do esporte nos documentos oficiais de Portugal. Entretanto, não foi possível identificar iniciativas realizadas em todos os âmbitos de governo (autárquico e federal), que apresentassem medidas efetivas de ação neste sentido.

A partir do argumento da Tríplice Hélice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000), Figueiredo e Lopes enfatizam que Portugal ainda vive nos moldes da Hélice tríplice 2, ou seja, representa um distanciamento entre a universidade, a empresa e o governo, configurando-se como um modelo de *laizzez-faire* (SILVA, LOPES, NETTO, 2010, p. 998).

As questões relacionadas com o financiamento de pesquisa no país, exceto raras exceções, estão ligadas à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A FCT é um órgão do governo Português, o qual tem a missão de promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, explorando todos os domínios científicos e tecnológicos e a criação de conhecimento, além de estimular a sua difusão e contribuição para a melhoria da educação, da saúde e do ambiente, para a qualidade de vida e o bem-estar do público em geral (FCT, 2013).

As áreas de financiamentos apoiadas pela FCT são: Ciências Exatas e da Engenharia; Ciências Naturais e do Ambiente; Ciências Sociais e Humanidades; Ciências da Vida e da Saúde, sendo, nesta última compreendida a subárea da Fisiologia do Exercício e Ciências do Desporto. A partir da busca realizada no *site* da Fundação, pode-se constatar que esta é a única linha específica para o esporte. No ano de 2008 foi realizada uma ação de demanda induzida para o desporto. Foram aprovados 15 projetos, entretanto, todos relacionados com as ciências da saúde.

No mesmo sentido, ao se tomar como foco a realidade no Brasil, pode-se perceber que existem instituições de fomento que possuem o mesmo intuito desta instituição portuguesa, podendo ser citadas a Capes e o CNPq. As atividades da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas (CAPES, 2013):

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Acesso e divulgação da produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional.
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância

A Capes é, atualmente, coordenada pelo Prof. Jorge Almeida Guimarães, que é Doutor em Ciências Biológicas. Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros tem como missão fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional (CNPq, 2013). O atual presidente é o Prof. Dr. Glaucius Oliva, o qual é Coordenador do Centro de Biotecnologia Molecular Estrutural.

O que se pode observar, no Brasil e em Portugal, é a existência, ainda, de um distanciamento destas instituições de fomento, no que se refere aos assuntos referentes às áreas relacionadas com as Ciências sociais e humanas no campo de esporte e do lazer. Estas entidades adotam, sobretudo, uma lógica mais biologicista da ciência, principalmente no que tange à área da Educação Física, mesmo esta área sendo entendida como interdisciplinar e com diferentes enfoques, os assuntos relacionados com as ciências sociais e humanas não recebem a devida prioridade dentro destas instituições.

Figueiredo (2000, p. 5), ao discutir sobre a realidade portuguesa no que se refere ao esporte, mostra que algumas questões relacionadas com os problemas enfrentados podem ser devido à falta de identidade da área, ou mesmo, por não se assumir a área de esporte como uma ciência. Segundo esse autor, ainda se vive um estado de procura epistemológica de uma matriz de base nas ciências humanas.

Figueiredo ainda apresenta como uma possível solução para este dilema, a proposta apresentada por Manuel Sérgio, trazendo a Matriz da Motricidade Humana. Esta matriz apresenta diferentes domínios de estudo, como por exemplo, o Desporto, a Educação Física, a Dança, a Ergonomia, a Educação Especial e Reabilitação, entre outros, sendo investigada por meio de diferentes áreas científicas, como a Biomecânica, Bioquímica, Fisiologia, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, História, Antropologia, Filosofia, Epistemologia (SÉRGIO, 1989).

Além disso, nas instituições brasileiras, em especial a Capes, que é responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação, parece ainda ser

minimizada a importância do campo de pesquisa relacionado com as ciências sociais e humanas dentro da área da Educação Física, devido à patente dificuldade de publicação, oriunda de diversos fatores, entre eles, o número reduzido de periódicos específicos sobre estas vertentes do conhecimento. Segundo Betti *et al.* (2004), esta instituição tem demasiada preocupação com as questões referentes à quantidade, em comparação ao quesito qualidade, sendo a questão da quantidade um problema enfrentado pelas ciências humanas e sociais na área de Educação Física, como explicitado anteriormente.

Etzkowitz e Leydesdorff (1996) mostraram em seus estudos que, no século XIX, algumas experiências sobre o envolvimento do Estado no fomento de pesquisas relacionadas com o ensino superior foram realizadas nos EUA e no Reino Unido. Segundo estes autores, a maioria das universidades tornou-se dependente das verbas governamentais. Entretanto, a partir deste investimento, os governos desses países puderam exigir das universidades um retorno social destas pesquisas, para que estas pudessem auxiliar na melhoria das questões relativas à sociedade em questão.

No Brasil, a iniciativa da criação dos Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) e dos Centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas (Rede CENESP), junto às Instituições de Ensino Superior, por meio do estímulo e do fomento à produção e à difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação das políticas públicas de esporte e de lazer, pode ter sido uma importante iniciativa, no que tange ao desenvolvimento científico do país (BONALUME, 2008). Ainda que os textos normativos brasileiros sejam genéricos neste sentido, e não apontem qualquer aproximação direta entre o campo político do esporte e do lazer com o campo acadêmico, a Rede CEDES e Rede CENESP parecem ter aproximado os campos citados anteriormente.

Ao se comparar o que foi explicitado por Senhoras (2006), no que tange ao modelo da hélice tríplice, as universidades devem formar multiplicadores das ações de inovação e mudança e os governos devem contribuir com a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação de Políticas Públicas, por meio do fomento a essas ações. Neste sentido, o Ministério do Esporte, via Rede

CEDES e Rede CENESP, ao fomentar pesquisas que subsidiam a elaboração e avaliação das Políticas Públicas, corrobora os princípios propostos por esta teoria. A perspectiva de análise de Etzkowitz e Zhou (2006) ao apresentar o modelo da Hélice Tríplice *Twins*, tendo a Universidade, com apoio financeiro do governo, um papel de protagonista nas relações envolvendo univesidade-empresa-governo, vai ao encontro dos objetivos apregoados pela Rede CEDES.

Entretanto, como explicita Starepravo (2011), devido à ausência de diálogos com outras experiências já realizadas no país, no que tange ao financiamento de pesquisas e, também, os entraves políticos dentro do sistema organizacional destas Redes, elas podem não ter obtido os resultados esperados. Apesar do grande suporte técnico financeiro dado pelo governo federal para as Universidades, a partir destas ações do ME, não se tem dados que comprovem que os resultados destas pesquisas possam ter auxiliado efetivamente na construção de Políticas Públicas eficazes no campo do esporte e do lazer.

Segundo DaCosta (2007) o processo de elaboração de Políticas Públicas deve atender as reais necessidades e expectativas da sociedade. Neste sentido, fatores como transparência no processo de planejamento e gestão, prestação de contas à sociedade, tanto no que se referem a despesas, investimentos e receitas, é de suma importância para que estas políticas sejam realmente efetivas. Sendo assim, nota-se que a utilização de parcerias entre as universidades e o poder público, incentivando a produção do conhecimento, pode auxiliar na elaboração de políticas que atendam às necessidades da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados ao se compararem as realidades portuguesa e brasileira, foi possível evidenciar que o Brasil, por meio do Ministério do Esporte via Rede CEDES e Rede CENESP, mesmo diante de diversos entraves, parece ter sido inovador na tentativa de aproximação do subcampo político e o subcampo acadêmico na área do esporte e do lazer. No âmbito da realidade portuguesa, embora o conjunto legal-normativo português

seja mais conciso do que o brasileiro, como evidenciado pelos documentos legais, não foi possível identificar qualquer iniciativa em nível nacional que traçasse esta relação por meio de financiamentos governamentais.

Este estudo embasou-se no argumento da Tríplice Hélice para analisar as relações existentes entre o poder público e as Universidades no Brasil e em Portugal. Foi possível observar que, mesmo havendo no Brasil a iniciativa das Redes CEDES e CENESP, ainda é pequeno o movimento de aproximação entre estes polos. Sendo assim, torna-se necessário que sejam realizadas ações, tanto no que se refere ao governo, quanto às universidades, tentando aproximações efetivas destes campos, de modo a incentivá-los a trabalharem juntos no desenvolvimento das Políticas Públicas em geral.

No que tange à utilização de parcerias com empresas privadas, esta também pode ser uma saída para alavancar o campo da pesquisa nestes dois países. A criação de fundos setoriais pode ser uma estratégia interessante neste sentido.

A partir destes resultados, torna-se necessária a realização de outros estudos, utilizando outras realidades do contexto mundial, para o maior entendimento das questões referentes às relações entre o poder público e o campo da produção do conhecimento sobre esporte recreativo e lazer.

REFERÊNCIAS DO ARTIGO 4

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições70, 2010.

BETTI, M.; CARVALHO, I. M.; DAÓLIO, J.; PIRES, G. D. L. **Conspiração e transparência na política da CAPES para a Pós-Graduação em Educação Física**. Sociologia do Esporte. Centro Esportivo Virtual. Disponível em: <<http://www.cev.org.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 29 fev. 2004.

BRASIL. **A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan 2013.

BRASIL. **A Política Nacional de Esporte**. 2005. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>. Acesso em: 12 jan 2013.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Rede CEDES: Princípios Gerais. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/principiosGerais.jsp>. Acesso em: 15 jan 2013

BRASIL. **Ministério do Esporte**: Rede CEDES: Apresentação. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. **Plano Plurianual de 2004/2007**. 2004. Disponível em: http://www.planobrasil.gov.br/arquivos_down/plRevisao_Vol2.pdf. Acesso em: 12 jan 2013.

BRASIL. **Plano Plurianual de 2008/2011**. 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf. Acesso em 12 jan 2013.

BONALUME, C. R. A Rede CEDES como uma rede de política pública. In: PINTO, L. M. S. M.; SILVA, D. A. M.; RODRIGUES, R. P.; BONALUME, C. R.; ARAÚJO, L. R. M. (Org.). **Brincar, jogar, viver: lazer e intersetorialidade com o PELC**. 1 ed. Goiás: Gráfica e Editora América, 2008. p. 68-91.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**. 2ª ed. Ijuí/RG: Ed. Unijuí, 2003

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/> Acesso em: 12 jan 2013.

CARVALHO, M. J. A inserção da alta competição nos programas dos governos constitucionais em Portugal e o seu enquadramento normativo. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v.2, n.4, p.72-78, 2002.

CASTELAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. 188p.

CNPQ. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/> Acesso em: 12 jan 2013.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CONSTANTINO, J. De um estado-problema a um estado parceiro. In: BENTO, J; CONSTANTINO, J. O (Coord.). **Desporto e o Estado: ideologias e práticas**. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p.57-66.

DACOSTA, L. P. Em Busca de um Modelo de Avaliação e Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos. In: RUBIO, K. (Org.) **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 123-132.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. Emergence of a Triple Helix of University-Industry-Government Relations, **Science and Public Policy**, Oxford, n.23, p. 279-86, 1996. Disponível em: <http://www.leydesdorff.net/th1a/>. Acesso em: 15 jan 2013

ETZKOWITZ, H; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and Mode 2 to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, Londres, v. 29, p. 109-123, 2000. Disponível em <http://www.ingentaconnect.com/content/els/00487333/2000/00000029/00000002/art00055> Acesso em: 20 set. 2012.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Triple Helix twins: innovation and sustainability. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 33, n. 1, p. 77-83, 2006. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/beechn/spp/2006/00000033/00000001/art00007> Acesso em: 12 out. 2012.

FCT. **Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Missão.** 2013. Disponível em <http://www.fct.pt/fct/#missao> Acesso em 15 jan 2013.

FIGUEIREDO, A. A. A Gestão Hermenêutica do Desporto. In. CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8. **Anais...** Viseu: Escola Superior de Educação, 2000.

GIAMBIAGI, F.; FERREIRA, S. G.; VIANNA S. B.; SOUTO, L. A. **O Papel do Estado, o Projeto Olímpico e a Importância do Legado.** In: FÓRUM NACIONAL - NA CRISE, BRASIL, DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE ATIVA E MODERNA, 22., 2010. Rio de Janeiro. Palestra. Disponível em: <http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0361.pdf>

IPDJ. **Instituto Português do Desporto e Juventude: Missão.** 2013. Disponível em: <http://www.ipdj.pt/missao.html> Acesso em 15 jan 2013

JANUÁRIO, C.; SARMENTO, P.; CARVALHO, M. J. Políticas Públicas desportivas: avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da área metropolitana do Porto. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 9, n. 2, p. 26–32, nov. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-05232009000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 10 jul. 2010.

JANUÁRIO, C. F. C. Políticas Públicas **Desportivas**: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) - Faculdade de Ciências do Desporto, Porto, 2010. p.447

SÉRGIO, M. **Educação física ou ciência da motricidade humana?** Lisboa: Papyrus Editora, 1989.

SUASSUNA D.; ALMEIDA, A. J. M.; FREIRE, J. O.; ROQUETE, P. C. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, D. M. F. A.; AZEVEDO, A. A. (Org). **Política e lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 13-42.

PEREIRA, A. **A excelência profissional em educação física e desporto em Portugal**: perfil a partir de sete histórias de vida. Tese (Doutoramento em Ciências do Desporto) - Universidade do Porto, Porto, 2001.

PIRES, G. **Conselho Nacional do Desporto**: Estratégia e política desportiva. Fórum Olímpico de Portugal. Disponível em <http://www.forumolimpico.org/?=node/466> Acesso em 12 jul 2012.

PORTUGAL. **Carta Europeia do Desporto**. 1992. Disponível em: <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc120.pdf>. Acesso em 12 fev 2013.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. 1976. Disponível em: <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc063.pdf>. Acesso em 12 fev 2013.

PORTUGAL. **Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto**. 2007.

Disponível em: http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf. Acesso em 12 fev 2013.

PORTUGAL. **Lei de Bases do Desporto**. 2004. Disponível em:

http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc05_031.pdf. Acesso em 12 fev 2013.

SENHORAS, E. M. As redes do desenvolvimento Econômico e Social no Sistema de Ensino Superior Brasileiro. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 138-153, 2008. Disponível em

<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/258/149>. Acesso em: 12 set. 2011.

SILVA, C. A. F., LOPES, J. P. S., NETTO J. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice, **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.995-1005, out./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p995>. Acesso em 12 jul 2012.

SILVA, C. A. F.; TERRA, B.; VOTRE, S. J. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, p. 167-183, 2006.

CONCLUSÕES DA TESE

As abordagens sobre a temática relacionada com a gestão do conhecimento e as Políticas Públicas de esporte e lazer ainda estão em construção, haja vista a restrita literatura encontrada. Os estudos que fizeram parte da tese reafirmam ser este um tema bastante instigante e que merece novos olhares acadêmicos, tendo em vista sua complexidade.

Pode-se notar, a partir dos resultados e discussões apresentados, que, no âmbito da gestão pública do esporte e lazer, as iniciativas são marcadas por ações desconexas e fragmentadas, indo ao encontro do formato geral das políticas esportivas no Brasil. Neste sentido, mais do que nunca, os assuntos relacionados com a aproximação do subcampo político (prático) e do subcampo acadêmico (teórico) devem ser articulados.

A Rede CEDES significou uma importante iniciativa no âmbito das Políticas Públicas de esporte e lazer, que possibilitou, ainda de modo ineficiente, o diálogo entre os dois polos anteriormente citados. Apesar de diversos entraves, relacionados com a sua criação, dificuldades de gestão governamental e organizacional, esta Rede conseguiu se estabelecer durante 8 anos efetivamente e, no período posterior, de 2011 até o presente momento, percebe-se um esforço dos pesquisadores envolvidos, para que esta Rede de ações não seja finalizada.

A existência de diversas arenas políticas, tanto no subcampo político quanto no subcampo acadêmico, pode ter sido um dos motivos das dificuldades de estabelecimento concreto da Rede CEDES como política pública dentro do Ministério do Esporte. A ausência de diálogos com outras iniciativas em andamento, no campo de financiamentos de pesquisas sobre esporte e lazer, parece também ter sido um fator negativo para a geração de impactos efetivamente positivos no subcampo acadêmico do esporte e lazer.

Para tanto, foi possível evidenciar que a gestão do conhecimento, pode ser uma estratégia interessante para a aproximação destes dois campos, que, pelo menos em teoria, devem ser totalmente interligados, para que se consiga favorecer melhorias nas ações relacionadas ao esporte recreativo e lazer no Brasil. Os processos da gestão do conhecimento envolvem, desde a coleta e

filtragem das informações, até a análise, organização, armazenagem e disseminação, tendo como objetivo apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e tomadas de decisão.

Foi possível evidenciar também, a partir da comparação com a realidade portuguesa, que o Brasil, por meio do Ministério do Esporte via Rede CEDES, mesmo diante de diversos entraves, foi pioneiro na tentativa de aproximação do subcampo político e o subcampo acadêmico na área do esporte e do lazer, excetuando o esporte de alto rendimento. Apesar de intenções serem expressar a partir dos documentos legais de Portugal, não foi possível identificar nenhuma iniciativa em nível nacional que traçasse esta relação por meio de financiamentos governamentais.

Por fim, esta tese, inicialmente, evidenciou a importância da gestão da informação e do conhecimento no âmbito das organizações públicas e privadas, sendo que, a inserção desta concepção pode ser um diferencial para as organizações atuais. No caso específico das organizações públicas, esta política organizacional pode contribuir para alterar o panorama atual de ações desconexas e fragmentadas.

Outro ponto a ser destacado é a contribuição da Rede CEDES, desde a seleção, organização e divulgação de material produzido no campo dos estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer. Foi possível demonstrar que apesar da Rede CEDES ser uma ação inovadora, ao se comparar com outros países, no caso, evidenciando a realidade portuguesa, a mesma não foi totalmente efetiva em suas ações. Um dos motivos apresentados pode ter sido o próprio politicismo interno da Rede e, ainda, a ausência de diálogos com outras experiências já realizadas no campo no financiamento científico.

Como foi demonstrado neste estudo, a Rede CEDES foi uma ação governamental importante, pois mostrou a representatividade dos estudiosos e estudos no subcampo acadêmico relacionado com a área da Educação Física, nas pesquisas voltadas para as áreas das ciências sociais humanas, a partir do levantamento sobre o número de pesquisadores, instituições e grupos de estudos envolvidos nestas pesquisas em todas as regiões do país. Esta ação pode ter contribuído com a legitimidade da área perante as agências de fomento existentes no país. Além disso, a Rede pode ter auxiliado na mobilização dos pesquisadores da área em questão.

À luz da teoria da trílice hélice, o financiamento advindo da Rede CEDES possibilitou que as Universidades pudessem, por meio de pesquisa científica, contribuir, ainda que de modo sutil e assistemático, para um *feedback* das ações públicas no campo de esporte e lazer. Entretanto, justamente diante da dificuldade de se realizar uma efetiva gestão deste conhecimento, no que concerne nos processos finais, relacionados com o compartilhamento e disseminação do material, pode não ter trazido efeitos tangíveis em curto prazo, como era o esperado.

Assim, torna-se necessário que novas ações semelhantes sejam criadas, no sentido de proporcionar outras possibilidades iguais às desse estudo, para que seja possível enfatizar, que a ausência de uma política que incentive a gestão da informação e do conhecimento pode acarretar em escassez de memória organizacional, ocasionando a descontinuidade das ações, favorecendo, assim, um amadorismo na gestão pública. Tomando por base os resultados aqui apresentados, sugere-se que outras pesquisas relacionadas à temática sejam implementadas, para proporcionar um desenvolvimento qualitativo para a área em questão, subsidiando novas estratégias de ação em Políticas Públicas.

ANEXO

ANEXO I – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Rio Claro



Protocolo nº: 606
Data Registro CEP: 07-03/2012

Rio Claro, 10 de abril de 2012.

Ofício CEP 078/2012

Prezada Senhora,

Aprovo *"ad referendum"* do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Biociências, UNESP, Campus de Rio Claro (CEP-IB-UNESP), o projeto de pesquisa intitulado *"Gestão da informação sobre políticas públicas de lazer e esporte recreativo"* sob sua responsabilidade.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Rosa Maria Feltre Cavalari
Coordenadora

Ilma. Sra.
Giselle Helena Tavares
UNESP/IB-CRC

APÊNDICES

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO PESQUISADORES

I) Dados de Identificação

1. Instituição proponente (nome por extenso e sigla):

2. Título da pesquisa:

3. Nome do coordenador da pesquisa:

4. Período de realização da pesquisa:

5. Municípios e estados pesquisados:

6. Fase de execução da pesquisa:

(01) finalizada; (02) em execução; (03) edital 2009

II) Questões

1 – Sobre os pesquisadores

Informar número, nome completo e formação acadêmica.

2 – Sobre os bolsistas

Informar número, nome completo, área de formação e nível de formação (graduação ou pós-graduação).

3. Sobre o Grupo de Estudo proponente

- Cadastro no CNPQ () sim () não
- Linhas (s) de pesquisa(s):

4. Sobre os parceiros

Houve ou haverá alguma parceria institucional para o desenvolvimento da pesquisa? Se sim, qual?

- Outras instituições
- Grupos de Estudo da mesma instituição
- Grupos de Estudo de instituições diferentes

5 Sobre a pesquisa.

5.1 Forma de adesão: () pesquisa induzida () pesquisa semi-induzida

5.2 Tema:

5.3 Objetivo(s)

5.4 Público alvo ou sujeitos da pesquisa (descrição e número estimado)

5.5 Sobre os produtos (resultados)

Informar os produtos resultantes da pesquisa (alcançados e/ou esperados), especificando-os por tema, autor e data:

6 – Sobre os desdobramentos da pesquisa

Cite quais os produtos e resultados conseguidos decorrentes da realização ou divulgação da pesquisa (especifique o tema, título, autor, palavra-chave, data, etc.).

7 - Em sua opinião, qual a principal contribuição de sua pesquisa para o fomento e a qualificação das Políticas Públicas de esporte e lazer?

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES DA REDE CEDES

- 1- Quais eram os critérios de distribuição dos recursos existentes para o financiamento das solicitações de auxílio feitas para a Rede CEDES durante a sua gestão?
- 2- Como era feita a seleção das propostas que chegavam com solicitação de verba?
- 3- Quais as dificuldades encontradas para firmar os convênios?
- 4- Quais os critérios para prestação de contas dos projetos financiados?
- 5- Havia algum tipo de relatório feito pelos solicitantes, ao final do convênio? Explique.
- 6- Ao final de sua gestão, houve algum tipo de avaliação sobre os investimentos?
- 7- Quais foram os impactos e as repercussões desses financiamentos?